

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA

MÁRCIO NORBERTO FARIAS

NATUREZA, TEMPO LIVRE E ADMINISTRAÇÃO SOCIAL:
UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LAZER EM CARRANCAS/ MG

ARARAQUARA - SP

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA

MÁRCIO NORBERTO FARIAS

NATUREZA, TEMPO LIVRE E ADMINISTRAÇÃO SOCIAL:

UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LAZER EM CARRANCAS/ MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara - SP, como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR em Sociologia, na linha de pesquisa “Cultura e Ideologia”, sob orientação do Prof. Dr. Renato Bueno Franco.

ARARAQUARA - SP

2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Bueno Franco (orientador) _____

Prof. Dr. Robespierre de Oliveira _____

Prof. Dr. José Pedro Antunes _____

Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion _____

Prof. Dr. Antonio Álvares Soares Zuin _____

Prof. Dr. Luis Calmon Nabuco Lastória _____

Prof. Dr. Márcio Benchimol Barros _____

Prof. Dr. Raul Fiker _____

Profa. Dra. Renata Medeiros _____

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e aos alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP, bem como a CAPES que me concedeu bolsa de estudos pelo período de um ano.

Aos amigos, colegas e alunos da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal de Lavras, que me ofereceram condições objetivas e subjetivas para a elaboração desta tese;

Ao professor Raul e professora Paula, que forneceram elementos teóricos na discussão no processo de qualificação desse trabalho;

Às amigas Kety e Cristiane, que estiveram na torcida e deram o apoio necessário para a finalização deste trabalho.

À Sandra, que teve sensibilidade na leitura e não mediu esforços para sugerir alterações que tornaram mais claras muitas das passagens do texto no processo de revisão.

Ao meu orientador, Renato, que teve a paciência necessária para o amadurecimento do trabalho, sempre acreditando em meu esforço para a conclusão da tese;

Aos professores Toni, Robespierre, Edmundo e Pedro, componentes da banca, que apontaram as fragilidades e permitiram que o trabalho adquirisse mais consistência teórica;

Aos meus familiares, amigos e colegas, com quem pude compartilhar minhas preocupações e buscar o apoio necessário para o convívio tranquilo;

À minha companheira Luciana que soube dividir e compartilhar tanto as alegrias quanto as tristezas decorrentes das constantes dúvidas que tive nesse trabalho e que agora poderá colher junto comigo os frutos desse cultivo;

Àqueles que de maneira direta ou indireta viabilizaram a conclusão dessa tese;

A todos, meu mais profundo e sincero muito obrigado!

Foi quando as sereias ouviram o barulho das remadas e imediatamente começaram a cantar com o mais suave timbre. Ulisses as ouvia, embevecido, preso ao mastro. E entendendo todas as palavras do canto, esqueceu-se por completo da sua prudência e ansiou juntar-se a elas, pois que prometiam exatamente o que ele tanto desejava.

(Homero, *Odisséia*)

RESUMO

Esta pesquisa aborda um fenômeno típico das sociedades contemporâneas, a administração social das atividades físicas no tempo livre em meio à natureza. O objetivo é analisar/compreender a potencialidade emancipatória dessas atividades a partir dos estudos dos pensadores da Escola de Frankfurt. A hipótese é de que o contato das pessoas com a natureza no tempo livre pode promover uma relação em que tanto a natureza quanto o sujeito não são percebidos como objeto de exploração e dominação; relação que nas condições de administração social encontra-se prejudicada e até obstaculizada. Constituída de três capítulos, os dois primeiros apresentam e discutem o aporte conceitual e teórico que analisa historicamente o trabalho e o tempo livre, enquanto o último analisa e reflete criticamente os dados coletados por meio de pesquisa empírica de práticas de lazer em meio à natureza na cidade de Carrancas/MG, conhecida como uma espécie de refúgio daqueles que vivem em centros urbanos maiores devido às suas belezas naturais.

Palavras-chave: Natureza, Tempo Livre, Administração Social, Lazer, Escola de Frankfurt, Refúgio.

ABSTRACT

This research deals with a typical feature of the contemporary societies, the social administration of the physical activities in the free time along with the nature. The objective is to understand the emancipatory potentiality of these activities from the studies at Frankfurt's School. The hypothesis is that the people's contact with the nature in their free time can promote a relationship that both the nature and the individual are realized like non-stuffed nature, relation that, in the social conditions of administration is damaged and even obstructed. This survey is constituted by three chapters, in the two first, it shows a conceptual and theoretical approach studied in the last analysis, and reflects critically the collected data through the empirical investigation-work in the town of Carrancas/MG, known as a kind of refuge for the ones who live in bigger urban centers due to the beautiful waterfalls.

Keywords: Nature, Free Time, Social Administration, Leisure, Frankfurt School, Refuge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - TEMPO LIVRE: ENTRE O ÓCIO E O TRABALHO MODERNO	16
1.1 A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	18
1.1.1 A ética puritana e seu ataque ao ócio	20
1.1.2 O direito ao ócio como meio de oposição ao capital	27
1.2 LUTAS EM TORNO DO TEMPO LIVRE.....	29
1.2.1 Das Organizações à administração do tempo livre.....	31
CAPÍTULO 2 - TEMPO LIVRE E NATUREZA.....	50
2.1 ECOTURISMO E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA NATUREZA.....	50
2.2 PRÁTICAS EM MEIO À NATUREZA:	57
RECONCILIAÇÃO OU NOVAS FORMAS DE DESTRUIÇÃO?.....	57
2.3 MÍMESIS, TEMPO LIVRE E NATUREZA.....	74
CAPÍTULO 3 - CARRANCAS: ENTRE ÁGUAS E PEDRAS.....	83
3.1 O CAMPO DA PESQUISA EMPÍRICA: UMA DESCRIÇÃO	83
3.2 “ENTRE-VISTAS”: O TRABALHO DE CAMPO E O TEMPO LIVRE	89
3.2.1 Atividades em meio à natureza: da contemplação ao risco.....	91
3.2.2 Considerações sobre a relação homem-natureza	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
 ANEXOS	
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES EM CARRANCAS/MG	
ANEXO 2 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	

INTRODUÇÃO

A atração das pessoas por atividades de lazer realizadas em ambientes naturais, especialmente das que vivem em grandes centros urbanos, é um fenômeno que tem crescido nas últimas décadas. O aumento das pressões vividas pelos indivíduos nos espaços urbanos tem sido acompanhado por reações das mais diversas e imediatas. Uma delas parece ser o afastamento e a busca por formas de vivenciar o tempo livre em meio à natureza, tomada na maior parte das vezes como algo intacto, ‘preservado’ em relação ao espaço urbano, um lugar onde se pode respirar ar puro, ter paz de espírito e o tão merecido descanso.

A relação estabelecida entre as pessoas e os espaços naturais tem se tornado objeto de muitos estudos em diferentes áreas do conhecimento – na filosofia, na sociologia, na educação, na educação física, entre outras. Tanto as conquistas sociais obtidas a partir das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, quanto as políticas para a melhoria da capacidade de consumo das pessoas no pós-guerra, inspiradas no modelo do *Welfare State* foram abordadas por estudos em diferentes áreas como aspectos fundamentais para o redimensionamento daquilo que se convencionou chamar de tempo de ‘não-trabalho’.

As contradições históricas e sociais entre o tempo de trabalho e de não-trabalho na sociedade capitalista foram abordadas criticamente por Paul Lafargue, em 1880, na obra *O Direito à Preguiça*. O autor, que discute a diferença entre o ócio antigo e o lazer ou tempo livre moderno, aponta o equívoco das posições dos operários que compreendiam o trabalho como algo dignificante e aceitavam o modo de produção capitalista. Bertrand Russel (1932), em seu *Elogio do Lazer*, também destacou a potencialidade formativa do tempo livre e propôs uma sociedade na qual o trabalho ocuparia apenas uma pequena parte do dia dos trabalhadores, permitindo-os apreciar outras atividades no tempo livre. Desde então, o lazer tem se desenvolvido como um tempo destinado a extrair conseqüências políticas e sociais que permitem tanto a reprodução do estado de coisas orientado pela lógica do lucro quanto a conscientização sobre as necessidades individuais dessa reprodução.

Quando observado em perspectiva, o caráter funcionalista do tempo livre se torna evidente em boa parte das propostas das políticas públicas para o lazer da população, pois estas privilegiam ações alternativas que visam a promoção da adaptação. A preocupação em

preencher o tempo livre da população seria, então, uma das responsabilidades governamentais voltadas para a manutenção de uma estrutura social harmônica, já que tais propostas de atividades de lazer seriam entendidas sempre como algo bom, saudável e prazeroso, expressão da felicidade daqueles que merecem tal recompensa.

Em meio às mudanças sócio-econômicas decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a discussão acadêmica sobre o tempo livre dá a impressão de ter se arrefecido. Atualmente, chegou-se a pontos mais ou menos comuns sobre a questão que indica o lazer como algo que possui a função social de permitir aos trabalhadores a recuperação do desgaste provocado pelo trabalho, promovendo a descontração e estimulando a criatividade dos indivíduos, que cada vez mais criam práticas lúdicas no tempo livre.

Em rápida progressão, o modo e as relações do trabalho capitalista ganham espaço, organizam e administram as atividades do tempo livre. Qualquer que seja a vivência de lazer – visitas a parques e museus, a prática de esportes, viagens turísticas, etc. –, todas se apresentam como um produto oferecido pelo mercado, uma maneira de ocupar as percepções e o pensamento impassível diante das contradições sociais da vida contemporânea.

Enquanto mercadoria, o tempo livre desfrutado junto à natureza vem caminhando no sentido do controle racional e da previsibilidade, a fim de alcançar a lucratividade esperada. Até mesmo os locais que possuem características aparentemente opostas ao sistema produtivo de bens de consumo – como os parques florestais – adquirem aspectos mais funcionais: placas indicativas para as trilhas e pavimentos facilitam ou encurtam o caminho, guias profissionais controlam a forma e o tempo da visita, indicando desde os melhores ângulos para as fotografias até as medidas para proteger ecossistemas frágeis. Também a prática de esportes ditos radicais, realizada nestes ambientes, se aprimora com a incorporação das novas tecnologias aplicadas aos equipamentos, de modo que mesmo o risco de morte pode ser dirimido com os cálculos da racionalidade instrumental que orienta o capitalismo.

As relações de trabalho norteadas pelo princípio da competição entre os trabalhadores no mercado parecem encontrar eco nos planejamentos feitos minuciosamente para o enfrentamento e a superação dos desafios propiciados pelos ambientes naturais. Mesmo nos mais recônditos pontos do planeta tornou-se possível calcular a distância de um trajeto a ser percorrido dentro de um determinado tempo, manter a orientação geográfica regulada via satélite com ajuda de rádios intercomunicadores que ligam os indivíduos ao mundo planejado.

Os espaços de lazer/consumo são expandidos para além de suas fronteiras e o controle presente em *shopping centers* passa a ser almejado em praças públicas, *resorts*, parques temáticos, bosques urbanos, zoológicos, praias, entre outros ambientes que devem dispor de infra-estrutura urbanizada, o que reforça a idéia de segurança e de conforto – a natureza a serviço do humano.

A prática de atividades em estreito contato com a natureza não é um fenômeno novo, seja ela realizada em cachoeiras, montanhas, rios, mares, ar, florestas, enfim, em todo e qualquer lugar que recebe a denominação de “campo”, numa clara oposição com a “cidade”, lócus de estresse, trabalho, poluição, violência, solidão, etc. O que é recente é a sua expansão e, por conseguinte, a veiculação intensa dessas práticas através dos meios de comunicação de massa mais diversificados.

O aumento da demanda desse tipo de prática na natureza torna-se objeto de estudo e reflexão na medida em que suscita a idéia de que o homem moderno procura se distanciar dos problemas vividos no espaço urbano, no ‘viver junto’, numa tentativa de fuga da administração da vida, dos choques cotidianos e ininterruptos, do ritmo frenético, do ar sufocante e suas multidões desconhecidas, do trânsito congestionado, da violência desenfreada e do trabalho desgastante. Entrementes, é preciso investigar se efetivamente tais práticas do tempo livre em meio à natureza promovem tal distanciamento entre o indivíduo e a organização social e urbana, ou seja, se nos entremeios da dominação existente em uma sociedade administrada, as atividades do tempo livre abrem uma lacuna para a experiência do novo e da liberdade, superando as atividades tradicionais de lazer.

Compreender este fenômeno significa não apenas reconhecer até que ponto seus praticantes são capazes de perceber o novo, de se aproximar de uma relação não dominadora com a natureza, de se afastar das tensões próprias da vida urbana, do desgaste infligido pelo ritmo da multidão, mas fundamentalmente evidenciar o que vem acontecendo hoje com o tempo livre e em que medida ele tem ou não restringido os seres humanos às relações produtivas do mundo do trabalho.

O estudo da temática do tempo livre e suas possibilidades formativas na sociedade contemporânea é aqui realizado a partir da perspectiva crítica dos teóricos da Escola de Frankfurt, com ênfase a Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Estes pensadores produziram uma vasta obra na qual discutem a degradação da experiência formativa pelas condições de trabalho produzidas historicamente na modernidade e, ainda, a progressiva impossibilidade de realização do tempo efetivamente livre, autônomo e

espontâneo. Tendo em vista tais condições que se entrelaçam ao processo de dominação da natureza interna e externa do indivíduo, faz-se necessário refletir acerca dessa expansão significativa das práticas realizadas no tempo livre em meio à natureza e perceber como elas assumem ou se opõem às regras prescritas aos indivíduos pelas relações de produção. Assim, cabe perguntar até que ponto o fenômeno das atividades de lazer na natureza significa um aprofundamento da não-liberdade, tal como supôs Adorno, e se é possível encontrar nestas atividades algum impulso em direção à liberdade.

Um quadro tristemente expressivo se esboça quando o assunto é a relação sujeito moderno e natureza. Ao se referirem à racionalidade alienada que se estendeu a todos os níveis da organização social, perpassando dos assassinatos de animais nas rodovias aos sofrimentos produzidos nos laboratórios de pesquisas científicas, Horkheimer e Adorno (1985) fundamentam a reflexão e a análise acerca da ampliação crescente do tráfico de animais e de plantas, da pesca predatória nos rios e mares, da elevação dos índices de poluentes derivados de diversos componentes tóxicos provenientes das indústrias petroquímicas, dos gases dos automóveis, da derrubada de florestas e de sua queima, entre outros, num contexto em que ocorre a expansão das atividades de lazer em espaços naturais e o fortalecimento do discurso de que elas possibilitam a sensação efetiva de liberdade e de harmonia com a natureza.

Para analisar esse fenômeno, esta tese foi estruturada em três capítulos que dialogam entre si e se interdependem – no intuito de obter uma configuração apropriada sobre o objeto de estudo –, tendo como ponto de diálogo a discussão sobre a potencialidade de liberdade no tempo livre em meio à natureza. Os dois primeiros capítulos fornecem o aporte conceitual que analisa historicamente o trabalho e o tempo livre na sociedade capitalista, assim como a relação com a natureza empreendida pelo sujeito moderno, elementos indispensáveis para a estruturação da pesquisa empírica desenvolvida no último capítulo.

O primeiro capítulo, intitulado “Tempo Livre: entre o ócio e o trabalho moderno”, problematiza a mudança da percepção do tempo promovida pela conversão do trabalho em tempo de trabalho pago. Conversão que é compreendida a partir das análises de Marx (1994) sobre a mercadoria e especialmente sobre o processo de constituição da mercadoria que produz valor: o trabalhador assalariado.

A compreensão desse processo implicou em discutir as expropriações que ocorreram na passagem do sistema econômico feudal para o sistema econômico capitalista; o papel desempenhado pela ética puritana para a constituição de sujeitos permanentemente

insatisfeitos com suas conquistas e entregues ao trabalho e a acumulação de riquezas; as lutas entre capitalistas e trabalhadores em torno da redução da jornada de trabalho e, principalmente, o desenvolvimento das organizações do tempo livre e o progresso da administração do tempo livre como negócio.

Esse progresso é abordado a partir da discussão sobre as mudanças que ocorreram no modo de produção capitalista a partir de 1970 e que tiveram suas bases no desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, assim como no formato flexível de produção industrial.

A discussão que Adorno (1995) fez em seu texto “Tempo Livre” (*Freizeit*, no original) forneceu elementos para a estruturação e desenvolvimento do percurso histórico realizado nesta primeira parte. Sem este percurso não teria sido possível a discussão e a problematização do texto adorniano acima referido e, especialmente o argumento nele levantado de que o tempo livre tem caminhado na direção contrária ao seu próprio conceito. Tese que desafia pensar em que medida as formas atuais de lazer na natureza contêm elementos dedicados a um tempo de liberdade ou, mais uma vez, reforçam a alienação promovida pelo modo de produção da sociedade capitalista.

O segundo capítulo, denominado “Tempo Livre e Natureza”, analisa a incessante procura por atividades de lazer em meio à natureza. Ao apresentar algumas propostas de lazer, hoje fortemente veiculadas pelo sistema da “indústria cultural”, busca pensar a relação empreendida pela racionalidade moderna diante da natureza, discutindo conceitos como *mimesis*, choque, dominação da natureza, indústria cultural e destrutibilidade social, desenvolvidos pelos autores da Teoria Crítica da Sociedade. A partir deles se levantam questões acerca dos limites e das possibilidades emancipatórias das novas propostas de tempo livre, intimamente vinculadas à natureza.

O terceiro capítulo, intitulado “Carrancas: entre águas e pedras”, analisa e discute os dados extraídos de uma pesquisa empírica realizada com visitantes, guias e proprietários de pontos turísticos da cidade de Carrancas/MG, lugar que possui belezas naturais como cachoeiras, grutas, montanhas e uma diversidade de plantas e animais do cerrado brasileiro.

A escolha do município para a realização da pesquisa empírica derivou de um conjunto de fatores, como: as características próprias do lugar, que atraem pessoas de cidades maiores para vivências de lazer em meio à natureza; a pouca investigação acadêmica sobre o local; os comentários e indicações de viagens a Carrancas em *sites* de relacionamento; a

proximidade geográfica do município de grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e a acessibilidade também geográfica para o pesquisador.

Destinado a compreender os significados e as contradições presentes nas atividades de lazer em meio à natureza, este capítulo realiza uma espécie de *tour* que mescla o olhar detido no objeto da pesquisa e seu espanto. Dedicar-se inicialmente a descrever com detalhes os lugares apreciados pelos visitantes e divulgados pelos guias turísticos locais. São abordados, ao longo dessas páginas, aspectos sobre a localização geográfica de Carrancas e de que modo influenciam na estadia dos visitantes; a relação entre suas quedas escondidas e o conhecido circuito das águas e os aspectos históricos presentes no período de fundação da cidade. O detalhamento das características do lugar foi indispensável para a realização das entrevistas e de sua análise, de modo que o dito pudesse ser expresso a partir do lugar referido e que fosse possível falar das vivências apreciadas pelos visitantes de Carrancas fazendo referência às características do lugar em que essas vivências aconteceram.

Assim, o relato dos lugares associado às entrevistas feitas com os visitantes e com os guias turísticos delineou uma compreensão das formas de administração social das vivências do tempo livre na natureza, administração que não é reconhecida pelos próprios sujeitos, mas não deixa de ser por eles praticada. Nesse sentido, as imagens de Carrancas e de atividades ali realizadas, apresentadas ao longo deste capítulo, não objetiva apenas ilustrar o lugar, mas substanciar o argumento que foi se construindo ao longo do texto: o de que as práticas de lazer em meio à natureza promovem o cultivo subterrâneo da força exigida do indivíduo pela totalidade social, a qual se manifesta na imagem seja das quedas das águas ou daqueles que as enfrentam.

As sessenta e cinco entrevistas foram feitas em três áreas com muitas cachoeiras relatadas como as mais freqüentadas de Carrancas. São elas: Complexo da Fumaça, Complexo do Moinho e Complexo da Zilda. Nestes locais, a imprevisibilidade das estradas que impediam uma travessia indiferente dos que por ali se aventuravam foi cedendo espaço para a força das quedas d'águas, mencionadas como a maior de todas as atrações para os visitantes. No rastro dessas águas, percebe-se a importância da imagem da força de suas quedas e do enfrentamento humano diante delas, dado que enquanto alguns se aventuram entre as pedras e gélidas águas, outros preferem fruí-las apenas observando seu estrondo.

Se no primeiro caso o enfrentamento da águas é físico, noutra acontece como uma representação, que justamente por conter o anseio na direção da liberdade se realiza como um momento voltado ao enrijecimento necessário ao atendimento individual da pressão social.

Nesse sentido, a análise conduz a uma interpretação de como o discurso de paz e tranqüilidade sobre as belezas naturais de Carrancas oculta as vivências e as imagens de risco, de perigo e de impacto, fortalecendo a identificação do individual com a sociedade contemporânea, marcada pela dimensão do risco e do perigo iminente. Ao mesmo tempo, denuncia o descompasso existente entre as exigências da totalidade social e o indivíduo, que se esforça para esquecer a fragilidade constituinte, a qual poderia promover outra forma de relação social quiçá mais livre.

CAPÍTULO 1

TEMPO LIVRE: ENTRE O ÓCIO¹ E O TRABALHO MODERNO

*Se o trabalhador consome em seu proveito
o tempo que tem disponível, furta o capitalista.*
(Karl Marx)

A compreensão de como se desenvolve a condição de que o tempo daquele que trabalha não pode ser utilizado em seu próprio proveito, e, por conseguinte, não traz em si ganho algum para aquele que trabalha, é condição para pensar como o tempo livre se realiza na sociedade capitalista².

Numa época em que o tempo era medido a partir das atividades realizadas socialmente e em consonância com o ciclo dos fenômenos naturais, o modo de produção artesanal, que não se sustentava na relação de troca entre força de trabalho e capital, não suscitava a necessidade de um controle rigoroso do tempo, portanto, não dependia do uso do relógio ou de quaisquer outros mecanismos de controle rígido do tempo.

Um exemplo disso pode ser visto em Edward Palmer Thompson (1998) quando aponta que no Chile, até o século XVII, “[...] o tempo era frequentemente medido em ‘Credos’: um terremoto foi descrito em 1647 como tendo durado o tempo de dois credos; enquanto o cozimento de um ovo podia ser estimado por uma Ave-Maria rezada em voz alta.” (p.270, aspas no original). Assim, o modo como as sociedades antigas mediam o tempo era diferente do modo como isso é feito nas sociedades industrializadas. Thompson indica ainda que o modo de produção baseado na troca de mercadorias exige que o capitalista evite o desperdício

¹ A discussão sobre os termos “ócio”, “lazer” e “tempo livre foi desenvolvida em Farias (2001). Aqui reservamos o uso da palavra ócio para nos referir ao modo de vida ativa dos antigos gregos. Quando utilizamos o termo lazer tomamos como sinônimo de tempo livre, separado do tempo de trabalho, mas idêntico no que se refere ao seu papel de manter o trabalhador vinculado à produção de capital. Nesse sentido, o tempo livre é tratado como indicado por Adorno, como algo que possui um conteúdo diverso do ócio antigo, provocativamente tratado por Lafargue (1999) como preguiça, a que os trabalhadores modernos, em seu entendimento, deveriam reivindicar.

² “O tempo socialmente necessário empregado pela força de trabalho não é integralmente remunerado pelo salário. É exatamente esse tempo de trabalho não pago à força de trabalho – o que Marx chama de mais-valia – que faz crescer o capital, isto é, o que chamamos de lucro. Este, portanto, não é obtido no momento da comercialização do produto final e sim no momento em que a força de trabalho não foi remunerada pelo salário.” (CHAUI, M. Introdução. In: LAFARGUE, 1999, p.41).

do tempo da força de trabalho por ele contratada, o que requer um controle cada vez mais preciso do tempo, propiciado pelo relógio e pela ética puritana, responsável pela mudança no tom de crítica ao “poder não fazer nada”. Como observa este historiador, “O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.” (p.272).

Sobre isso, Domenico De Masi (1999, p.13) observa que

Por milhares de anos, até o advento da indústria, os que ocupavam o alto da pirâmide social – os aristocratas, os proprietários de terras, os intelectuais – na verdade não trabalhavam. Não era do trabalho que obtinham riqueza e prestígio, mas do nome de família, da proteção às artes e letras e de rendas. [...] não apenas os nobres não trabalhavam de fato, como até os operários e os escravos se limitavam a trabalhar não mais de quatro ou cinco horas por dia. Um número enorme de festas – pagãs primeiro e, depois, cristãs – encarregava-se de preencher os espaços de tempo sem trabalho.

Karl Marx (1994), ao falar sobre a mercadoria como forma elementar da riqueza na sociedade capitalista em sua obra *O Capital*, explica a origem da equivalência que constitui as mercadorias e permite compreender a importância do controle rígido e da aceleração progressiva do tempo de produção. Na busca do que há em comum em duas mercadorias com propriedades físicas distintas e permutáveis entre si, Marx chega ao conceito de trabalho humano abstrato, que significa massa de dispêndio de energia, de força de trabalho humana, sem uma forma específica e, sobretudo, chega à forma de medição do desgaste dessa energia por uma unidade definida como forma de encontrar o que há de comum em mercadorias distintas. Como diz Marx (1994, p.46), “Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude”.

Assim, o filósofo, em sua explicação sobre o valor de troca, mostra como é fundamental o controle rigoroso do tempo para o desenvolvimento do capital. Nesse sistema, os objetos produzidos, as mercadorias que possuem um valor de uso, também possuem um valor de troca veiculado pelo primeiro. Nesses termos, a satisfação das necessidades humanas apenas serve como meio de realização do valor de troca. Nas palavras de Marx (1994, p.55),

As mercadorias [...] só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano, seu valor é portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.

Nesse sentido, a troca é a condição para a realização do valor e o princípio de equivalência que a rege penetra o modo como os seres humanos percebem o seu próprio tempo, o mundo e a si mesmos. Essa regulação social do tempo promove indivíduos com uma consciência onipresente do tempo e que, por isso, percebem-no como algo universal. Conforme escreveu Norbert Elias (1998, pp.21-22),

Em numerosas sociedades da Era Moderna, surgiu no indivíduo [...] um fenômeno complexo de auto-regulação e de sensibilização em relação ao tempo. Nessas sociedades, o tempo exerce de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar.

Como uma coerção, o tempo cronometrado, em vez de 'desprovido de violência', mais parece violentar silenciosamente os corpos no atual modo de produção, e o tempo é vivido pelos indivíduos como um peso constante que submete a todos e reproduz a angústia diante da impossibilidade de a ela corresponder.

1.1 A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quando as primeiras manufaturas iniciaram sua produção, foram cada vez mais impulsionadas a ampliar a fabricação, visando obter lucros para a acumulação de capital. Entretanto, viram-se dependentes de um grande número de mão-de-obra humana para atender às demandas do comércio. Com isso, durante a produção manufatureira, vários ramos industriais impuseram aos seus operários, jornadas com até 18 horas de trabalho por dia. A população da cidade era insuficiente para atender às necessidades da produção fabril e os trabalhadores expulsos da terra se transformaram na força de trabalho necessária ao desenvolvimento da fabricação de mercadoria.

Na parte final de *O Capital*, Marx (1994) discorre sobre a formação dessa força de trabalho, retratando o cercamento das terras, que impedia o trânsito ou qualquer usufruto das pessoas em relação às propriedades privadas, e a expulsão dos camponeses dos campos que cultivavam. O aumento do preço da lã, devido ao florescimento da manufatura têxtil, tornou a

atividade pastoril mais lucrativa que as terras de lavoura e muitos trabalhadores, que antes detinham direitos e obrigações perante os senhores feudais, foram surpreendidos com a liberdade. Completamente 'livres', eles tinham que oferecer sua força de trabalho às indústrias nascentes para sobreviver.

Nesse processo, Marx destaca que a expulsão dos camponeses das terras incluiu desde o aumento das taxas de arrendamento e/ou limitação do espaço livre do arrendatário até a destruição violenta de suas moradias e o abandono total delas. Além de contar com as expulsões e violências efetuadas no campo pelos senhores feudais, a constituição do proletariado inglês foi fortalecida pelas expropriações de propriedades da Igreja Católica efetuadas com a Reforma. Como afirma Marx (1994, p.837), “A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado”. A Reforma, contudo, ofereceu muito mais do que o aumento no número de mão-de-obra disponível ao capitalista: foi ela que tornou essa mão de obra apropriada aos desígnios do capital.

Enquanto o abandono, a violência, os cercamentos e as expulsões produziram rapidamente um enorme contingente de pessoas que perambulavam pelas cidades sem meios de subsistência, a indústria não era capaz de absorvê-las. Marx (1994, p.851) argumenta que

Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em tôda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta.

Sem terras que pudessem usufruir e sem ferramentas, os trabalhadores se confrontaram com a conversão da sua força de trabalho em mercadoria e, portanto, com a necessidade de realizar atividades cuja utilidade só se realizava quando trocada no mercado, com o imperativo de trabalhar sem ter o domínio do próprio trabalho, de transferir isso a outro. A necessidade de sobrevivência não foi suficiente para produzir a aceitação dessa conversão. Num momento histórico em que o pós-morte tinha grande importância, a aceitação e o desenvolvimento desse modo de produção foi nele buscar sua força.

1.1.1 A ética puritana e seu ataque ao ócio

Leo Huberman (1975) afirma que o protestantismo significou a primeira grande batalha vencida pela burguesia contra os poderes vigentes até o século XIV. Por sua vez, na obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, publicada originalmente entre 1904 e 1905, Max Weber (2004) mostra que no momento histórico em que o pós-morte possuía elevada importância na vida das pessoas, as concepções religiosas protestantes foram fundamentais para a constituição das subjetividades necessárias ao sistema econômico capitalista.

Ao analisar as principais idéias do protestantismo ascético, Weber direciona seu foco a um dos representantes do puritanismo inglês, Richard Baxter, teólogo do século XVII de grande influência. Ao comentar a visão dele sobre o perigo da riqueza e principalmente o perigo de folgar a partir dela, ressalta que o problema da riqueza não está nela em si, mas no perigo de conduzir a posturas relaxadas, indisciplinadas, propensas ao descanso e ao ócio. Nas palavras de Weber (2004, p.143):

Efetivamente condenável em termos morais era, nomeadamente, o descanso sobre a posse, o gozo da riqueza com sua conseqüência de ócio e prazer carnal, mas antes de tudo o abandono da aspiração a uma vida ‘santa’. E é só porque traz consigo o perigo desse relaxamento que ter posses é reprovável. (aspas no original).

Num contexto social em que a massa de trabalhadores se avolumava em torno das manufaturas recentes e não se ajustavam as formas de trabalho exigidas, tendo que viver da mendigagem ou até mesmo de roubos, a ética protestante que, conforme a ironia weberiana, não chegou a dizer “tempo é dinheiro”, teve um papel decisivo para construção de um caráter que toma o trabalho como um preventivo contra toda expressão de vida desregrada.

De acordo com Weber (2004), Baxter pregava o trabalho incansável e incondicional a todos, ou seja, independente da condição de riqueza os sujeitos deveriam trabalhar arduamente em prol da glorificação de Deus. Nesse sentido, o reverendo se diferenciava dos cristãos da Idade Média que compreendiam o trabalho como meio necessário apenas para manutenção da vida individual e coletiva que, estando assegurada, poderia dispensar ou

diminuir o trabalho em prol de atividades como a contemplação, a oração, o não fazer nada, as quais não eram concebidas como negativas aos olhos de Deus. Desse modo, não se pode dizer simplesmente que o protestantismo defendeu o trabalho duro – ele apregou aos indivíduos uma postura incansável de exigências extremas e permanentes a partir do trabalho.

Nesse contexto, o tempo, que passa velozmente e atesta a finitude de todo ser humano, é dele expropriado para um fim inquestionável: a realização divina. O tempo é utilitariamente justificado não para o próprio trabalhador, mas para Deus, para um outro externo e onipotente, como algo que deve ser severamente usado em benefício do reino de Deus. O ócio, assim como toda e qualquer forma de relaxamento, é veementemente condenável, pois o descanso eterno concedido aos homens por Deus ‘encontra-se em outro mundo’ e não no mundo terreno.

Aqueles, portanto, que se entregavam ao gozo da vida terrena, fossem eles ricos ou pobres, afrontavam e desrespeitavam a vontade divina. Admitir a riqueza e o trabalho correspondia, portanto, em aceitá-los como dádivas divinas, cuja recusa seria, em contraposição, uma rejeição da própria vocação atribuída por Deus a cada um. Por sua vez, como um meio de restabelecer a eficiência do corpo para o trabalho, o esporte era bem visto pelo puritanismo, ao ser tomado como meio de “[...] expressão espontânea de impulsos indisciplinados, [mas] enquanto servisse apenas como diversão ou para despertar o orgulho, os instintos, ou o prazer irracional do jogo, era evidentemente estritamente condenado.” (WEBER, 1996, p.120).

Weber observa que a concepção de vocação em Baxter teve um poder de convencimento muito maior que a do luteranismo, pois não dava margem a dúvidas de que o trabalho desempenhado pelo indivíduo era uma ordem de Deus que visava sua própria glorificação. Ao comentar Baxter, Weber (2004, p.145) diz:

A todos, sem distinção, a Providência divina pôs à disposição uma vocação (*calling*) que cada qual deverá reconhecer e na qual deverá trabalhar, e essa vocação não é, como no luteranismo, um destino no qual ele deve se encaixar e com o qual vai ter que se resignar, mas uma ordem dada por Deus ao indivíduo a fim de que seja operante por sua glória.

A vocação para Baxter é uma ordem divina, por isso, em vez de resignação, ela deve gerar orgulho e seu atendimento imediato. Apesar de enfatizar a condição servil dos homens, não dá margem a dúvidas, é expressão do poder e da glória de Deus, que destaca o papel social de cada um, e muito mais incisivo e direto. Weber observou que o século XVI legou aos

séculos posteriores um *ethos* profissional, em que tanto empresários quanto trabalhadores viam sua profissão como motivo de orgulho por ser fruto da graça divina. Nas palavras do autor:

O puritano *queria* ser um profissional – nós *devemos* sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar um poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – *não* só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. (WEBER, 2004, p.165, grifos do autor).

A ascese puritana, enquanto um disciplinamento do trabalhador e do capitalista que se estruturava sobre a vontade, sobre o desejo de atender ao chamado de Deus, aparece nessa passagem weberiana como algo dispensável diante do estilo de vida impresso pela máquina, daí sua assertiva de que não se trata mais de querer, mas de ‘dever ser’ um profissional, da instituição de um modo de vida aferrado à eficiência e à produtividade.

Weber explicita que Baxter defendia a mudança da vocação tendo em vista a obtenção de mais lucros. Para ele, quando o indivíduo não aproveita oportunidades de aumentar seus lucros, ofende a Deus, pois deixa de glorificá-lo. Conforme as palavras do puritano, segundo Weber (2004, p.148),

Se Deus vos indica um caminho no qual, sem dano para vossa alma ou para outrem, possais ganhar nos limites da lei mais do que num outro caminho e vós o rejeitais e seguís o caminho que vai trazer ganho menor, estão estareis obstando um dos fins do vosso chamamento (*calling*), estareis vos recusando a ser o administrador de Deus [...] A riqueza é reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente.

A vocação era valorizada de acordo com a sua utilidade perante a coletividade e, sobretudo, por sua capacidade de gerar lucro. O trabalho e a divisão nele operada encontravam-se plenamente justificáveis, uma vez que cada um possuía um dom concedido pela graça divina que se diferenciava de um indivíduo para outro e, por isso, se tornava incontestável. Dessa maneira, empreendedores burgueses justificavam suas conquistas e sua crescente fortuna como graça divina concedida a eles. Por isso, a obediência em relação ao

não desfrute terreno das riquezas do senhor era fundamental para que tais empreendedores continuassem assumindo o papel de guardiões e administradores dos bens que lhe foram entregues. Podiam, ainda, contar com o máximo empenho dos trabalhadores, “[...] sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus.” (WEBER, 2004, p.161).³

A rigorosa divisão do tempo própria da administração burocrática, em que cada atividade deve ser feita no menor prazo possível, instala-se profundamente nessa percepção da vida. Essa percepção do tempo se opõe àquela determinada pelo prazer e pelo envolvimento com a materialidade, aspectos negados em qualquer forma de trabalho. Este deveria ser regido apenas pela utilização eficiente dos meios, pela funcionalidade, que repugna a prática desinteressada, sem fins racionais, para a satisfação pessoal. Para apresentar um delineamento provisório daquilo que ele chama de espírito do capitalismo, Weber cita máximas de um pensador que não tem relação direta com a religião, Benjamin Franklin, e considera que nela não há apenas orientações para os negócios, mas também uma ética, uma orientação de como viver. Descrevendo o que foi dito por Franklin, Weber (2004, pp.42-43) escreve:

Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

Ao incitar a compreensão de que tempo de trabalho é dinheiro e por isso não pode ser desperdiçado, Franklin, no entendimento de Weber, torna-se o porta-voz do espírito capitalista que converte os ganhos em finalidade da vida, animado em forte medida pelos princípios do protestantismo.

³ Há uma nota interessante no livro que diz: “Baxter [...] adverte contra empregar [...] {pessoas pesadas, fleugmáticas, apáticas, roliças, preguiçosas} como servidores e aconselha que se prefiram {servidores pios}, não só porque {servidores ímpios} seriam meros *eye-servants*, mas antes de tudo porque {um servidor verdadeiramente pio fará todo o serviço em obediência a Deus, como se o próprio Deus lhe houvesse mandado fazer}. Outros, ao contrário, são propensos a {não fazer disso um problema de consciência}. Inversamente, no trabalhador a marca de santidade não é a confissão externa da religião, mas {a consciência de cumprir seu dever}. Como se vê, o interesse de Deus e o do empregador confundem-se aqui de forma suspeita; Spener [...], que de resto exorta com insistência a reservar *tempo* para pensar em Deus, pressupõe como evidente que os trabalhadores têm de se dar por satisfeitos com o mínimo de tempo livre (mesmo aos domingos).” (WEBER, 2004, p.272 – foram suprimidos os trechos escritos em inglês, permanecendo as traduções e modificações gráficas no próprio texto).

O grande pecado para Baxter é o viver sem preocupação, o usufruto da riqueza; o trabalho e seus frutos deveriam ser dedicados a um outro onipotente – a Deus – e nunca ao próprio sujeito: todo sentimento de prazer e de satisfação proporcionados pelo trabalho deveria ser negado. Tal concepção foi fundamental naquele momento histórico em que o homem do campo, sem a terra e sem suas ferramentas de trabalho, se amontoava nas cidades em busca da sobrevivência e, ao mesmo tempo, tinha dificuldades de atender às diferentes exigências do modo de produção capitalista. Livre, ele precisava aprender não apenas uma nova disciplina de trabalho e adequar-se à aceleração de seu ritmo, mas desenvolver a capacidade de fazer algo que não tivesse sentido, não trouxesse satisfação, não proporcionasse alegria e, desse modo, se contentasse com o salário recebido em vez de buscar apropriar-se dos frutos de seu trabalho.

Além das condições precárias e miseráveis vividas pelas pessoas expulsas do campo, o entendimento puritano do trabalho foi fundamental para promover a disposição nas pessoas livres de vender seu tempo de vida e sua força para outro, efetivando o princípio da troca. Ao negar a utilidade do trabalho para si, ele tornou-se útil para os outros, no caso, os donos dos meios de produção. Estabeleceu-se assim a condição necessária para a realização do valor de troca.

Até então, as relações humanas estavam orientadas pelo valor de uso imediato dos objetos – apesar de desgastante, o trabalho permitia àqueles que o realizavam o desenvolvimento de saberes e percepções sobre a materialidade trabalhada, de habilidades ligadas aos instrumentos produzidos e, sobretudo, a fruição dos resultados do trabalho, que se configurava como um meio de atender o necessário à vida. Esta mentalidade pré-capitalista, que Weber chamou de tradicionalismo, apresentava-se como o maior empecilho para a expansão do capitalismo. Antes dos princípios de uma vida ascética defendidos pelos puritanos como forma de eliminação desta mentalidade, os capitalistas buscaram estimular os seus trabalhadores de diferentes formas. Uma delas foi o aumento dos salários por tarefas, o qual, entretanto, não conduziu aos resultados esperados. Nas palavras de Weber (2004, p.52):

O homem que, por exemplo, à razão de um marco por jeira na ceifa de trigo estivesse acostumado até ali a ceifar duas jeiras e meia por dia ganhando assim 2,50 marcos por dia, depois que a remuneração por jeira foi aumentada em 25 *Pfennige* ele passou a ceifar não as três jeiras como seria de esperar a fim de aproveitar a oportunidade de um ganho maior; em vez de ganhar 3,75 marcos – o que seria perfeitamente possível – o que ele fez foi passar a ceifar menos, só duas jeiras por dia, já que assim ganhava diariamente os mesmos 2,50 marcos de antes e, como lá diz a Bíblia, ‘com

isso se contentava'. Ganhar mais o atraía menos que o fato de trabalhar menos. (aspas no original).

Diante da oferta de um salário melhor, o trabalhador preferia trabalhar menos em vez de aumentar seus ganhos, não questionava se poderia ganhar mais com a maximização do trabalho, mas quanto de trabalho era suficiente para atender às suas necessidades habituais. Weber também comenta as iniciativas contrárias por parte dos capitalistas, que em vários momentos diminuíram o salário para aumentar seus lucros. Apesar de ser uma prática constante, possível devido à progressiva disponibilidade de força de trabalho, a diminuição dos salários encontrava seus limites, pois o capital precisa oferecer ao trabalhador o mínimo para que ele possa reproduzir sua força de trabalho.

A mudança de mentalidade necessária para o desenvolvimento do capital encontrou suas raízes nos fundamentos do protestantismo, especialmente na defesa destes de uma conduta de vida ascética, que entende o trabalho como o fim da vida e a profissão como uma vocação prescrita por Deus. Uma prescrição, ironiza Weber (2004), que foi compartilhada por Benjamin Franklin, representante do *ethos* capitalista.

A necessidade do capitalismo moderno de extrair o máximo de tempo de trabalho para lucrar mais fez dos preceitos ascéticos intramundanos do protestantismo o suporte para constituição de sujeitos capazes de reproduzir o sistema econômico voltado para produção do valor. Os investimentos de capital que caracterizaram o século XVI se fortaleceram com a defesa de uma vida de trabalho e de negação da fruição dos seus produtos.

Weber argumenta que a atitude de acumular sempre mais riquezas e orgulhar-se delas, com a sensação de poder e de prestígio oriundos do fato de ter posses, era incompreensível para os indivíduos pré-capitalistas, dada a condição de mortalidade humana e limitadora, no que concerne ao usufruto de fortunas. Para os indivíduos que viviam relações pré-capitalistas, como reitera Weber (2004, p.63), “[...] descer à sepultura carregando enorme peso material em dinheiro e bens parece-lhe explicável tão-só como produto de um impulso perverso: a *auri sacra fames*”.

Já para os puritanos, o trabalho era a própria finalidade da vida: a espontaneidade, a diversão e o orgulho significavam a incapacidade de transcender e atingir o mais elevado grau e poder de ampliar e sustentar a glória divina. O trabalho era compreendido como instrumento de devoção a Deus e cada indivíduo, seguindo sua vocação, deveria ser devotado agindo de acordo com ela, a fim de vislumbrar a felicidade eterna. Nesse aspecto, o trabalho devia ser

constante e sistematicamente vivido “[...] como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé.” (WEBER, 2004, pp.156-157). Uma vida de trabalho, contudo, não podia levar senão ao ‘vislumbrar’ do descanso eterno, pois o destino de cada um, decidido por Deus, não poderia ser conhecido e muito menos alterado. A entrega ao trabalho, a vocação, a vida ascética, portanto, não assegurava a salvação pós morte, apenas tornava autêntica a fé em Deus.

Richard Sennett (2001)⁴, ao comentar o ascetismo leigo em Weber, evidencia que o estado de insegurança promovido nos indivíduos quanto aos fins pós morte reservados por Deus, tornava-os ainda mais exigentes consigo mesmos. A promoção dessa insegurança pode ser encontrada quando Weber aborda a “doutrina da predestinação” no calvinismo e, portanto, a impossibilidade de qualquer ação humana interferir nos desígnios de Deus, dado seus poderes soberanos. Ao apresentar as idéias de Calvino, Weber (2004, p.94) diz:

De uma coisa apenas sabemos: que uma parte dos seres humanos está salva, a outra ficará condenada. Supor que mérito humano ou culpa humana contribuam para fixar esse destino significaria encarar as decisões absolutamente livres de Deus, firmadas desde a eternidade, como passíveis de alteração por obra humana: idéia impossível.

Incapaz de influenciar as decisões de Deus, o indivíduo pode tão somente assumir o chamamento divino, sua vocação profissional, e empreender todos seus esforços para ela sem a garantia de salvação. Diante disso, ele permanece inseguro e incansável diante do controle de si mesmo para o melhor desempenho de sua profissão.

Tal insegurança diante dos desígnios de Deus parece operar como uma força que impede ao indivíduo de descansar, dado que o trabalho e a vocação são os únicos instrumentos a ele oferecidos para justificar a existência. Insegurança que progressivamente deixa de ser alimentada pelo pós morte e passa a ser intensificada pelo sistema econômico de produção do valor. Tal como aquela, apesar de sentida/sofrida na carne, precisa ser tratada como um impulso racional para a continuidade da produção.⁵

⁴ Na obra *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* – Capítulo 6.

⁵ Marilena Chauí faz uma advertência na sua introdução à obra de Paul Lafargue (1999), em que diz: “Ora, sabemos que Max Weber escreve contra o marxismo. Ao fazê-lo, recusa-se a admitir que o capitalismo seja um modo de produção econômica historicamente determinado que inclui como uma de suas determinações ideológicas a Reforma Protestante. Pelo contrário, Weber generaliza a idéia de capitalismo e toma a economia

1.1.2 O direito ao ócio como meio de oposição ao capital

Paul Lafargue foi um dos primeiros a criticar a postura dos trabalhadores formados a partir da conduta ascética da vida promovida pelo protestantismo, conduta que colocava o trabalho e a vocação como motivo da existência. Em seu *Direito à Preguiça*, Lafargue (1999) reconhece o sistema voltado para a acumulação do capital e reproduzido com a aceleração do ritmo de trabalho, portanto, baseado cada vez mais no tempo de produção da máquina, muito mais produtiva, eficiente e eficaz em relação ao trabalho feito pelos operários, o que os desvalorizava e obrigava a suportar cargas de trabalhos exaustivas e sem garantias de um futuro melhor.

A preguiça de que fala Lafargue (1999) é o ócio dos deuses, enquanto o amor ao trabalho é chamado de loucura, uma aberração mental. Ele reúne exemplos retirados até do evangelho tendo como pano de fundo aspectos históricos e antropológicos de sociedades antigas, além de outras tidas como primitivas que não colocam o trabalho no centro de suas existências, para mostrar como aquelas são formadas por seres humanos felizes, saudáveis e belos, diferentes e distantes, portanto, da vida civilizada.

Os Gregos dos tempos áureos também só sentiam desprezo pelo trabalho: apenas aos escravos era permitido trabalhar; o homem livre conhecia apenas os exercícios corporais e os jogos da inteligência. Era também o tempo em que se caminhava e se respirava entre um povo de Aristóteles, Fídias e Aristófanos; era o tempo em que um punhado de bravos esmagava, em Maratona, as hordas da Ásia que Alexandre logo conquistaria. Os filósofos da Antigüidade ensinavam o desprezo pelo trabalho, essa degradação do homem livre; os poetas cantavam a preguiça, este presente dos deuses: O Meliboe, Deus nobis hoec otia fecit.⁶ (LAFARGUE, 1999, pp.65-66).

capitalista ocidental moderna como um caso particular do fenômeno econômico geral da produção de excedentes e da troca de mercadorias ou do comércio. Por esse motivo, a relação entre a ética calvinista do trabalho e o modo de produção capitalista aparece em seu livro como relação de coincidência, de afinidade, e de mera contemporaneidade. Em suma, a 'ética protestante' e o 'espírito do capitalismo' são a conjunção temporal de dois acontecimentos históricos que, em si mesmos, seriam independentes. Além disso, o clássico de Weber identifica a ética *burguesa* do trabalho e a figura do trabalhador no capitalismo. Em outras palavras, o homem honesto, que trabalha, poupa e investe, é a auto-imagem do burguês e não a figura dos que trabalham para que o burguês poupe e invista. Assim, a racionalidade capitalista ocidental adota uma ética que é racional e racionalizadora para o capital, porém, como deliberadamente ignora a formação histórica do capitalismo e a luta de classes, Weber não indaga se ela é racional para os produtores de capital, isto é, para a classe trabalhadora, nem indaga como a ética burguesa conseguiu tornar-se ética proletária. É disso justamente que trata *O direito à Preguiça*." (pp.15-16).

Lafargue ironizou parte das reivindicações trabalhistas, desaprovando a luta do movimento trabalhista europeu que buscava garantir a manutenção do trabalho capitalista, quando, segundo ele, deveriam lutar pelo direito ao ócio que as classes dominantes detinham sem abrir mão. O próprio título de seu panfleto já provocava uma espécie de rompimento com segmentos operários, já que a questão da preguiça servia muito mais como chamariz para uma crítica imanente ao trabalho assalariado⁷ e as condições oferecidas aos trabalhadores os aviltava tanto ou até mais que aos escravos da Antiguidade Grega ou Romana. Lafargue demonstrou sua preocupação com a exploração capitalista a ponto de se utilizar dos recursos da arte retórica – supostamente utilizada para convencer seus leitores em favor de uma nova perspectiva para a causa socialista. Dentre suas inquietantes provocações, sugeria:

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Esta é a lei inexorável da produção capitalista (LAFARGUE, 1999, p.79).

É possível observar que nessa denúncia estava dormente a reivindicação por menos trabalho para todos e a distribuição equitativa entre aqueles que produzem a riqueza social, portanto, pleiteava ter acesso ao direito que historicamente era a marca do ócio aristocrático.

Bertrand Russell (1977), diante da tese de que o mundo está “padecendo de intolerância e fanatismo”, também faz uma apologia ao lazer em detrimento do trabalho operário, afirmando que o caminho para a felicidade e para a prosperidade seria pela via da diminuição organizada do trabalho. Para ele, o empenho dos camponeses era reforçado em função da ociosidade que as classes com o poder político, bélico e religioso possuíam. Via de regra, tais classes hegemônicas eram as principais interessadas na manutenção da moralidade advinda do trabalho alheio. A concepção do dever moral havia sido introduzida com a intenção

⁶ “Oh! Melibeu, um Deus nos deu esta ociosidade! Virgílio, *Bucólicas*”. (Nota de tradução no próprio livro).

⁷ Entendido por Marilena Chauí, a partir de Lafargue, como trabalho alienado. Segundo ela, “[...] as palavras 'alienação' e 'alienado' são derivadas de um pronome da língua latina, *alienus, aliena, alienum*, que significa 'outro, outra' no sentido de 'alheio, alheia'. Para que o trabalho se torne alienado, isto é, para que oculte, em vez de revelar, a essência dos seres humanos e para que o trabalhador não se reconheça como produtor das obras, é preciso que a divisão social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, desconsidere as aptidões e capacidades dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para a sociedade e para si mesmos. O produto do trabalho distancia-se do trabalhador porque foi produzido por ordens alheias e não por necessidades e capacidades do próprio trabalhador; porque aparece como uma coisa existente em si e por si mesma e não como resultado da ação do trabalhador.” (LAFARGUE, 1999, pp.34-36).

de obrigar todos a destinarem sua força de trabalho em benefício dos detentores dos meios de produção.

1.2 LUTAS EM TORNO DO TEMPO LIVRE

As condições subalternas de trabalho incitaram a organização e a luta dos trabalhadores pela diminuição do tempo de trabalho. Marx (1994, p.265) argumenta que “[...] a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”.

Quando relata o desenvolvimento das manufaturas inglesas e as lutas pela redução da jornada de trabalho na Inglaterra, Marx observa que o surgimento da indústria Moderna no século XVIII levou à derrubada de todas as fronteiras imagináveis em relação à exploração da força de trabalho. Em suas palavras:

Todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foram destruídas. As próprias idéias de dia e de noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, desvaneceram tanto que um juiz inglês, em 1860, teve de empregar uma argúcia verdadeiramente talmúdica, para definir juridicamente o que era dia e o que era noite. Eram as orgias do capital. (MARX, 1994, p.316)

Embora o filósofo destaque as resistências dos trabalhadores diz que durante muito tempo as leis que faziam concessões em relação a jornada de trabalho ficaram apenas no papel. Os movimentos revolucionários franceses, associados aos conflitos entre proprietários de terras e industriais na Inglaterra fizeram com que comissões fossem criadas a fim de regular as jornadas extenuantes de trabalho naquele país. Como destaca Leo Huberman (1981, p.216):

[...]alguns donos de terra, que não viam qualquer vantagem para o país em ter trigo barato, começaram a se preocupar com as condições de trabalho e os horários das fábricas. Humanitários, que gritavam pela correção dos males do industrialismo, viram-se ajudados pelos poderosos latifundiários, que desejavam vingar-se dos industriais pelas suas hostilidades às Leis do Trigo. Nomearam-se Comissões Parlamentares para examinar as condições

fabris e apresentar relatórios. Houve tentativas de aprovar leis, reduzindo as horas de trabalho. A oposição por parte dos industriais foi, naturalmente, tremenda, pois previam a ruína se seus trabalhadores não continuassem presos às máquinas, tal como antes. Mas os esforços conjuntos dos trabalhadores, humanitaristas e donos de terra tiveram êxito, e Leis Fabris, limitando as horas e regulando as condições, foram aprovadas. E a agitação em prol de mais restrições e regulamentos continuou.

Ao discorrer sobre a proibição dos sindicatos na Inglaterra, na França, na Alemanha na segunda metade do século XIX, este historiador também aponta que a sobrevivência clandestina dos mesmos fizeram com que se tornassem “clubes sociais” ou “associações beneficentes”.

Quando Marx se refere às lutas de classes entre 1848 e 1850 na França, menciona a proibição dos trabalhadores se associarem em clubes, devido a importância deles para o movimento revolucionário do proletariado francês. Em suas palavras:

[...] os clubes eram os centros de reunião, as sedes de conspiração do proletariado revolucionário. A própria Assembléia Nacional havia proibido a coalizão dos operários contra os seus burgueses. E que eram os clubes senão uma coalizão de toda a classe operária contra a classe burguesa [...]? O que a Constituição tinha de concretizar antes de tudo era o domínio da burguesia. Portanto, era evidente que a Constituição só podia entender por direito de associação o daquelas associações que se harmonizassem com o domínio da burguesia, isto é, com a ordem burguesa. (1986, pp.98-99)

A luta em torno do tempo de trabalho no decorrer do desenvolvimento da sociedade capitalista assumiu diferentes nuances, se explicitando mais ou menos de acordo com o reconhecimento dos próprios sujeitos quanto à importância de um tempo livre e, fundamentalmente, de acordo com o nível de desqualificação do trabalho e de substituição universal produzida pelas forças econômicas. As tensões sociais advindas da organização das classes trabalhadoras foram combatidas ora com o conflito armado ora com estratégias políticas, mas especialmente com mecanismos econômicos e sociais capazes de dissuadir o movimento proletário.

1.2.1 Das Organizações à administração do tempo livre

Como as conquistas decorrentes das lutas por melhores condições de trabalho e o próprio desenvolvimento das forças produtivas proporcionaram uma diminuição da jornada de trabalho, a preocupação com a quantidade de tempo livre passou a ser acompanhada pela atenção sobre como viver este tempo. Foi nesse contexto que o fenômeno esportivo se tornou uma das principais ocupações do tempo livre dos trabalhadores, basta lembrar que os jogos olímpicos, desativados desde o início da Idade Média, foram reinaugurados oficialmente em 1896, e que muitas modalidades foram criadas e desenvolvidas no interior de instituições educacionais religiosas. Vale destacar a importância da *Young Men's Christian Association* (YMCA), conhecida no Brasil como Associação Cristã de Moços (ACM)⁸, como aquela que teve uma forte influência nos desportos da atualidade, especialmente os esportes de quadra.

O italiano Palmiro Togliatti⁹ (1975), no texto polêmico intitulado “A organização dos tempos livres”, apresenta uma discussão em torno do surgimento e do desenvolvimento das associações desportivas. Em 1935, ele oferece um curso em Moscou, no qual explica que antes do fascismo já existiam associações desportivas, porém, estas eram locais e restritas, com finalidades simples, como encontros noturnos para conversar e beber vinho, acompanhar os debates culturais, praticar esportes (futebol e alpinismo), mas que não estavam reunidas em uma organização formal com objetivos tão claros. Segundo o autor, as organizações desportivas existiam desde o final do século XIX e princípio do século XX, mas a sua importância foi ignorada pelo partido socialista. Foi a partir da década de 1920, mediante o esfacelamento das entidades de classe e, talvez, por atender em alguma medida suas necessidades, que as sociedades esportivas ganharam cada vez mais adeptos entre a massa de operários.

⁸ Maiores informações sobre a Y.M.C.A. pode ser obtido na “Apostila do Programa de Formação de Jovens Voluntários. São Paulo, 2004” e disponível no endereço eletrônico citado abaixo, extraído em 20/08/2008, de: <http://www.ymca.org.br/sec.asp?sec=Institucional&sub=Hist%F3ria&nsec=2> .

⁹ Palmiro Togliatti (1893-1964): “Usou os pseudônimos de Ercole Ercoli e Mario Correnti. Membro do Partido Socialista italiano, fez parte do grupo do "Ordine Nuovo" e foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália. Em 1921 foi eleito para o Comitê Central do Partido e, em 1924, entrou para o Comitê Executivo da Internacional Comunista, da qual foi Secretário entre 1937 e 1939 na Espanha durante a Guerra Civil. Retornou à Itália em 1944 e foi eleito Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (em 1944 o partido trocou o nome de Partido Comunista da Itália para Partido Comunista Italiano). Foi o primeiro a tirar conclusões européias do Relatório de Khrushchev, em 1956 e, por essa razão foi considerado como o fundador do ‘Euro-Comunismo’”. Extraído em 20/08/2008 de: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/t/togliatti_palmiro.htm. Vale destacar que tivemos uma primeira elaboração de sua obra no trabalho de mestrado defendido em 2001.

A massa estava afastada das colectividades, das cooperativas, etc., e tendia a reunir-se nessas associações. Os industriais apoiavam essa tendência e facilitavam a criação de grupos desportivos perto das fábricas. Criam-se então numerosas associações desportivas de fábrica, que se consagram especialmente ao futebol. Elas tiveram um certo sucesso. Por exemplo, o clube desportivo dos operários da FIAT conhece um certo desenvolvimento, mas com a co-participação dos patrões. Criam-se múltiplas sociedades recreativas ao lado das fábricas por iniciativas dos patrões, *para desviar os operários da luta de classe*. (TOGLIATTI, 1975, p.112, grifo do autor).

Para o autor, havia dois tipos básicos de associações dos tempos livres, uma local ou do bairro e outra de fábrica. Pouco a pouco as associações de bairro foram substituídas pelas associações financiadas pelas fábricas/empresas, e os jovens operários passavam a encontrar nelas facilidades para excursionar, esquiar, patinar e realizar muitas outras atividades.

Diante disso, Togliatti demonstra grande preocupação, pois as associações seduziam os trabalhadores com diversas atividades e vantagens, tais como descontos nos bilhetes de teatro e de cinema, bônus para compra de vestuários e gêneros alimentícios e facilidades para excursões. O caráter assistencialista dessas associações de tempos livres proporcionava uma espécie de proteção as famílias pobres, miseráveis, etc, ao mesmo tempo em que mantinham os envolvidos com a luta de classes afastados, e cultivava um espírito pequeno-burguês nos trabalhadores. Nas palavras de Togliatti (1975, p.119): “Alguns começaram a pensar: se estiver de boas relações com o patrão e com o técnico, posso talvez melhorar minha situação. E assim abandonam a luta de classes”.

Nesse contexto, conforme escreveu Togliatti (1975), o partido comunista cometia um equívoco ao propor a desagregação destas associações dos tempos livres e ignorar que a partir delas poderia difundir e fortalecer as causas legítimas dos trabalhadores. O autor argumenta que a posição contrária do Partido Socialista às organizações dos tempos livres significava uma oposição à prática desportiva, às distrações e às atividades culturais que não fossem clandestinas, o que não oferecia nada em troca aos trabalhadores e, por isso, acabou se mostrando completamente ineficaz diante das necessidades básicas das massas. Enfatiza sua compreensão ao dizer:

[...] aparte estas considerações, se entrarmos na via do abstencionismo, na via da desagregação, perdemos a possibilidade de fazer um trabalho de organização no seio da massa dos jovens trabalhadores, e não só dos jovens, mas dos trabalhadores em geral, para os quais uma biblioteca, uma excursão,

etc., representam alguma coisa e que aderem a essas organizações. Se tomarmos essa posição, desligamo-nos das massas. (TOGLIATTI, 1975, p. 122).

Togliatti explicita aí seu entendimento de que o partido socialista não podia ignorar a importância dessas organizações, pelo contrário, devia se inserir nelas e redirecioná-las a favor da luta de classe. Insiste que era um dever entrar nas organizações para aí lutar pelos princípios socialistas, organizar manifestações, não se desligar das massas de trabalhadores. Desse modo, ele acreditava que o partido poderia falar-lhes diretamente, suscitar dúvidas, e provocar certos conflitos que representariam a conquista de algumas liberdades.

Apesar das organizações do tempo livre terem se fortalecido principalmente no período entre guerras (1918-1938), a valorização de atividades realizadas nesse tempo se acentuou ainda mais após o final da 2ª Guerra. As organizações dos tempos livres, que compreendiam seções que iam desde o campo do entretenimento, passando pelas viagens turísticas, até o de saúde e higiene, promoviam uma sensação de integração social de caráter nacionalista. Se já não era mais possível sustentar esse caráter nacionalista devido às mudanças impetradas pelo próprio sistema econômico, hoje, o nível de supressão do particular atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas torna ainda mais importante a produção da sensação de integração social a partir das atividades do tempo livre.

As massas que viviam afastadas das cooperativas e incentivadas pelos industriais a criarem grupos desportivos perto das fábricas, foram posteriormente absorvidas pela organização fascista dos tempos livres. Como afirma Togliatti (1975, p.113),

[...] o fascismo criou por um lado novas organizações, por outro lado pôs em acção todos os meios de que dispunha para absorver as diferentes formas de organização de recreio e cultura que as massas fundaram antes da criação da organização dos tempos livres e para absorver todas as novas organizações que se formaram durante este período.

Para ele, tais associações desportivas eram uma forma dos empresários dissuadirem os trabalhadores de reivindicarem seus direitos e de fortalecerem a luta sindical. Togliatti também explicita que a importância dessas associações foi reconhecida pelos fascistas italianos que as trataram como um terreno fértil para promover a adesão dos trabalhadores ao Estado corporativo.

Conforme este autor, no período em que diversas ordens capitalistas mediam suas forças, os vários movimentos de adeptos ao fascismo eclodiram por toda a Europa, em especial na Itália, visando organizar o *Dopolavoro*, isto é, a “organização dos tempos”, na expectativa de cooptar as massas de trabalhadores em benefício dos regimes políticos de classe. Daí o alerta de Togliatti (1975) para que a complexidade dessas instituições não fosse subestimada, já que elas atuavam diferentemente dos sindicatos ou partidos, com o propósito de aglutinar pessoas em torno da causa fascista.

O grande número de divisões e heterogeneidade que caracterizam esse tipo de organização demandam cuidados na sua compreensão, já que, a exemplo das organizações desportivas, o seu caráter não era imediatamente evidente. Desse modo, os movimentos de organização do tempo, de índole fascistas, absorveram a prática da cultura do tempo livre entre as massas, sem perder seus objetivos. A multidão de pessoas que preenchia tais movimentos raramente estava esclarecida quanto ao empenho dos fascistas em prol da sua causa:

A esmagadora maioria das organizações dos tempos livres tem um caráter diferente, um verdadeiro caráter de massa. Estão em contacto directo com a massa dos trabalhadores, proporcionam a satisfação de certas necessidades dos trabalhadores, abrangem um grande número de associações criadas pelos próprios trabalhadores e incorporadas pelo fascismo na organização dos tempos livres. (TOGLIATTI, 1975, p.115).

Não se pode deixar de mencionar o caráter ideológico dos partidos extremistas que, acima de tudo, buscavam o poder junto à população. Porém, deve-se observar que a participação nestas associações podia ser acompanhada de uma forte pressão social ou até de violência extrema, para forçar a entrada das massas. Nas condições em que se encontravam os trabalhadores europeus, adeptos ou não do fascismo, as associações do tempo livre eram, talvez, a única opção que tinham além da religião.

Rybczynski (2000) também aborda a preocupação do nacional-socialismo com o tempo-livre, especialmente com a sua administração produtiva. Afirma ele:

Logo que assumiu o poder em 1933, o governo nacional-socialista alemão tomou várias medidas para combater o desemprego: aumentou os contingentes militares, decretou um serviço obrigatório de seis meses para rapazes e incentivou as mulheres a deixarem de trabalhar. Como nos Estados Unidos, a semana de trabalho foi reduzida drasticamente: quem trabalhasse mais de vinte quatro horas por semana não tinha direito a benefícios sociais. Os sindicatos foram fechados e substituídos pela Frente de Trabalho, sob a

direção do Dr. Robert Ley, que também era responsável pela *Gleichschaltung*, a coordenação e sincronização do tempo livre. (p.127).

Foi então sob a direção de uma Frente de Trabalho, portanto em prol deste, no combate ao desemprego, que os nazistas restringiram e controlaram tanto o tempo de trabalho quanto o tempo livre dos trabalhadores. A sincronização do tempo livre tornou-se possível com a criação da “Força através da Alegria”, em alemão, *Kraft durch Freude* – KDF. Como explica Rybczynski (2000, p.127):

[...] uma organização estatal que congregava os esportes e clubes de lazer, fornecia entradas baratas para o teatro, a ópera, e os concertos e tinha uma orquestra sinfônica itinerante. Além disso, a KDF promovia viagens coletivas baratas para os trabalhadores, em colônias de férias no litoral e nas montanhas, mantinha escolas de iatismo e equitação e chegou a ter uma frota de dez navios que navegavam pelo mar Báltico e pelo Mediterrâneo. Graças a isso, um operário alemão em cada três podia desfrutar algum tipo de viagem de férias. De 1932 a 1938, o turismo duplicou.

Nesses termos, foi promovendo o interesse por determinadas atividades, em especial pelas viagens, que o Estado Alemão buscou diminuir os índices de desemprego, o que por sua vez fortaleceu o turismo e a necessidade de viajar das pessoas. O estímulo às viagens também ocorreu pela concessão de férias aos trabalhadores em vez de fins de semana, o que favorecia viagens coletivas num tempo maior que dois dias e o convite a não ficar em casa descansando. Como observa Rybczynski (2000, p.128), “O nazismo tinha um conceito de vida que, embora tivesse sido definido como burguês era coletivo e não individual. Daí o incentivo a fazer turismo em vez de descansar em casa”.

Hitler, como bom seguidor de Ford, tinha a intenção de promover o fim de semana alemão com a fabricação de carros baratos. Devido às necessidades de defesa na guerra, seus projetos de incentivo neste setor não puderam se concretizar, porém, é preciso reconhecer sua realização posterior por todo o mundo e seu conseqüente testemunho de que a derrota na 2ª Guerra Mundial não significou necessariamente a derrota dos projetos e preocupações do nacional-socialismo. Talvez porque tais projetos sejam frutos do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, expressas mais fortemente nesse período pelo movimento nazista.

Nesse sentido, o ano de 1926, localizado por Togliatti (1975) como o ano de implantação das organizações dos tempos livres na Itália, foi também lembrado por

Rybczynski (2000) como o ano em que Ford, doze anos após o início da fabricação em massa de automóveis, comunicou o fechamento das suas fábricas também aos sábados, o que proporcionou condições objetivas para os passeios de carro nos fins de semana.

A liberação do trabalhador também aos sábados e a massificação do carro realizaram, num sentido diferenciado do original, a força através da alegria, pois os indivíduos passaram a buscar no consumo e no gozo do tempo livre a força para responder às pressões de um estilo de vida baseado na eficiência tecnológica. O próprio carro, pensado pelo nacional-socialismo como um veículo familiar, se tornou progressivamente um veículo individual que atende a interesses individuais.

Assim, a mobilidade produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas foi acompanhada da oferta dos meios e dos destinos a que ela deveria levar e o tempo livre se tornou um espaço tão fecundo à exploração do capital que, conforme Adorno (1995), até a ironia do conceito “negócios do tempo livre” foi esquecida. O fim de semana que historicamente visava o descanso passou a assumir outras configurações. Aponta Rybczynski (2000, p.21):

Cidades inteiras têm suas economias concentradas nessa migração de fim de semana e muitos setores da economia usufruem do trabalho proporcionado pelos dois dias de descanso – como lojas para consertos caseiros, construtores de barcos e fabricantes de equipamentos esportivos.

A migração favorecida com o carro e com o sábado impulsionou cada vez mais a necessidade de ter um carro, de utilizá-lo de acordo com o que ele trazia como prescrição de uso. Os fins de semana ocupados com viagens passaram a requerer um rígido controle do tempo, pois como o objetivo dos indivíduos se tornou aproveitá-los ao máximo, sua curta duração impunha um planejamento que evitasse a perda de tempo. Nesses termos, o indivíduo acabou experimentando um ritmo tão ou mais acelerado do que aquele conhecido em seu trabalho, um tempo tão ou mais rigorosamente dividido e limitado para realizar as atividades e os passeios programados, pois também se tornou inconcebível que ele visite uma região e não faça determinados passeios, veja determinados lugares, pessoas ou objetos, que ele não tenha determinadas sensações.

O rigoroso planejamento, a divisão e a mecanização do tempo passaram a constituir aquele valioso tempo livre. Preocupados em melhor aproveitar o tempo livre para si, os indivíduos se sujeitam a tal dissimulação, munem-se dos instrumentos tecnológicos a eles

oferecidos para fazer o máximo de coisas num menor tempo e inibir a possibilidade de um espaço no qual o tempo adquira um compasso distinto do atestado na produção. A sociedade capitalista conquista meios cada vez mais potentes para racionalizar e profissionalizar o tempo livre. Realizando-o e até valorizando-o, o capitalismo mais uma vez, numa fase avançada do seu desenvolvimento, cumpre os desígnios do Deus protestante.

Como observa Rybczynski (2000, p.20), a vida assumiu um ritmo diferente no fim de semana, mais diferente do ritmo que possuía no passado do que do ritmo vivido durante a semana:

O fim de semana é tempo para o exercício físico e jogos. Alguns desses passatempos, como o tênis, existem há muito tempo, mas só recentemente se popularizaram – outros, como a canoagem em corredeiras, o *windsurf* e a asa-delta, são muito mais novos. A maioria desses novos esportes é diferente das recreações do século XIX, como o *croquet* e o golfe, exigindo muito esforço do praticante e tendo até uma certa dose de perigo. (grifos do autor).

Como um tempo destinado à prática de esportes, o tempo livre semanal parece se afastar do descanso e exigir esforços cada vez mais intensos dos indivíduos, aliados à utilização de mercadorias específicas, as quais se tornam cada vez mais indispensáveis para evidenciar tais esforços. Como também menciona Rybczynski (2000, pp.24-25):

Hoje, todo iniciante usa uma parafernália de esqui que o faz parecer um competidor das olimpíadas e até o esqui da modalidade *cross-country*, um passatempo tão simples, adquiriu a preocupação com a roupa adequada, a tecnologia certa e o equipamento mais novo. Isso mostra uma preocupação com o *status* e o consumo, além de uma forma diferente de encarar o lazer que havia no passado. A maior parte dos cartazes de rua que trata do esporte, que antes tinha o objetivo de apenas transmitir uma mensagem, hoje é levada muito a sério. A palavra *professional* costuma ser usada para uma pessoa que era paga para fazer determinada atividade, ao contrário do amador. Hoje *professional* tem cada vez mais uma conotação de alguém com um alto grau de eficiência. Todas as lojas vendem – e todas as pessoas querem comprar – equipamentos com *qualidade professional*. (grifos do autor).

Por meio da exaltação do prazer intimamente vinculado ao atendimento das leis do capital na sociedade contemporânea, aquela vocação profissional dos puritanos parece encontrar eco nas vivências profissionais do tempo livre. Por um caminho muito diferente, o esporte parece se realizar do modo como propunham os puritanos no século XVI: como

exclusiva prática da potência física. Nele o prazer se encontra submetido à eficiência encarnada e exigida pelo aparato tecnológico. Seu perfil, seu comportamento e seu papel social também se torna, neste tempo, exterior e anteriormente determinados. Nas palavras de Horkheimer e Adorno (1985, p.41),

Quanto mais o processo da autoconservação é assegurado pela divisão burguesa do trabalho, tanto mais ele força a auto-alienação dos indivíduos, que têm que se formar no corpo e na alma segundo a aparelhagem técnica.

A auto-alienação, antes promovida por um ideal de vida ascética, tornou-se a condição exigida pelo aparato tecnológico. Isto talvez seja um indício da importância da formação de individualidades que se sentem em permanente dívida com Deus, que não sabem de seus fins e que por isso mesmo lutam incansavelmente para produzir mais e lucrar mais. Talvez tenha sido graças à formação dessas subjetividades devotadas ao aperfeiçoamento incansável que hoje existam subjetividades dedicadas ao consumo não menos inesgotável da potência das máquinas. Na fase atual do capital, o consumo dessa potência sustenta relações com a condição fungível em que o particular se encontra, enquanto enreda-o na sensação de que assim se torna capaz de lidar com a angústia de não possuir nem força, nem ritmo, nem a eficiência corporificada no mundo *high tech*.

Um aspecto disso talvez seja o aumento crescente da mobilidade entre as pessoas, aumento que, conforme escreveu Mike Featherstone (2000) contra Paul Virílio (1999)¹⁰, é estimulado pelo desenvolvimento de veículos audiovisuais estáticos. O aumento de viagens, que se tornam até condição para os indivíduos conseguirem dormir simplesmente, contam com o auxílio da internet como um espaço útil para propagandas de lugares turísticos. Para Featherstone (2000, p.93),

As imagens e as informações, principalmente para uma maioria que carece de conhecimento especializado, vão funcionar como útil publicidade mediadora que **augmenta o desejo** de viajar e escolher um destino específico. Daí o crescimento de *sites* da Internet sobre locais para onde viajar, a colocação de cidades em *sites* de turismo e a capacidade de reservar férias e

¹⁰ Segundo este autor, “o que passa pelo pára-brisa é cinema em estrito senso”, enquanto para Featherstone (2000, p.65) “Dirigir permite toda uma gama de experiências de fluxo de paisagem, visualização distraída, alterações com a percepção do interior do carro, estetização da paisagem urbana/rural ao dirigir ouvindo música, envolto em um casulo de metal igualmente protetor e seguro”. Conforme Featherstone, Virílio compreende que o desenvolvimento dos veículos audiovisuais estáticos tornaria a necessidade de viajar obsoleta.

vãos por meio da nova tecnologia. Quanto maior a mobilidade, maior a necessidade de mediação e de intermediários culturais. Quanto mais valioso e raro se torna o tempo para alguém. (grifo nosso).

A exibição de locais turísticos com as coordenadas sobre quais os melhores lugares para se visitar e os meios para efetivação dessas visitas faz da Internet um veículo audiovisual estático que assume a função de intermediador cultural, que orienta pessoas determinadas a não errar na escolha já que o tempo livre é extremamente raro. Ao mesmo tempo em que ocupa essa função, dispensa outras formas de intermediação e promove a impressão de que o indivíduo, com a ajuda da Internet, é ‘capaz’ e ‘livre’ para discernir sobre o melhor lugar para ‘investir’ o seu tempo livre. Nesses termos, apesar da mobilidade exigir maior necessidade de mediação – tal como fala Featherstone (2000) – essa mediação se realiza cada vez mais via Internet. Quanto mais valioso o tempo se torna, mais as orientações que nela se encontra tornam-se essenciais e mais os indivíduos percebem a Internet como condição para a sua existência.

Assim, além de servir como um suporte publicitário, é preciso considerar que quanto mais os indivíduos experimentam a mobilidade proporcionada pela internet, quanto mais se prendem ao reforço constante da sensação de poder se locomover rapidamente entre uma janela e outra – o que muitas vezes pode corresponder ao sul e ao norte do planeta – mais eles precisam se movimentar. Em outras palavras, ela reproduz subjetividades extasiadas com o poder de estar em movimento e, ao promover a mobilidade, aumenta a busca por estar em movimento.

Contudo, esse movimento parece estar amaldiçoado quanto mais acontece em torno da necessidade de ser produtivo ou de se sentir produtivo. É como se o indivíduo se movimentasse para permanecer no tempo de trabalho. O indivíduo consome a tecnologia que torna sua movimentação cada vez mais veloz e acaba condenado a permanecer no mesmo lugar. Esse movimento virtual lhe serve para esquecer que está rígido e condenado a viver para produzir, e o que resta é exaltar o movimento vazio sem utilidade pra si, sem *telos*. A sua mobilidade vai perdendo o sentido e só se realiza como um valor de troca, daí a necessidade de registrar os lugares em que passa para substituir a necessidade de perceber e de se envolver com eles, de viver de modo que eles não sejam apenas mais um lugar em que se passa. Ao impedir que as conquistas tecnológicas se revertam em benefício da vida, o sistema econômico se reproduz atingindo índices progressivos de produtividade às custas da

promoção da miséria humana. “Mesmo onde haja abundância de bens, ela ocorre como que sob uma maldição.” (ADORNO, 1994, p.71).

Sobre esta maldição que pesa sobre a existência, vale observar o destaque de Russell (1977) sobre a capacidade da tecnologia moderna durante o período de guerra na Europa reduzir o volume de trabalho necessário para a produção do indispensável à subsistência de todas as pessoas. Diz ele:

Isso ficou evidenciado durante a guerra. Naquele período, todos os recrutados para as Forças Armadas, todos os homens e mulheres empenhados na produção de material bélico, todos os homens e mulheres engajados no serviço de espionagem, propaganda de guerra, órgãos públicos relacionados com a guerra, todos eles foram retirados das ocupações produtivas. Não obstante, o nível geral de bem-estar material entre os operários não-qualificados, nos países aliados, foi mais alto do que era ou a partir de então. (1977, p.14)

O que mostra que a corrida desesperada dos indivíduos em torno do aumento da produtividade nada deve ao atendimento das necessidades humanas. Essa maldição é também tratada por Adorno (1995) no texto chamado “Progresso”. Nele o autor fala de um feitiço que a realidade impõe ao espírito e que lhe impede de voar:

A realidade produz a ilusão de desenvolver-se para cima e, no fundo, permanece sendo o que era [...] Pelo feitiço que a realidade impõe ao espírito, fica-lhe vedado fazer aquilo que, em oposição ao meramente existente, o seu próprio conceito quer: voar. (p.56).

Nessas condições de heterodeterminação, os homens e seus pensamentos, corpos e sentidos se estruturam a partir do progresso das técnicas. O modo de produção de mercadorias faz com que elas adquiram vida própria, independentes da ação humana, e se tornem objetos com os quais os indivíduos acreditam ser melhores. Tal ilusão, entretanto, apenas torna seus gostos cada vez mais determinados pelo aparato que os oprime e se impõe contra a emancipação humana. No lugar dessa emancipação, as mercadorias adquirem relativa autonomia e alcançam todos os lugares, enquanto os homens regridem em sua capacidade reflexiva.

Conforme escreveu Rybczynski (2000), já no início da década de 1900, um colunista do *Illustrated London News* chamado G. K. Chesterton, dizia que o lazer não podia ser

confundido com liberdade. Para este jornalista a confusão entre lazer e liberdade vinha do uso da palavra lazer para três coisas diferentes:

A primeira, é poder fazer alguma coisa. A segunda, é poder fazer qualquer coisa. E a terceira, (talvez a mais rara e preciosa) é poder não fazer nada.' A primeira definição [...] era a forma mais comum de lazer e a única que nos últimos tempos [...] vinha sofrendo um aumento quantitativo. A segunda — a liberdade de fazer o que melhor se entendesse com o tempo livre — era mais restritiva, tendendo a ser desfrutada apenas por artistas e pessoas criativas. Mas a terceira definição [...] permitia o ócio. (RYBCZYNSKI, 2000, p.22).

Assim, enquanto os dois primeiros sentidos de lazer evidenciam o poder fazer qualquer coisa, o terceiro sentido atesta a destruição do poder não fazer nada, que caracteriza o ócio. Este se torna inconcebível numa sociedade em que o poder se vincula ao fazer tecnologicamente orientado pela eficiência, como mostra Rybczynski (2000, p.25):

O lazer era uma oportunidade para atividades pessoais e até algumas esquisitices, não para uma diversão regrada. O lazer era para devanear e não para se exhibir em público. Quando uma pessoa praticava um esporte, era para jogar e não para vencer — nem mesmo para jogar direito. Acima de tudo, o tempo livre era para ser isso mesmo: livre do peso das obrigações, livre da necessidade de se ocupar, livre para o 'nobre hábito de não fazer nada'. O que não tem muito a ver com o fim de semana moderno. (aspas no original).

A profissionalização da fruição do lazer tem estado atrelada à prática de esportes de aventura, que exigem elevados esforços de seus praticantes e possuem uma 'dose de perigo', característica que os diferencia das recreações do século XIX. Neles, o erro e o devaneio não é tolerado: um movimento mal calculado, uma falha na organização do equipamento, um erro na localização geográfica pode custar uma vida. Tudo precisa ser perfeito, sem erros, sem surpresas.

Adorno (1995, p.76) também se refere a este nobre ato de 'não fazer nada' quando diz: "O próprio bobear [Blödeln] não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles". De todo modo, complementa que este bobear se encontra interdito aos sujeitos que vivem numa condição de heteronomia.

Ao comentar sobre o seu próprio tempo livre, Adorno (1995) ressalta a importância da não oposição entre este tempo e o tempo de trabalho na Universidade. Esta não oposição também é referida pelo autor quando aborda a atitude da criança, levada pelo prazer e pelo envolvimento com a leitura a negar a divisão instituída entre tempo de trabalho e tempo livre, prazer que é também retratado no aforismo “Lojinha de brinquedo” da obra *Mínima Moralia* (ADORNO, 1993). Ao tratar o envolvimento da criança com o objeto da brincadeira como a negação do valor de uso e, por conseguinte, do valor de troca, as reflexões de Adorno auxiliam no entendimento de que não se pode confundir a flexibilidade do tempo de trabalho, própria do sistema produtivo toyotista, com a superação da rígida separação entre tempo livre e tempo de trabalho, pois esta superação inevitavelmente se baseia em condições que permitem o perder-se prazeroso e o envolvimento com aquilo que se faz, obstruídos com o trabalho alienado.

O modo de produção que exige dos homens a capacidade de se adaptar rapidamente a situações variadas para sobreviver, ataca com toda a sua força aquela fluidez proporcionada pelo envolvimento presente ainda no tempo de Adorno e na brincadeira infantil. A rigidez da divisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre parece superada à medida que os trabalhadores podem trabalhar em casa ou nos mais diferentes lugares mediante a posse de um computador conectado à Internet ou de celulares que proporcionam ao mesmo tempo condições de trabalho e entretenimento. Porém, as cores desta superação se desbotam quando o que se evidencia hoje são homens e mulheres cada vez mais pressionados a produzir, a se sentirem produtivos e eficientes em todos os momentos da vida. Sobre isso Rybczynski (2000, p.134), sustentado no sociólogo Ezra F. Vogel, diz que

[...] o trabalhador assalariado se sente inseguro em tirar todas as folgas a que tem direito. ‘Se pedir férias completas, seus companheiros e superiores vão considerá-lo egoísta e desleal’. Outros acham que o japonês fica tão concentrado no trabalho, que não consegue tirar férias. (aspas no original).

A partir do processo de exportação do modo de trabalho flexível originário do Japão para as outras partes do globo terrestre, pode-se pensar até que ponto a insegurança daquele trabalhador teria se expandido pelos vários cantos do planeta. Insegurança que pode ser entendida com o movimento freqüente de fusões entre grandes empresas que repercutem com o corte do número de funcionários, do aprimoramento de meios tecnológicos cada vez menores, potentes e velozes, entre outros vários aspectos que caracterizam o modo flexível de

produção e o tornam um modo de produção de capital ainda mais eficiente que o modelo fordista/taylorista.

Tendo como ponto focal a relação tempo livre e trabalho, cabe realçar as formas de lazer dos japoneses bem como suas relações com o tempo de trabalho. Conforme escreveu Rybczynski (2000, p.136),

No Japão, a linha divisória entre trabalho e lazer não é muito delineada, principalmente para os funcionários de escritórios nas grandes empresas. As empresas costumam pagar a comida e a bebida que os funcionários consomem depois do serviço e grande parte do tempo livre à noite é passado com os colegas de trabalho. De certa forma, essa situação lembra a Inglaterra do século XVIII, quando os trabalhadores bebiam juntos e não praticavam esportes e jogos com a família ou os amigos, mas com colegas artesãos ou membros das guildas.

A falta de clareza da rígida divisão entre tempo de trabalho e tempo livre parece ter assumido uma posição central para a maior produtividade de valor no modelo de produção Toyotista. Em vez de promover o tempo livre, a flexibilidade do tempo de trabalho condena o tempo livre a ser cada vez mais orientado para a produção. Uma expressão disso é analisada por Eurenice de Oliveira (2004) ao dizer da implantação da unidade da Toyota no Brasil, especificamente no que se refere a distância dessa unidade da região do ABC, onde tradicionalmente se realizou a produção automobilística no país. Em suas palavras,

A localização [...] distancia o operário do núcleo comunitário, enquanto são desenvolvidos esforços procurando organizar o tempo livre, ao mesmo tempo em que se cria o sentimento de comunidade Toyota, através do desenvolvimento de atividades de lazer nos finais de semana. (OLIVEIRA, 2004, p.133).

Outros elementos para pensar essa falta de clareza são oferecidos por Richard Sennett (2001) ao apresentar relatos instigantes sobre os efeitos pessoais do trabalho flexível em seu livro *A Corrosão do Caráter*. Já na primeira parte da obra o sociólogo retrata um casal que vive com medo de perder o controle de suas vidas e um homem que abriu sua própria empresa de consultoria. Sennett (2001, p.18) comenta:

Viu-se mergulhado em muitas tarefas subalternas, como fazer suas próprias fotocópias, que antes tinha como certas. Viu-se mergulhado no puro fluxo

das redes; todo telefonema tinha de ser respondido, o menor conhecimento pessoal cavado. Para arranjar serviço, tornou-se subserviente aos horários de pessoas que não estão de maneira alguma obrigadas a lhe corresponder. [...] o consultor em geral tem de correr de um lado para o outro em resposta aos mutáveis caprichos ou idéias daqueles que pagam; Rico não tem um papel fixo que lhe permita dizer aos outros: 'É isto que eu faço, é por isso que sou responsável'. (aspas no original).

O homem, denominado pelo autor de Rico, embora dissesse ser um consultor, fazia de tudo um pouco e se sentia incapaz de dizer o que fazia. Quanto à mulher de Rico,

A falta de controle de Jeannette é mais sutil. O pequeno grupo de contadores que hoje dirige se divide em pessoas que trabalham em casa, outras, no escritório, e uma falange de funcionários de nível inferior a milhares de quilômetros de distância, ligados a ela por cabo de computador. Em sua atual empresa, regras severas de vigilância de telefones e e-mail disciplinam a conduta dos contadores que trabalham na própria firma; para organizar o trabalho de empregados subalternos a milhares de quilômetros, ela não pode fazer julgamentos in loco, cara a cara, mas, ao contrário, tem de trabalhar com diretivas formais escritas. (SENNETT, 2001, pp.18-19).

A polivalência que caracteriza a atividade de Rico e o controle sutil e rigoroso que atravessam as atividades do casal analisado por Sennett remetem à discussão trazida por Adorno (1995) no texto intitulado "Tempo Livre", quando fala do conselho prático muito incentivado por Henry Ford no início do século XX, o *Do it yourself*, como forma de controlar o tempo livre dos trabalhadores que não tinham recursos para empregar alguém para cuidar dos serviços domésticos.

Adorno (1995) comenta que esta prática, marcada por um alívio administrado ante a mecanização, se inscreve num contexto mais amplo denominado por ele de pseudo-atividade. Quando o autor define a pseudo-atividade como "espontaneidade mal-orientada" (p.78), levamos a pensar que no trabalho convertido em tempo de trabalho pago, sem sentido em si mesmo, a espontaneidade só é admitida quando mal-orientada. Hoje, porém, até mesmo essa espontaneidade mal-orientada parece se tornar parte do trabalho em moldes flexíveis, extremamente mecanizado, ela se insinua no retrato do trabalhador apresentado por Sennett (2001). De um lado, o 'Faça você mesmo' parece ter migrado do tempo livre administrado para o trabalho flexibilizado, fazendo com que o trabalhador, além das múltiplas tarefas, tenha um medo permanente de perder o controle de seu próprio tempo, de outro lado o tempo livre

assume um tom profissionalizante sem precedentes, o que na maioria das vezes vem acompanhado de um acento no risco e no perigo.

Sobre este aspecto profissionalizante que vem se acentuando durante o tempo livre, Rybczynski (2000) considera que se antes as pessoas jogavam tênis, hoje elas se dedicam a ele. O autor também afirma que “[...] a obrigação de fazer as coisas direito e a importância das regras e da adequação são um tipo de escravização.” (p.25). Ou seja, as pessoas não conseguem se conceber fazendo algo errado, sem regras, sem adequações, sem o aparato certo, sem a roupa certa, sem o calçado certo durante a prática do lazer. O certo dessas coisas encontra suas origens nas atividades profissionais e o autor enfatiza isso quando diz:

Às vezes tenho a impressão que eu teria de acompanhar esses velejadores, alpinistas e amazonas de fim de semana em seus passeios e excursões para conhecê-los direito [...]. Mas será que eu veria alguém diferente, ou a mesma pessoa obedecendo a outras convenções de comportamento, roupas e acessórios? (RYBCZYNSKI, 2000, p.24).

Nesses termos, não se trata apenas de uma falta de liberdade no lazer devido a sua profissionalização mas, sobretudo, de uma espécie de profissionalização da fruição do lazer. Além das atividades de lazer serem profissionalmente oferecidas, elas passam a ser buscadas pelas pessoas como um exercício profissional.

Tanto mais suas vidas são orientadas pela eficiência tecnológica nos mais diferentes espaços e tempos, tanto mais os indivíduos estão entregues a condições que aniquilam qualquer forma de envolvimento. Um exemplo desta orientação é oferecido por Sennett (2001) quando fala de um dos aspectos que caracteriza a forma flexível de produção – “[...] a reinvenção descontínua das instituições” (p.55). Conforme o sociólogo, o desenvolvimento dos chamados “Programas de computador que padronizam procedimentos operacionais (SIMS)” (p.56) permite que uma empresa acompanhe a produtividade das células que possui espalhadas pelo globo terrestre e proceda aos cortes de unidades que não sejam suficientemente eficientes, sem causar danos para o sistema produtivo como um todo. Tal possibilidade, derivada do avanço das forças produtivas, submete os indivíduos a mudanças no modo de produção que não são continuadas e, por isso, não são registradas por eles mesmos, o que o deixa ainda mais vulnerável e passível de substituição. Nem mais o próprio trabalho permite que se construa conhecimentos que possam ser narrados, seja sobre si ou sobre aquilo que se faz.

A partir dessa constatação, pode-se pensar que a busca por atividades cada vez mais arriscadas talvez seja a forma admitida e ao mesmo tempo deformada do indivíduo se opor ao tédio que cresce diante de si. Sem conseguir enxergar alguma forma de verdadeiramente se opor à coerção permanente do tédio e do trabalho, ele se entrega à tentativa de não reconhecê-lo.

Para enfrentar um contexto de disputa profissional flexível e globalizada, os indivíduos se submetem a viagens de serviço e sentem a perda de contato familiar. Seus hábitos diários sofrem com as mudanças repentinas de rumo, exigindo deles rotinas cada vez mais adaptáveis para atender a atividades “sem começo ou fim” – descontínuas. Um conjunto de mecanismos de controle em rede são usados para mantê-los comunicáveis em “tempo real”, isto é, a velocidade passa a ser medida em *bytes*. Por tudo isso parece fundamental repelir qualquer expressão de um outro ritmo. A impotência que se revela no interior dessa flexibilidade autoritária está relacionada com o que Adorno (1995, p.76) nomeou como tédio: “O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho”. O fastio manifesto pelas pessoas quando estão em seu tempo livre testemunha que, mesmo aí, elas continuam submetidas à coação.

[...]. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como **algo em si pleno de sentido**. [...] Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre igual, então não se entediariam. Tédio é o reflexo do cinza objetivo. (ADORNO, 1995, p.76, grifo nosso).

No entanto, o indivíduo aqui tratado já não pertence apenas à classe trabalhadora; os impotentes não são apenas os proletários, mas também aqueles denominados por Marx como donos das forças e dos meios de produção. Estes também foram reduzidos à condição de servis operadores que devem se adequar ao processo produtivo. Como reitera Adorno (1994, p.67), “A dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico. Objeto disso já não são mais apenas as massas, mas também os mandantes e seus apêndices”. Todos, patrões e empregados, estão submetidos ao processo econômico, às leis do mercado, comprometidas tão somente com o lucro. O administrador de empresa que não seguir as tendências do mercado corre o risco de perder seu posto supostamente seguro, assim como o trabalhador que não buscar a qualificação exigida: o número dos excluídos da

possibilidade de retornar a um trabalho assalariado cresce gradativamente. Em um debate com Marcuse, Adorno (1994, p.68) reflete sobre essa situação:

Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade. Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica [...].

A expansão desse modelo de sociedade que adota de modo crescente o trabalho industrial ou procedimentos que se assemelham a ele atinge em cheio a esfera cultural. Ousar não seguir este modelo significa, na maioria das vezes, padecer. “Os homens seguem sendo [...] apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características das máquinas a que servem [...]” (ADORNO, 1994, p.68). Seguir, por outro lado, significa a continuidade do processo de regressão tratado na *Dialética do Esclarecimento*, que demonstra como a extensão da maquinaria ao plano cultural subordina a vida humana aos interesses do capital, submetendo “[...] todos os setores da vida espiritual a este fim único: ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte, com o selo da tarefa de que devem se ocupar durante o dia.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.123).

Mediado pelo princípio da troca, o desenvolvimento tecnológico nem reduziu o tempo de trabalho do indivíduo nem propiciou um trabalho em que ele pudesse realizar suas potencialidades espirituais e sensíveis. Pelo contrário, exigiu uma adesão ainda mais intensa ao aparato tecnológico e, portanto, uma entrega ainda maior à lei da equivalência. Como considera Jeremy Rifkin (1995, pp.205-206):

Na era industrial, os trabalhadores ficaram tão emaranhados nos ritmos da maquinaria mecânica, que freqüentemente descreviam sua própria fadiga em termos de máquina – queixando-se de estarem “desgastados” ou passando por um “esgotamento”. Agora, um número crescente de trabalhadores está tornando-se tão integrado aos ritmos da nova cultura do computador, que quando sentem-se estressados, sentem “sobrecarga” e quando sentem-se incapazes de enfrentar a situação, “se apagam” e “dão uma parada”, eufemismos que refletem a proximidade com que os trabalhadores se identificam com o ritmo imposto pela tecnologia do computador. (aspas no original).

Até mesmo aquele que, por formação acadêmica, podia usufruir do privilégio de organizar seu próprio tempo de trabalho, é cada vez mais orientado por tabelas de produtividade e manuais que detalham como deve proceder. O modo flexível de produção permite de fato que todos os campos da produção se encaminhem na direção dos índices de produtividade estipulados. Independentemente da localização e das particularidades que se apresentam no cotidiano dos indivíduos, é preciso combater a insegurança produzida pela idéia de um ‘tempo livre’, tornando-o produtivo. A flexibilidade que caracteriza o tempo, o espaço, o grupo com o qual se trabalha, as peças e os programas reconfiguráveis, testemunha a elevada capacidade de exploração atingida pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, representa o aumento da fragilidade do indivíduo que acaba assumindo mais empregos de curta duração e alta rotatividade para sobreviver.

Enquanto se intensificam as buscas por trabalho e por atividades que preencham o tempo livre, Adorno (1995) se recusa a chamar de *hobby* suas ‘atividades do tempo livre’, pois não as concebe como ocupações para matar o tempo, mas sim, como momentos singulares tão importantes e realizadores quanto os vividos no trabalho universitário. O que se apresenta hoje, conforme indica o autor, é uma obrigatoriedade de se possuir um *hobby*; no entanto, há algo que parece ir além dessa obrigatoriedade: além da exigência de que todos tenham um *hobby*, este precisa trazer a marca da mobilidade, seja virtual ou real. Quando Adorno (1995) fala do bronzeado como a marca de uma vivência daquele que viaja e que torna-se o fetiche daquele que bronzeou, ele instiga a reflexão sobre o modo como isso se realiza hoje. O bronzeado, apesar de ainda promover o fetiche de si mesmo, parece ter perdido a função de provar a si e aos outros que se estava de férias. Mais do que estar de férias, é necessário provar que elas foram aproveitadas ao máximo e que vários lugares foram visitados, ainda que dentro de uma mesma localidade. Em outras palavras, o que parece ser mais relevante hoje é o *quantum* de atividades que se realizou no tempo livre. Nesse contexto, as fotografias ou as filmagens que registram esse movimento se tornam mais valiosas que a pele bronzeada.

A possibilidade de organizar e escolher seu trabalho conforme as próprias intenções que aparece no início do texto “Tempo Livre” de Adorno (1995) parece cada vez mais distante dos dias atuais. Ao dizer de sua própria experiência, o autor oferece indícios de como a impossibilidade da liberdade no tempo livre se enraíza na conversão da força de trabalho em mercadoria, que apenas adquire valor quando é trocada no mercado e que não se realiza como um valor em si, mas sempre como algo destinado a outro. Entretanto, as alterações produzidas com o movimento do próprio capital entre as décadas finais do século XX e iniciais do XXI,

se comparadas às proposições de Adorno em relação ao tempo livre, revelam um caráter quase irreversível. Nessas configurações, como ainda seria possível usufruir de um ‘tempo livre’ se a divisão rígida que separa o tempo livre do tempo de trabalho se mantém com as formas flexíveis de produção e com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação? E ainda: se as ocupações para matar o tempo ainda hoje carregam as mesmas características ressaltadas no texto adorniano? A reflexão sobre esses aspectos parece fundamental para um entendimento do lugar que o chamado tempo livre ocupa nos dias atuais.

No que diz respeito à busca crescente por práticas de lazer em meio à natureza, há não muito tempo o ecoturismo ganhou relevância e, com ele, mais pessoas têm procurado estabelecer uma relação de proximidade com algo que já não encontram mais em seu cotidiano. Ribeiro e Barros (1997), sobre o ecoturismo em Cancun, no México, dão exemplos que demonstram a imensidão desse segmento turístico que envolve, cada vez mais, uma maior aplicação de capitais. Eles afirmam que

É impressionante a reluzente infra-estrutura da “zona hoteleira”, onde milhares de ricos turistas são apresentados a um México idílico. Hospedam-se em gigantescos hotéis, de escala condizente com o consumo da elite do sistema mundial, que, se preferir, pode passar todo o seu tempo nesses templos autocontidos do lazer e do privilégio, *bunkers* que se constroem sob a fantasia da busca da autenticidade, da sedução hedonista, do prazer e do consumo fácil, protegido e serviçal. (p.31, aspas no original).

A natureza ‘preservada’, na forma de uma infra-estrutura capaz de satisfazer aos desejos de consumo daqueles que têm capacidade de consumir, traduz o sentido que os autores dão à palavra idílico. Se, conforme foi aqui desenvolvido em termos conceituais, o tempo livre se vê ainda mais comprometido com a produtividade no modo flexível de produção, é preciso também refletir detidamente em que medida a promoção de práticas do tempo livre em ambientes naturais pode levar a experiências de não dominação da natureza.

CAPÍTULO 2

TEMPO LIVRE E NATUREZA

*É bem verdade que o que é suspeito não é a
representação da realidade como um inferno,
mas a exortação rotineira a fugir dela.
(Max Horkheimer e Theodor Adorno)*

2.1 ECOTURISMO E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA NATUREZA

Quem um dia não vivenciou aquela expectativa que antecede uma viagem turística para algum lugar distante e diferente? Uma euforia que acaba envolvendo todos que nela se aventurarão a ponto de tornar suas relações ainda mais amistosas. Um entusiasmo partilhado por toda a família e animado pela idéia de que muito em breve todos estarão noutra lugar, distante, desconhecido, cheio de novidades, mas também repleto de riscos, entre pessoas estranhas com formas distintas de se viver. Assim, as expectativas quanto às surpresas e riscos presentes em toda viagem acabam provocando efeitos nas relações mais próximas, alterando inclusive a percepção do cansaço e do desgaste provocado pela dinâmica da vida acelerada em meio a um trabalho que, nos dizeres de Marx, transforma as relações sociais diretas entre diretas entre homens e seus trabalhos em relações sociais entre coisas.

Talvez tenha sido da tensão entre esses momentos de expectativa, de euforia, de entusiasmo partilhado e os momentos devotados ao trabalho de seus pais, que as novas gerações extraíram forças para se adaptar a uma sociedade extremamente excludente. Tensão que acabou os levando a identificar as viagens como expressão de transformações, de mudanças. Viagens que são hoje uma das características das novas formas de produção flexível, em que a mobilidade é a alma de todo negócio.

Cada vez mais pessoas viajam para se aproximar de ambientes naturais e escapar da monotonia do trabalho, dos sons, das imagens, das pessoas, dos ritmos, da violência, da tensão, dos congestionamentos, enfim, da rotina das cidades, especialmente dos grandes centros urbanos. Viagens estas que passaram a ser percebidas como uma expressão de aventura, de maior liberdade, de algo incomum, inusitado, como uma oposição ao tempo

acelerado e os espaços aturdidos da cidade. Os anúncios e propagandas participam dessa expansão e percepção prometendo ora uma vida excitante, divertida, estimulante, ora uma vida tranqüila. Em ambos os casos, se explora o crescente interesse por lugares menos freqüentados e menos conhecidos pelo grande público, e que muitas vezes são de difícil acesso e reservam alguns perigos.

A partir dessa expansão, o contato com áreas verdes tem crescido vertiginosamente, propiciando um segmento turístico conhecido como ecológico ou, simplesmente, ecoturismo. Junto dele, é notória a crescente ênfase da publicidade e da propaganda a uma vida cercada por belezas naturais e, ainda, a apresentação de uma natureza pura, protegida dos males produzidos pela civilização. Kellner (2000), ao analisar as propagandas de cigarro, aponta o progressivo desaparecimento da imagem humana em meio à natureza mais pura nas propagandas de cigarros *Marlboro*. O autor explica que tal supressão se baseia no fato de que a imagem humana recordaria as degenerações provocadas pelos componentes existentes no cigarro que passaram a ser denunciados pelos mais diversos movimentos de combate à indústria tabagista. Ou seja, a figura humana que evidenciaria os prejuízos à saúde foi evitada em prol da apresentação de uma natureza ‘selvagem e pura’, ‘intocável’ pelo trabalho humano e alienado que reproduz o sistema capitalista.

As propagandas que exaltam as belezas naturais, tendo em vista o consumo destes lugares, têm atraído muitos adeptos e defensores da preservação dos recursos naturais, assim como têm difundido e exaltado práticas diversas de lazer em espaços naturais. Valorização observada não só nas propagandas, mas também na busca crescente de práticas corporais na terra, na água e no ar, e que ocorre em meio a um processo de discussão política e teórica sobre a destruição dos ambientes naturais pelo modo de produção capitalista, e, principalmente, com o aumento do seu poder de destruição.

Um modo de produção que perpetua e aprofunda a devastação da natureza aperfeiçoando meios capazes de ocultar tal processo. Devido ao grande número de serviços agregados à expansão do ecoturismo e à infra-estrutura requerida para a recepção de um grande número de pessoas, tem-se chamado esse recente setor econômico de “indústria sem chaminés”. É assim que assistimos a substituição da ênfase sobre as indústrias de chaminés para as chamadas indústrias sem chaminés. Se um dia, aquelas foram admiradas como símbolos do progresso e deixaram de ser percebidas como tal devido ao seu efeito poluente, prejudicial à vida em geral, hoje dividem espaço com as indústrias de lazer, que promovem

novas formas de exploração da natureza e, portanto, de desmatamento e de destruição mais difíceis de se reconhecer.

É a partir desse processo de exploração da natureza enredado na expansão de atividades de lazer nos espaços naturais que várias áreas profissionais são mobilizadas a participar, sendo a Educação Física uma das áreas interessadas em oferecer mão-de-obra especializada para atender às novas demandas do mercado. Nesse sentido, muitas discussões têm sido feitas por profissionais da área e que visam aproximá-la do ecoturismo, como pode ser visto em Bruhns (2003), Marinho (2001), Alves e Dias (2005), Ribeiro e Barros (1997), entre outros.

Conforme dados obtidos na área do turismo (MARINHO, 2003)¹¹, os investimentos estão na base de cinco trilhões de dólares em todo o mundo; somente no Brasil, se espera uma movimentação econômica na cifra dos quatro bilhões de dólares, e, desse total, o percentual investido está muito abaixo da capacidade e da potencialidade turística brasileira disponível atualmente nos 450 roteiros turísticos oficiais. A estimativa é de que, entre 2007 e 2008, 65 milhões de pessoas façam viagens turísticas no país.¹² Portanto, qualquer iniciativa, pública ou privada, pode contribuir para o incremento ou para o prejuízo nas atividades de lazer, uma vez que os turistas precisam gostar das condições disponíveis no local¹³.

Percebe-se que no Brasil, a população costuma tirar férias em locais relacionados com água, como praias, lagos, rios, estâncias hidrominerais. Dessa forma, as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas. (BRASIL, 2005, p.01).¹⁴

¹¹ As informações iniciais foram oferecidas neste texto, posteriormente buscamos atualizar os dados junto ao site do Ministério do Turismo <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em 16 nov. 2006.

¹² Mais detalhes podem ser vistos em Associação Brasileira de Agências de Viagens, no endereço eletrônico: <http://www.abav.com.br/view_noticias.asp?anomes=&id=348>, ou ainda em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/valortur.html>>. Acesso em 16 nov. 2006.

¹³ Relatório de Gestão 2005 MTur, p. 25, fonte: <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/coroot/CMS%5CDocumentoItem/files/RELATORIO_DE_GESTAO_2005.doc>. Ver também Teles, Vladimir et al. Competitividade do Preço do Turismo no Brasil, p. 6. <<http://www.unb.br/cet/relatorio.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2006.

¹⁴ Informações mais detalhadas sobre o uso do tempo de lazer no Brasil estão no estudo “O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos” da Agência Nacional de Água, disponível em: <http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20Lazer.pdf>. Acesso em 16 nov. 2006.

Por outro lado, os impactos provocados por essa indústria sem chaminés não são menos destruidores quando comparados com aqueles produzidos pelas indústrias com chaminés. A destruição se tornou mais difusa e requer muito mais atenção, muito mais tempo para ser reconhecida por aqueles que não são imediatamente suas próprias vítimas.

Uma nova forma de eliminação de plantas, de animais, de seres humanos, de modos de vida é inaugurada com estas novas fábricas. Os que dependiam desses locais para viver passaram a depender dos turistas com poder econômico para fruir esses locais. Sobre tais conseqüências, Dias (2003, p.141) aponta que:

[...] no Brasil pode ser citado como impacto do ecoturismo o caso do lobo-guará – animal em risco de extinção – na Serra de Ibitipoca, em que animais dessa espécie perderam suas características selvagens de caçadores para se tornarem verdadeiros vira-latas, alimentando-se de restos de comida dos turistas ou alimentados diretamente por estes, chegando inclusive a rasgar barracas para buscar comida.

Sobre uma outra região brasileira, Loubet (2007, p.13) afirma:

[...] na região de Bonito, Mato Grosso do Sul, alguns impactos do ecoturismo já são perceptíveis, como no caso do Balneário Municipal, em que se percebeu que algumas espécies de peixes (principalmente a piraputanga), alimentadas pelos turistas com salgadinhos industrializados, estão tendo interferência em seu ciclo migratório e acumulando gordura em seu organismo, o que leva à obstrução do canal de reprodução e reabsorção dos óvulos nas fêmeas [...]. (s/d, p.13).

Loubet também destaca o fundamento econômico que justifica o investimento na preservação, pelo menos de animais mais raros. Diz ele:

Dados do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) revelam que o Quênia obteve US\$ 400 milhões em 1988 com o turismo (sua atividade mais rentável). Inclusive, avaliação feita por esse país dá conta que um leão vivo no Parque Nacional Amboseli vale US\$ 27 mil anuais, enquanto o valor de uma manada de elefantes é de US\$ 610 mil [...]. Assim, fica evidenciado que além de ser uma atividade altamente rentável, o ecoturismo é um grande auxiliar na manutenção do equilíbrio ambiental, mostrando-se como atividade refletora do princípio do desenvolvimento sustentável, um dos

objetivos principais da Política Constitucional do Meio Ambiente. (2007, p.13).¹⁵

Para pensar isso talvez seja importante destacar uma outra tendência atual: a de simular espaços com matas nativas em meio ou próximas a grandes centros urbanos, ou ainda o comércio de mercadorias e atitudes que atestam a idéia de *adventure, in nature*, ou *ecologie*, que exibem algo de ecologicamente correto, apesar de serem ainda mais destruidoras daquilo que aparentemente defendem, como é o caso, por exemplo, dos carros hoje em moda, os pseudo ‘fora-da-estrada’¹⁶.

Sobre os simulacros de espaços naturais, Baudrillard (1995, p.89) fala:

[...] abate-se uma floresta para no mesmo sítio construir um conjunto baptizado de “Cidade Verde” onde se tornarão a plantar algumas árvores que darão uma sugestão de “natureza”. Por consequência, o “natural” que assedia toda publicidade é efeito de “make-up”: “ultra-beauty garante-lhe uma maquilhagem aveludada, unida, duradoira, que dará a sua tez o brilho natural com que sonha.” (aspas no original).

Ribeiro e Barros (1997), ao discutirem o ecoturismo, especialmente o desenvolvido em Cancún, no México, denunciam a destruição das comunidades locais pelo capital transnacional, para desenvolver a infra-estrutura requerida para o usufruto de ricos visitantes. Infra-estrutura que orienta a percepção dos turistas em relação ao que os mexicanos chamaram de ecoarqueológico, ou seja, as belezas naturais produzidas no auge da civilização maia. Nesse sentido, é necessário indagar se o ‘eco’ desta denominação tem aqui o significado de natureza ou se, efetivamente, indica que, da natureza, admite-se tão somente ecos. Esta questão deriva não só do fato dos autores destacarem um ecoturismo marcado pela oferta de um conjunto de serviços que naturalmente não existiriam, mas também pelo fato dele estar se estruturando sobre a exclusão de comunidades que histórica e socialmente caracterizam determinado ambiente ‘natural’.

¹⁵ Ver detalhes em: <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Luciano_F_Loubet_Regime_juridico_do_ecoturismo.pdf>. Acesso em 16 nov. 2006.

¹⁶ Veículos “fora da estrada” ou *off-road* são aqueles dotados de tração integral nas quatro rodas, suspensões elevadas e motorização robusta. Maiores detalhes disponível em <<http://www.planetaoffroad.com/>> ou veja em <http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1171228>. Acesso em 10 jun. 2007.

Como exemplo de serviços, os autores evidenciam a estrada asfaltada, a infra-estrutura hoteleira e os meios de comunicação e transporte diversos. Já como exemplo de segmentos sociais proscritos, Ribeiro e Barros (1997) se referem a uma comunidade maia que foi removida da estrada que dava acesso a um balneário famoso próximo de Cancun, porque ela representava uma poluição visual ao turista na medida em que a pobreza por eles expressa, assim como as suas formas e traços não mais correspondiam aos simulacros da riqueza e das belezas daquela civilização. A transferência da comunidade de descendentes maias para uma área distante dos olhos dos turistas, no meio da mata, evitava qualquer sensação de desconforto que pudesse afetar o consumo, ao mesmo tempo que tolhia qualquer contato com os vestígios naturais daquela civilização histórico e socialmente modificada. Tal remoção confirma a produção de simulacros de natureza evidenciados acima por Baudrillard (1995) e testemunha a continuidade de uma relação com a natureza baseada na sua dominação e exploração. Desse modo, enquanto rios, plantas, animais e gentes continuam sendo destruídos, suas imagens são reproduzidas e suas formas são mais e mais simuladas mediante o aparato tecnológico.

Tanto o abate das árvores nativas que dão lugar a um condomínio verde quanto à exclusão das populações nativas que dão lugar a um ambiente limpo e deslumbrante inibem o desenvolvimento de uma má-consciência, pois nesses lugares há toda uma infra-estrutura que exclui manifestações do sofrimento humano, como se nada pudesse recordar o sofrimento presente na base de todo o processo civilizatório, o mesmo que produziu as maravilhas tecnológicas. Talvez isso signifique que aquelas comunidades conservem as marcas que atraem a lembrança do sofrimento vivido tanto pelos dominados quanto pelos próprios dominadores. Assim, a lembrança da ligação originária do indivíduo com a natureza e do prazer de perder-se nela é afastada com a remoção de todos aqueles que carregam as marcas da violência, os dominados. O afastamento destes é também o afastamento da dor dos próprios 'vencedores', que supõem vencer o medo e dominar a natureza identificando-se com a dominação produzida pelo trabalho racionalmente organizado, com a potência mecânica e suas manifestações *high tech*.

Uma outra face desta devastação da natureza é abordada por Laymert Garcia dos Santos (2003), quando analisa a biotecnologia e o seu controle da potencialidade auto-geradora das sementes:

Em primeiro lugar, a semente auto-regeneradora se torna semente estéril que não se reproduz, quando por definição é um recurso gerador [...] a semente agora não produz por si mesmo: necessita outros insumos (adubos, químicos, etc.) que também serão industriais [...]. Em segundo lugar, a biotecnologia toma o todo pela parte e a parte pelo todo: pois trata a semente auto-regeneradora como mero germoplasma “primário”. (p.28, aspas no original).

Nesse sentido, a biotecnologia acaba por retirar da semente sua potência autogeradora, tornando-a dependente de outros produtos industrializados e reduzindo-a tão somente a uma fase da constituição da vida. Santos (2003) também se refere às pesquisas biotecnológicas voltadas para o armazenamento e o patenteamento dos genes da biodiversidade de plantas, animais e seres humanos que vivem na Amazônia. Conforme ele afirma,

À desvalorização das formas de vida e à sua redução a mera matéria-prima corresponde a introdução de genes e à reivindicação de propriedade intelectual para os bioprodutos inventados [...] agora, com a biotecnologia é possível uma apropriação direta da vida. (SANTOS, 2003, p.29).

A destruição acompanhada pelo controle genético oferece então as bases da riqueza na sociedade da biotecnologia, o que permite compreender a continuidade da mentalidade predatória ironicamente expressa por Santos quando cita o presidente do IBGE falando do aumento das queimadas. Ele diz que

Havia e ainda há tanto para queimar que podemos seguir por mais algum tempo na trilha inaugurada há 500 anos. E, quando o líder indígena nos diz que a atitude dos brasileiros para com a terra permaneceu fundamentalmente a mesma, que a mentalidade predatória atravessou incólume todos esses séculos, somos obrigados a reconhecer que, embora ele tenha razão, não estamos dispostos a mudar. (SANTOS, 2002, p.04).

Em outro texto, o autor permite compreender que essa visão predatória participa da “mente colonizada à submissão e à inferioridade”, incapaz de reconhecer as riquezas da biodiversidade e da sociodiversidade brasileira, o que facilita a exposição destas a uma nova modalidade de exploração.

A mentalidade predatória assume formas diferentes de destruição e produção de forças produtivas, tal como afirma Santos, que resultam da relação de exploração da natureza interna e externa para a conquista de uma subjetividade que se acredita soberana e que, nesse mesmo

processo, se torna cada vez mais fungível. Ela é a condição para a conservação do mito da soberania que sustenta a sociedade capitalista e todos os episódios de destruição produzidos por sua lógica interna.

A discussão de Santos (2003) no “Politizar as novas tecnologias” considera como o Brasil vem se colocando frente aos interesses de corporações que objetivam ter o controle e os direitos de propriedade sobre vidas e seres que vivem em território nacional. Sua discussão, além de demonstrar um histórico sobre o posicionamento do Brasil sobre a política de patentes, dá mostras da urgência dessa discussão. Nela, podemos ver a natureza sendo reafirmada como matéria que deve ser dominada e explorada, tendo em vista a lógica do mercado e do lucro. Nas suas próprias palavras,

No passado, os negros e muitos índios foram escravizados e, como tais, tornaram-se mercadorias. Hoje, como plantas silvestres, animais selvagens e germoplasma, o povo brasileiro está se tornando *res nullius* e matéria-prima para a biotecnologia e o biomercado externo. (SANTOS, 2003, p.48, grifos do autor).

2.2 PRÁTICAS EM MEIO À NATUREZA:

RECONCILIAÇÃO OU NOVAS FORMAS DE DESTRUIÇÃO?

Na mesma época em que a política de patentes sobre a bio-sócio-diversidade analisada por Santos (2003) foi tema de discussão da ECO-92¹⁷, as atividades esportivas em meio à natureza ganharam notoriedade. Alves Junior e Dias (2005) destacam que a discussão, em língua portuguesa, sobre tais atividades se popularizaram, especialmente, a partir desse importante encontro. Conforme esses autores, a contemporaneidade desse fenômeno produz uma dificuldade terminológica, ou seja, produz uma variedade de termos para designá-las, tais como: esportes de aventura, esportes radicais, ecoesportes, esportes californianos, vivências corporais de lazer na natureza, etc.

¹⁷ A ECO-92, Rio-92, ou Cúpula da Terra, nomes pelos quais é mais popularmente conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, foi uma conferência das Nações Unidas sem precedentes, tanto em termos numéricos quanto em relação aos objetivos, cujo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico e industrial com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Ver detalhes em <http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>.

Tendo em vista essa dificuldade, tais autores estabelecem alguns critérios que permitem a identificação dessas atividades e que também foram adotados no desenvolvimento deste estudo. Os critérios são: a) as atividades são praticadas em meio à natureza, seja na água, na terra ou ao ar livre; b) seus praticantes demonstram uma busca por excitações agradáveis e por imprevisibilidades derivadas do local da prática; c) seus praticantes possuem um discurso de preservação do meio ambiente e uma preocupação ecológica; d) sua prática requer equipamentos de alta tecnologia.

Desse modo, é preciso ressaltar que o contexto em que essas práticas se apóiam e se destacam é marcado pela preocupação dos seres humanos com os prejuízos da industrialização para o meio ambiente, fortemente evidenciada na década de 1960, quando eclodiram os movimentos de contestação em relação ao processo de industrialização em várias partes do planeta, ou seja, as chaminés passaram de imagens sedutoras do progresso para imagens da destruição/poluição. Esses movimentos – tais como o movimento estudantil, o movimento ecológico, o movimento feminista, os *hippies*, entre outros – podem ser analisados de acordo com as proposições de Herbert Marcuse (1995) acerca dos movimentos potencialmente revolucionários, o que insere a discussão sobre as práticas em ambientes naturais em um contexto mais amplo da sociedade industrial.

Nesse sentido, a leitura dos autores frankfurtianos contribuem para uma reflexão que considera a realidade atual e os dilemas relacionados à vida no planeta e produzidos na marcha do processo civilizatório burguês. Cada vez mais está presente a contradição entre um mundo que produz a destruição a partir do domínio irrestrito da vida enquanto, em vários lugares, pessoas e entidades estão preocupadas em proteger a natureza, em denunciar os ataques freqüentes e intensos a ela, que integram o que Marcuse (1999) denominou de “movimento ecológico”. No interior desses movimentos, se destaca um tipo de lazer que propõe a reconciliação do ser humano com a natureza por intermédio de atividades realizadas em meio à natureza e que promete uma relação de não domínio e de não exploração da mesma.

No texto “Ecologia e a crise da sociedade moderna”, Marcuse (1999) discute o significado dos movimentos ecológicos que já se destacavam na sua época, e busca explicar o impulso destrutivo que sublinha a sociedade contemporânea. O autor analisa como a característica de destrutibilidade geral dessa sociedade se realiza como uma “[...] destrutibilidade psicológica no interior dos indivíduos” (p.143). Seu exame não apenas se funda nos conceitos freudianos, mas sustenta-se sobre o conceito de “utopia concreta”, de

Ernst Bloch. Para Marcuse, assim como para Max Horkheimer e Theodor Adorno (1985), a destrutibilidade geral compõe a sociedade capitalista à medida que esta concebe todos os seres vivos como meros substratos a serem explorados. Tal destrutibilidade se reproduz na dimensão do particular, na consciência dos indivíduos, por meio do contexto fornecido pelas instituições sociais, marcadas por aquilo que o filósofo chamou de “destrutibilidade institucionalizada”. Para exemplificá-la, Marcuse (1999, p.144) inclui

[...] o constante aumento no orçamento militar às custas do bem-estar social, a proliferação de instalações nucleares, o envenenamento e a poluição gerais do meio ambiente, a gritante subordinação dos direitos humanos às exigências da estratégia global e a ameaça de guerra no caso de uma contestação desta estratégia.

Um outro caso análogo de destrutibilidade institucional é dado por Santos (2003) quando discute a progressiva adesão do Brasil aos interesses das corporações internacionais pela aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Patentes, da propriedade sobre variedades modificadas geneticamente, sobre seres vivos que povoam a biodiversidade brasileira.

É nesse contexto de destrutibilidade institucional destacado por Marcuse (1999) que se busca entender a dimensão profunda da sociedade, isto é, a destrutibilidade inerente ao sistema capitalista, refletida na consciência individual, com base no entendimento de que a lógica desse sistema e sua destrutibilidade são reproduzidas na consciência e na inconsciência do indivíduo. Marcuse aponta três situações que se referem a essa dimensão do particular. Em uma delas, cita como foi discutida e aprovada uma lei que regula o uso da energia nuclear nos estados americanos. Conforme escreveu o autor, “Esta lei teria colocado uma moratória sobre todas as instalações nucleares no estado em que faltassem os meios adequados de evitar resíduos atômicos letais. O juiz em questão invalidou esta lei por considerá-la inconstitucional.” (p.145). O veredicto do juiz expressa uma manifestação individual da destrutibilidade geral que caracteriza a dimensão profunda da sociedade, o que levou Marcuse a interpretá-lo com os dizeres: “viva la muerte!”. Pode-se concordar com ele, pois a lei pressupõe a possibilidade de instalações nucleares que não produzem resíduos tóxicos, mas, ao mesmo tempo, cabe o questionamento: é possível a produção de energia nuclear limpa e sem prejuízos à vida?

Ao seguir o entendimento freudiano de que há um impulso primário destrutivo e um impulso favorável à vida, Marcuse (1999) discute o equilíbrio dessas duas forças fundidas

dentro do indivíduo. A partir de Freud, ele afirma que “[...] qualquer aumento na energia destrutiva no organismo leva, mecânica e necessariamente, a um enfraquecimento de Eros, a um enfraquecimento das pulsões de vida.” (p.146).

Ao discutir a destrutibilidade social a partir desses impulsos, Marcuse (1999) sugere não existir separação entre psicologia individual e psicologia social e argumenta:

Em graus variados, todos os indivíduos são seres humanos socializados. O princípio de realidade predominante na sociedade governa a manifestação inclusive dos impulsos primários do indivíduo, tanto quanto aqueles do ego e do subconsciente. Os indivíduos introjetam valores e objetivos, os quais estão incorporados nas instituições sociais, na divisão social do trabalho, na estrutura de poder estabelecida, e assim por diante. E, inversamente, as instituições sociais e políticas refletem (tanto na afirmação quanto na negação) as necessidades socializadas dos indivíduos, as quais se tornam desse modo suas próprias necessidades. (p.146).

Se no princípio da realidade os valores e os objetivos sociais agem sobre os dois impulsos fundidos no interior do indivíduo, esses não podem ser entendidos meramente como impulsos individuais, mas sim, como impulsos sociais. A aceitação das necessidades oferecidas ou impostas pelas instituições sociais significa aquilo que Marcuse (1999) chamou de estrutura do caráter afirmativo. A discordância diante de tais necessidades não significa a sua não incorporação. A aceitação e a negação das necessidades oferecidas ou impostas socialmente contribuem para aquilo que o autor chamou de estrutura de caráter radical, ou seja, uma estrutura de caráter em que prepondera, individualmente, a pulsão de vida sobre a pulsão de morte. Entretanto, será esta uma sociedade democrática ou, cada vez mais, o princípio de autoconservação rege todas as vidas?

Para Marcuse (1999), as sociedades democráticas não precisam impor a estrutura de caráter afirmativo, mas promovê-la por meio de recompensas materiais e de certo afrouxamento moral e sexual, que reforça a idéia de soberania individual, oriunda da crença de domínio e auto-suficiência presentes no processo de esclarecimento, discutido por Horkheimer e Adorno (1985). Essa consciência conformista, chamada por Marcuse de estrutura de caráter afirmativo, responde a fundamentos racionais e materiais, e se reproduz por meio da satisfação substitutiva que impede a percepção de necessidades emancipatórias. Ao esclarecer o que compreende como essas necessidades, escreve em seu texto:

Refiro-me à existência de um alto padrão de vida para a maioria da população privilegiada, e de uma moralidade social e sexual frouxa. Estes fatos, numa medida considerável, compensam a alienação intensificada no trabalho e no lazer, que caracteriza esta sociedade. (MARCUSE, 1999, p.147).

Desse modo, como não há uma relação de não dominação entre indivíduo e sociedade e como a alienação e a repressão da natureza se reproduzem no interior do indivíduo, inclusive no seu tempo livre, é necessário haver mecanismos substitutivos que proporcionem um certo nível de satisfação que, ao mesmo tempo, controlem os impulsos para eles não se dirigirem em busca da satisfação de necessidades emancipatórias.

Marcuse (1999) pressupõe que necessidades emancipatórias implicam em alterações das relações sociais de trabalho, assim como do modo de trabalho, o que revela a dominação da natureza interna e externa. Enquanto elas não ocorrem, a rebelião com vistas à satisfação dessas necessidades emancipatórias é postergada pela introjeção profunda nos indivíduos da satisfação compensatória. A liberdade, inclusive, passa a ser co-determinada pelo indivíduo que absorveu este mecanismo substitutivo que, por sua vez, tem suas bases no processo de destruição inerente ao modo de produção capitalista. Segundo o autor, apesar dessa introjeção, ainda existem forças potencialmente transformadoras da sociedade. Ele considera ainda que os movimentos ecológicos corresponderiam a uma forma de politização dos impulsos para a vida e, nesse sentido, expressariam o anseio pela satisfação de necessidades balizadas naquilo que Ernst Bloch chamou de “utopia concreta”.

Nesse sentido, Marcuse (1999) entende que a fuga do ambiente urbano e a busca pelas atividades em meio à natureza configuram uma espécie de denúncia da impossibilidade de se viver na estrutura social administrada, como se cada indivíduo fosse portador de uma verdade na medida em que admite que o ambiente urbano restringe um tipo de liberdade ainda não conquistado, mas que já poderia ter sido se consideradas as possibilidades materiais.

Para Marcuse (1999), a fuga a um estado sem dor, não é motivada por *Tanatos*, pelo retorno a estágios anteriores de vida, originária de um impulso de morte, mas se origina do impulso de vida, de *Eros*, da busca por um estado sem dor, que se refletiria no cuidado e na proteção de todas as coisas vivas. A busca por este estado, portanto, estaria na base dos movimentos ecológicos, voltados para a restauração da natureza externa e interna aos seres humanos.

O filósofo considera que o movimento de defesa e de proteção da natureza se revela como um movimento político e psicológico, pois, ao mesmo tempo em que se contrapõe aos interesses do capital, tem em vista a pacificação do homem com a natureza externa e, por isso, também com a natureza interna. Nas palavras de Marcuse (1999, p.152), “Um ambientalismo bem-sucedido subordinará, dentro dos indivíduos, a energia destrutiva à energia erótica”. Nesse aspecto, entende que os protestos dos movimentos ecológicos possuem uma propriedade diferente das formas tradicionais de protesto, pois assinalam uma “politização da energia erótica” (p.153). Para o autor, tais movimentos são “[...] revoltas existenciais contra um princípio de realidade obsoleto, são uma revolta conduzida pela mente e pelo corpo dos próprios indivíduos.” (p.153).

Por isso, há uma ambivalência promissora nesses movimentos: a base pulsional que está na origem deles entra em conflito com a autodisciplina geralmente exigida para uma atuação política coletiva e efetiva. Se por um lado tal conflito leva a um enfraquecimento da luta para mudar os fundamentos sociais, políticos e econômicos que promovem a destruição, por outro lado, expressa o anseio mais íntimo do indivíduo, de reconhecimento da dimensão finita do corpo e da alma desses indivíduos, que tendem a serem sacrificados no interior das organizações de massa.

Nesse sentido, Marcuse (1999) identifica uma impotência desses movimentos que se pautam na sensibilidade e na imaginação e não se apóiam no sacrifício das almas e corpos daqueles que os constituem. Para ele, “A fraqueza destes movimentos é talvez um sinal de sua autenticidade. Seu isolamento é talvez um sinal dos esforços desesperados necessários para escapar do sistema geral de dominação, para romper o *continuum* da destruição realista, lucrativa.” (p.154). O não sacrifício, a sensibilidade e a imaginação, enfim, a preponderância de *Eros* sobre *Tanatos*, que visam esses movimentos, são entendidas como aporte necessário para a formação de subjetividades incapazes de destruir o outro.

Contudo, cabe aqui pensar o potencial revolucionário desses movimentos analisados por Marcuse. Será que eles vêm se realizando como um aporte para a formação de indivíduos que se recusam a produzir outro *Auschwitz*?

No que se refere às atividades de lazer, pode-se indagar se o indivíduo envolvido em práticas em meio à natureza consegue estabelecer uma relação de não dominação da natureza interna e externa, uma relação em que os diferentes se comuniquem, sem medo de expressar o medo.

Nos últimos anos, com o aprofundamento da destruição desmedida da natureza, também proliferaram movimentos que a defendem em todas as partes do mundo. A ponto de, cada vez mais, até as imagens veiculadas no sistema da “indústria cultural”¹⁸ também acentuarem a necessária atitude ambientalmente correta, assim como explorarem a idéia, a despeito de toda manipulação, de uma beleza natural. O conceito de natureza preservada tem uma presença cada vez maior na ordem do dia, juntamente com a idéia de uma consciência ambiental. No interior das práticas corporais, especialmente as realizadas no tempo livre, surge um universo de atividades físicas alternativas, comumente chamadas de *soft* em contraste com as atividades físicas tradicionais, sejam elas esportivas ou não. Significativamente, não são raras as ocasiões em que as atividades corporais realizadas em meio à natureza também recebem o adjetivo de radicais ou de aventura.

Para Coelho dos Santos (1997), as atividades físicas *soft* expressariam outro modo de compreender o corpo, capaz de superar a relação de dominação presente nos esportes modernos, os quais estariam fundados no princípio da mensuração e da maximização das forças corporais. Em suas palavras,

O esporte moderno, quer seja praticado por profissionais ou por amadores, quer seja exercido individual ou coletivamente, é fundado sobre as idéias de força, de velocidade, de aceleração, de trajetória, de potência e de outras pertencentes ao mesmo domínio conceitual. Em conformidade com essas idéias básicas, as noções de destreza muscular, de resistência, de desgaste e de esforço físico são igualmente essenciais. Qualquer que seja a disciplina, o desempenho deve ser medido, avaliado, calculado, traduzido em números [...] o corpo é apenas um instrumento ou uma ferramenta a ser dominada para otimizar o rendimento e maximizar os resultados. Trata-se de um trabalho, de uma ação sobre o corpo visando a, progressivamente, ultrapassar os limites que ele impõe, objetivando subjugar e superar cada resistência bem como cada resíduo inercial que ele possa encerrar. (COELHO DOS SANTOS, 1997, p.12).

Para o autor, as atividades físicas chamadas de *hard* são marcadas pela força e pelo controle, realizadas numa superfície cheia de atritos, que exige o máximo domínio daqueles que a realizam. Existe uma diferença significativa dessa prática, própria dos esportes modernos e as atividades físicas denominadas por ele de *soft*, caracterizadas pela leveza e

¹⁸ Termo cunhado por Horkheimer e Adorno (1985) para designar a conversão da cultura em mercadorias, realizada com o desenvolvimento de um sistema constituído por variados veículos de comunicação de massa, tais como televisão, rádio, cinema, e, atualmente, a Internet. Sistema que promete esclarecer os homens na medida em que os diverte.

harmonia, realizadas em meio fluido e inconstante, tais como água, ar, vento, onda, etc., que exigem de seus praticantes capacidade de se deixar envolver por aquele meio. Na tentativa de buscar a definição de tais conceitos, cabe indagá-lo se mesmo nas atividades na natureza também não haveria uma relação endurecida, ou ainda, se as atividades físicas *hard* também conteria uma ambivalência. No entanto, para Coelho dos Santos (1997, pp.13-14):

No caso das práticas soft, corpo e natureza não são mais as realidades dóceis e úteis, prontas a sujeição e a exploração, como ocorre no caso da relação energética. De acordo com esta última, a eficácia e o desempenho estão estreitamente ligados à obediência das regras teórico-técnicas da ordem dinâmica. Ora, o problema que se coloca para o praticante de um esporte soft, quando se trata de aperfeiçoar a realização de sua atividade esportiva, é o da ressonância. Para chegar à plenitude das sensações e ao melhor desempenho, aquele que pratica surf, por exemplo, deve estar em ressonância com os elementos – a onda e o vento – mas também com a prancha e consigo mesmo, em suma, com o conjunto do que está em jogo na situação. Pois o que caracteriza essas situações é o fato de estar entre os elementos da natureza, aí incluído o seu corpo; não há espaço para uma relação de exterioridade; em tais práticas não há distância entre o saber e o fazer.

Marinho (2001) também desenvolve uma discussão sobre essa relação entre natureza e aventura. A autora destaca as corridas orientadas em meio à natureza, nas quais se apresenta um sentido de aventura e de radicalidade. A autora refere-se à maior corrida de aventura do Brasil, a “Expedição Mata Atlântica”, ou EMA, que compreende 500 km distribuídos ao longo das seguintes atividades: canoagem, *rafting*, *mountainbike*, *trekking*, natação, técnicas verticais e travessias pelas encostas do mar, a serem cumpridas num período de 7 dias, num total de 150 horas ininterruptas.¹⁹

¹⁹ Uma breve síntese daquilo que pode ser encontrado no site da EMA: “**Entenda as corridas de aventura** - Uma corrida de aventura é um rali humano. Uma prova de velocidade, muitas são *non-stop*, em que equipes, com três ou quatro integrantes, devem utilizar habilidades físicas e lógicas para cumprir etapas de *trekking*, *mountainbike*, técnicas verticais (rapel, ascensão e tirolesa), cavalgada, nado, caiaque, canoagem, vela e *rafting*, além de terem conhecimentos em orientação. É uma mistura de expedição e competição. Aos olhos dos competidores, é um teste de resistência física e psicológica. Aos olhos dos espectadores, parece uma loucura cheia de adrenalina e beleza. **Como funciona** - Como em qualquer corrida, as equipes, formadas na maioria das vezes por três ou quatro atletas, ficam ansiosas, preparam seus equipamentos e esperam a ... largada! Os atletas partem para a prova passando por baixo de um pórtico, depois de um sinal do organizador. O objetivo dos times é fazer o mais rapidamente possível todo o percurso da prova. Porém, para que todos façam o mesmo percurso, utilizando para cada trecho o esporte pré-definido, são utilizados os Postos de Controle (PC). Durante a competição, a equipe deve passar por esses postos e um de seus integrantes assinar um documento confirmando a passagem. **Como são definidas as categorias?** - Na maioria das corridas de aventura realizadas no Brasil, os participantes das provas são divididos em três categorias: Expedição, Aventura e Alternativa. Esta divisão, porém, é feita durante a competição, de acordo com o desempenho dos times. Em princípio, quando largam,

Contudo, um dos aspectos que mais chamam a atenção na EMA está relacionado à tenacidade dos participantes para enfrentar a dor. Associada a ela, é impressionante o elevado índice de participantes que requerem atendimento médico (70%). Tal obstinação se expressa tanto no discurso como nas atitudes dos participantes. Uma fala muito comum, destacada por Marinho (2001, p.146), foi: “Doutor, faz a sangue frio mesmo, tenho pressa”, e entre as atitudes referidas, aponta correr no meio do mato seminu para aliviar as lesões por assaduras nas pernas e braços e cobrir machucados com material extremamente adesivo, usado para remendar equipamentos.

Marinho evidencia que uma das peculiaridades das atividades em meio à natureza é a promoção do afastamento de uma rotina, de uma continuidade diária da vida. No lugar da rotina, as atividades em meio à natureza são repletas de riscos oferecidos pelos trajetos imprevisíveis e que não podem ser calculados previamente, derivando daí um dos elementos motivadores que é a surpresa pelo inesperado. Por essa razão elas também são chamadas de atividades de aventura ou atividades radicais.

De acordo com o que descreveu a autora (2001), a expedição em questão possui um compromisso com as comunidades dos locais em que a prova se realiza. No cerne da proposta da EMA está a destinação de certa quantia do valor arrecadado com as inscrições para

todos os atletas fazem parte da categoria Expedição, a mais importante. São determinados, durante a prova, alguns horários limites para a passagem desses atletas em determinados PCs. Por exemplo, a equipe que passar pelo PC12 depois das três da manhã, será rebaixada para a categoria Aventura, a segunda mais importante. É importante ressaltar que, quando muda de categoria, a equipe tem seu percurso diminuído e deixa de ter de passar em alguns PCs. Esta medida é tomada para que mesmo times menos rápidos possam terminar a prova dentro do tempo previsto e sem maiores problemas de segurança. **Dando um apoio** - Embora já tenham sido excluídas de algumas competições, como a EMA 2001, as equipes de apoio têm como objetivo auxiliar os atletas no transporte de equipamento (sempre utilizando um automóvel), além de darem todo o suporte na parte de alimentação, organização de equipamentos e roupas. Atletas e apoios (duas pessoas na maior parte das provas) encontram-se em pontos determinados pela organização, geralmente nas áreas de transição. Essa equipe “paralela” é fundamental para que o time que enfrenta os desafios das corridas, no meio do mato, sinta menos o desgaste da prova. **Um pouco de história** - O conceito “Corrida de Aventura” foi criado pelo jornalista francês e amante da natureza, Gérard Fusil. Em 1989, na Nova Zelândia, ele montou a precursora Raid Gauloises, dando início a um universo que hoje sustenta atletas profissionais e organizadores. Já existe um Circuito Mundial de Corridas de Aventuras (AR World Series), formado por sete provas, todas classificatórias para Discovery Channel World Championship Adventure Race. Mas, na atualidade, a maior corrida do mundo é o Eco-Challenge, do expedicionário Mark Burnett. Em razão do quinto centenário de descobrimento, o Brasil já foi sede de um corrida internacional. Em abril de 2000, Elf-Authentique Aventure, idealizada por Gérard, cruzou os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em mais de 850 km de percurso. A prova passou por lugares exuberantes, como os Lençóis Maranhenses. **No rastro** - O Brasil teve sua primeira corrida de aventura em 1998, com a Expedição Mata Atlântica, que hoje pertence ao circuito mundial como a única etapa sul-americana. Nos últimos dois anos, quando fora formado o Circuito Brasileiro de Corridas de Aventura, houve um *boom* neste tipo de competição. Cada vez mais, adeptos competem em provas espalhadas por todo o país. A EMA continua sendo a mais importante, com um percurso em torno de 450 km. Porém, há outras no rastro, como a Rio Eco, Reebok Ecomotion Circuit, PETAR, Litoral, entre outras”. Disponível em <<http://www.ema.com.br/portugues/index.htm>>. Acesso em 22 jul. 2008.

projetos a serem desenvolvidos com as comunidades envolvidas, bem como exige, em seu regulamento, que os participantes da competição executem projetos sócio-ambientais com essas comunidades. Apesar de considerar válida tal iniciativa, Marinho questiona por que ela não é voluntária, ou seja, por que ela depende de compensações, no caso, a vinculação entre a participação na prova e as ações solidárias. Muito embora haja o reconhecimento que tais atividades aproximam o homem da natureza, as atividades dessas provas pressupõem certo tipo de consumismo que as tornam, por vezes, competições de elite. A despeito disso, Marinho (2001) entende que elas podem promover experiências de reconhecimento da natureza, dos parceiros envolvidos e, ainda, do ser humano como parte da natureza, conforme pode ser notado em suas palavras:

Especificamente quanto às atividades esportivas em ambientes naturais “os aventureiros” envolvidos parecem estar fortalecendo um novo modo de vida, em busca de práticas mais “excitantes”, que brincam com o risco e com o perigo em um jogo no qual os parceiros e os equipamentos tecnológicos compõem a dinâmica a ser vivida. (p.151, aspas no original).

Esse é o ponto fulcral neste tipo de argumento, estaria esse ‘se pôr em risco’ relacionado a uma vida que cada vez mais impõe mais e mais riscos e perigos às pessoas? Seria um momento de se preparar para lidar com as adversidades que não foram escolhidas, mas precisam, por uma questão de sobrevivência, ser enfrentadas? Bem, se há algum sentido nisso, é preciso questionar o caráter de imprevisibilidade dessas competições, sua natureza surpreendente, pois, afinal, a vitória depende da capacidade das equipes de calcular e prever situações já vivenciadas. Será que a competição não tiraria de tais atividades aquele caráter lúdico, em que mais vale o momento vivido do que o que virá como recompensa? A obrigatoriedade de ser solidário como exigência dos regulamentos das competições ou dito de outra maneira, a falta de iniciativa dos participantes em se envolver espontaneamente com as comunidades seria um indicativo do modo como eles se relacionam com a natureza tanto no dia-a-dia quanto nessas atividades?

Se, de um lado, competições ‘ecológicas’ como a EMA demonstram a preocupação em ajudar a cuidar dos lugares que são palco para os seus espetáculos, como se as diferentes provas tivessem uma estreita ligação com os espaços diversificados em que elas são realizadas; por outro lado, parece haver uma atitude contínua, a de atravessar um espaço qualquer, imperceptível e indistinto, tendo que passar imutavelmente pelos lugares o mais

rápido possível, tendo em vista o autocontrole e a superação dos limites objetivos e subjetivos, o que evoca uma mobilidade muito distante daquela que Walter Benjamin trata ao falar da experiência (*erfahrung*).

Além disso, tanto os organizadores quanto os atletas, ao defenderem a EMA, lançam mão do argumento que se deixa algo para as comunidades – eles não apenas olham e seguem de passagem. Tal posição reproduz uma relação de troca em que não se permite nem aquela má consciência, aquela sensação de trazer muito mais do que foi deixado, aquela que permite o desenvolvimento da memória. Sem dúvida, aqui se apresentam duas características da sociedade atual, que, conforme argumentou Adorno (2003) no texto “O que significa elaborar o passado”, dificultam a memória: a relação de troca e a sobrecarga de estímulos que as pessoas estão submetidas. Como explica Adorno (2003, pp.32-33), o enfraquecimento da memória não provém apenas:

[...] da forma de reagir de uma humanidade sobrecarregada de estímulos e que não consegue mais dar conta dos mesmos [...] A sociedade burguesa encontra-se subordinada de um modo universal à lei da troca, do ‘igual por igual’ de cálculos que, por darem certo, não deixam resto algum. [...] Nesses termos, o tempo concreto também desapareceria da produção industrial. Esta procede sempre em ciclos idênticos e pulsativos, potencialmente de mesma duração, e praticamente não precisa da experiência acumulada. (aspas no original)

No mundo mediado pelas relações de troca, os esportes em meio à natureza afirmam o compromisso dos esportistas de que não apenas passaram ou admiraram o lugar da competição, mas que deixaram uma recompensa aos moradores locais. A transformação das áreas para a realização de aventuras em meio ambiente, constituindo uma espécie de ‘parque de diversão’ para os empreendimentos privados poderia, inclusive, criar obstáculos para o desenvolvimento econômico e a permanência de uma representação das comunidades locais. Os espaços naturais onde ocorrem essas provas estariam obedecendo ao sentido de tempo repetitivo, orientado pela noção de tempo industrial. A relação de troca entre os participantes e as comunidades locais seria uma expressão daquela relação em que se pressupõe a troca entre iguais. Uma troca que não deixa restos, vestígios e, portanto, memória. Como destaca Adorno (1996, p.405),

A experiência – a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo – fica substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero, e que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações.

Num tempo marcado por um desenvolvimento tecnológico baseado na busca pela acumulação de capital, torna-se gradativamente mais difícil vislumbrar uma tradição no indivíduo, pois suas forças precisam cada vez mais estar concentradas na lei da autoconservação e, por isso, na reprodução das condições necessárias para a continuidade do sistema que impede a experiência. É para pensar esse processo de substituição da experiência por um estado informativo, especialmente como ele se manifesta na concepção de corpo de apreciadores de atividades físicas em meio à natureza, que os textos benjaminianos chamam a atenção quando analisam as modificações sofridas pela percepção humana na sociedade mediada progressivamente pelo aparato tecnológico.

Ao apontar que os traços da vida moderna não mais possibilitam a experiência no sentido do termo alemão *erfahrung*, mas apenas a experiência no sentido do termo alemão *erlebnis*, Walter Benjamin (1994) desenvolve a hipótese de que as percepções humanas mudam com o desenvolvimento histórico e cultural, sendo a multidão das cidades grandes, o trabalho industrial e a cultura mediada tecnicamente determinantes para essa alteração. Especificamente no texto “A obra de arte da era da sua reprodutibilidade técnica”, ele anuncia sua tese das metamorfoses da percepção e defende o cinema como a arte superadora dos valores de autenticidade, de genialidade e de culto, expressos na obra de arte tradicional. Porém, influenciando e sendo influenciado pelo pensamento de Adorno, posteriormente Benjamin reelabora tal defesa. Em “Sobre alguns temas em Baudelaire” e “O narrador: considerações sobre as obras de Nicolai Leskov”, Benjamin (1994) apresenta como alvo de sua atenção a atrofia da experiência humana e a paralisia da imaginação, forjada com as massas da cidade grande e com o desenvolvimento técnico expresso nos diferentes âmbitos da vida moderna.

Para Benjamin (1994), o conceito de experiência (*erfahrung*) encontra-se fortemente ligado à capacidade humana de lembrar. Ao desenvolver esse conceito, retoma a obra “Matière et Mémoire”, de Henri Bergson (1896) e “À la Recherche du Temps Perdu”, de Marcel Proust (1913-1917). Pautando-se neles, afirma que a informação oferecida pelo jornal não pode ser integrada à experiência do leitor devido à sua própria forma “[...] (novidade, brevidade, inteligibilidade, e, sobretudo, falta de qualquer conexão entre uma notícia e outra)

[assim como sua] diagramação e a forma lingüística.” (BENJAMIN, 1994, p.37). A informação do jornal, reproduzida tecnicamente em grandes tiragens, escapa da tradição e visa, conforme o autor, o puro em si do acontecimento, sem vínculos com a vida do relator, sem a contaminação da experiência vivida. No texto “O narrador: considerações sobre as obras de Nicolai Leskov”, publicado em 1936, ele relaciona o declínio da arte de narrar com o surgimento da imprensa e o aparecimento da informação como uma nova forma de comunicação. Benjamin (1994, p.203) escreve em sua crítica:

[...] o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos. O saber que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição – dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível ‘em si e para si’. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam freqüentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. [...] Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já chegam acompanhados de explicações. (aspas no original).

O acontecimento em si e para si apresentado pela informação não deixa margem para a interpretação individual, para a integração diferenciada entre os indivíduos ou para o exercício da imaginação. A força da informação depende do agora, do imediato. Com ela já não mais importam aqueles conhecimentos que vêm de longe, distantes no espaço e, especialmente, distantes no tempo. A narração, ao contrário, diz Benjamin, é capaz de suscitar espanto e reflexão depois de milênios. A condição para a assimilação da narração, por outro lado, requer do ouvinte um estado de distensão, cada vez mais raro na sociedade moderna. Nas palavras de Benjamin (1994, p.205), “Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo mais profundamente se grava nele o que é ouvido”.

Se Benjamin destaca esse estado de distensão como condição para se memorizar uma narração, Adorno (1996), em seu texto “Teoria da Semiformação”, discorre sobre os prejuízos formativos relacionados com a ausência da experiência. Para ele, a cultura metamorfoseada em bens culturais, reproduzidos tecnicamente, inviabiliza a experiência e danifica a formação, produzindo a semiformação (*Habbildung*) marcada por “[...] uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação que realiza na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos.” (p.405).

Adorno também vai a Bergson e Proust para alertar sobre o momento de espontaneidade que compõe a formação cultural, a qual tende a desaparecer sob “a agressiva luz das avaliações”, isto é, sob os olhos da racionalidade instrumental. A experiência como *erfahrung* – conhecimento proveniente de uma experiência coletiva que se desdobra e vai se sedimentando com o tempo – constitui para Adorno (1996) a base da formação cultural, assim como a vivência enquanto *erlebnis*, marcada pela descontinuidade e pela urgência de extrair do acontecimento algo que sirva como instrumento prático imediato para vida individual, encontra-se na base daquilo que o autor chama de semiformação.

Onde há experiência, diz Benjamin (1994, p.38), pautado em Proust, “[...] determinados conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo.” (p.38). A experiência contém esses dois materiais da memória. Na narração, o passado individual se junta ao passado coletivo.

Jeanne Marie Gagnebin (1994), estudiosa do pensamento benjaminiano, chama atenção para o fato de que o pensador usa a palavra *erfahrung* para designar experiência. Esta palavra, diz ela, “[...] vem do radical *fahr* – usado no antigo alemão, no sentido literal de percorrer.” (p.66).

Ao apresentar a hipótese de Freud (1921), de que “[...] tomada de consciência e persistência de um traço mnemônico são reciprocamente incompatíveis [...]”, Benjamin (1994, p.38) indica que “[...] somente pode tornar-se parte integrante da memória involuntária aquilo que não foi vivido expressa e conscientemente, em suma aquilo que não foi ‘vivência’.” (aspas no original). Em outras palavras, a consciência não permite o registro de traços mnemônicos, mas serve como proteção do organismo contra os estímulos externos.

É a consciência, diz Benjamin, que amortece os choques, isto é, os estímulos externos sob os quais os indivíduos vêm-se imersos. A busca pela captação e controle da consciência sobre os estímulos daria a um acontecimento o caráter do que o autor frankfurtiano chama de *vivência*. Algo distinto da experiência, acessada pela memória involuntária, a vivência daria acesso a uma lembrança consciente. Para Benjamin, a obra de Baudelaire traz a imagem do choque ligada ao contato com a multidão amorfa das ruas de Paris do século XIX. Nela, o indivíduo precisa estar alerta, pois os estímulos o atravessam de todos os lados e ao mesmo tempo.

Com a invenção do fósforo, em meados do século passado, surge uma série de inovações que têm uma coisa em comum: disparar uma série de processos complexos com um simples gesto.[...] Entre os inúmeros gestos de comutar,

inserir, acionar, etc, especialmente o 'click' do fotógrafo trouxe consigo muitas conseqüências. Uma pressão do dedo bastava para fixar um acontecimento por tempo ilimitado. O aparelho como que aplicava ao instante um choque póstumo. Paralelamente às experiências ópticas desta espécie, surgiam outras táteis, como as ocasionadas pela folha de anúncio dos jornais, e mesmo pela circulação na cidade grande. O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. Nos cruzamentos perigosos, inervações fazem-no estremecer em rápidas seqüências, como descargas de uma bateria. Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como em um tanque de energia elétrica. [...] A técnica submeteu, assim, o sistema sensorial a um treinamento de natureza complexa. Chegou o dia em que o filme correspondeu a uma nova e urgente necessidade de estímulos. No filme, a percepção sob a forma de choque se impõe como princípio formal. Aquilo que determina o ritmo da produção na esteira rolante está subjacente ao ritmo da receptividade, no filme. (BENJAMIN, 1994, pp.124-125, aspas no original).

Pode-se encontrar aqui uma apreensão do papel assumido pela cultura na era da sua reprodutibilidade técnica. Ao mesmo tempo em que ela possibilita o acesso aos livros de Dostoiévski, Kafka, Machado de Assis, os submete à cesura das imagens, à montagem em escala industrial, de ritmo acelerado, simplificado, como uma espécie de interpretação facilitadora que promove a interdição destes escritores à vida dos indivíduos. Assim, ao invés de se pensar a partir do que escreveram, eles são convocados a participar do treinamento do aparato perceptivo humano para a vivência do choque. O ritmo incessante, acelerado, entrecortante, descontínuo, determinado pelo meio técnico suga a força que aqueles pensamentos exigem de seus leitores, isto é, evita que o indivíduo percorra a obra, viaje em seu interior em diferentes ritmos e de diferentes maneiras.

Para Adorno (1996), a cultura mediada pela indústria cultural afeta tanto a substância quanto a forma da obra de arte. Por conseqüência, a relação dos indivíduos com os produtos da cultura é marcada pelo enfraquecimento da memória, pelo extravio do tempo individual para a elaboração do pensamento e dos gestos e, ainda, pela identificação da cultura com o trabalho alienado que, assim como na esteira produtiva, inibe a potencialidade criativa e reduz a ação humana à mera reação a choques sucessivos, controlada em seu gasto energético.

Ansioso por assistir o mais badalado filme, o intrépido público diante de um recém-lançado produto da indústria de entretenimento, com suas inovações técnicas e seus efeitos especiais mirabolantes se vê enredado a sumir e assumir, mais uma vez, o comportamento de reação aos choques. O mesmo pode ser percebido quando o telespectador, diante de um filme como *Através das Oliveiras* se mostra vencido pelo cansaço e pela angústia, dada a lentidão das imagens, constituintes de suas técnicas cinematográficas.

Em seu estudo sobre Baudelaire, Benjamin (1994) realça a imagem do esgrimista esculpida pelo poeta para pensar o treinamento sensorial que, por meio dos choques, movem as massas das cidades, as informações, as imagens propaladas pela indústria cultural e, sobretudo, transformam o aparato produtivo. Nele, é possível compreender que o poeta não está fora, descrevendo a massa, mas se encontra no interior dela, integra-a e destaca-se, tornando-a, ao narrá-la, uma experiência. Esta condição revela o reconhecimento do poeta de que já não mais estava imune aos choques que passaram a habitar a vida moderna. Anuncia assim, um indivíduo que, seja no trabalho ou no tempo 'livre', tem seu gesto acionado por autômatos: o relógio, o semáforo, o carro, o computador, a televisão, o cinema, enfim, as inúmeras máquinas que atravessam a vida humana.

Nesse contexto, é interessante notar como se torna cada vez mais comum a atração das pessoas por atividades realizadas na natureza, especialmente, das pessoas que vivem em grandes centros urbanos. O simples afastar-se dos problemas causados pela vida moderna valoriza ainda mais o tempo livre, principalmente, quando o destino é a natureza preservada, acompanhada pela promessa de ar puro, sossego, busca pela paz de espírito e descanso.

A ampliação das práticas de atividades em meio à natureza no tempo livre tem se mostrado nos últimos tempos como um fenômeno que precisa ser melhor compreendido, especialmente como um sintoma da não identificação entre os indivíduos com a totalidade social atual. As pessoas que vêm fortalecendo tais práticas não deixam de frisar a necessidade de buscar a pura liberdade e uma reconciliação com a natureza e com o próprio corpo. O aumento de praticantes de esportes radicais na natureza, em ambientes como cachoeiras, montanhas, rios, mares, ar e florestas parece pautar-se no anseio de viver experiências que se contraponham às proporcionadas pela cidade, lócus de estresse, trabalho, do choque e da solidão. O aumento destas atividades durante o tempo dito livre também significou um aumento da veiculação de imagens e idéias que transmitem a mensagem de que o homem moderno procura se distanciar dos problemas causados pelo caos urbano, como uma espécie de fuga da administração da vida com seus choques cotidianos e ininterruptos, de ritmo frenético, de ar sufocante com suas multidões de miseráveis, acidentes de trânsito, violência e do trabalho desgastante.

Os desportos na natureza evidenciam a perspectiva do desafio colocado por obstáculos naturais, os quais incitam o indivíduo, seja homem ou mulher, a enfrentá-lo e superá-lo. Como dizia aquela provocação do *Adventure Team Marlboro*:

A montanha é de pedra. E você? Não existe montanha que não possa ser superada. Desde que você tenha uma boa corda e muita força de vontade, Já para superar desertos, rios e trilhas, você vai precisar também de jipes, motos, botes, 10 dias e um grande time, com gente de todo o mundo. Não é para qualquer um. Mas você não é qualquer um.²⁰

O trecho realça uma necessidade premente de se perceber tão duro e forte quanto uma rocha, de dominar a natureza percebida e tratada como uma provocação. Há, sobretudo, a compreensão de que esse domínio dos próprios impulsos requer o aparato tecnológico e um time que saiba se relacionar com ele, pois as pessoas de todo o mundo, ainda que possuam diferenças culturais, estão ligadas pelos meios tecnológicos e pelo objetivo de dominação. Ressalta-se nesse episódio que, em função do posicionamento do indivíduo como aquele que conhece, domina, impõe regras, comportamentos, normas e condutas fixas, perde-se a possibilidade de efetivamente estabelecer contato com as naturezas externa e interna, dimensões constituintes do indivíduo.

Infelizmente, tal desconfiança encontra reais situações que refletem essa ‘necessidade’ de dominação da natureza pelo homem. Outra face desta busca por atividades em meio à natureza é a busca por vencer os limites do corpo, pois muitas pessoas procuram atividades físicas que as levam à exaustão completa. No entanto, é bastante curioso que esta busca se dê em meio à natureza, como uma espécie de desafio, ou melhor, como uma nítida demarcação entre força humana e forças da natureza e reforço constante da crença na superioridade humana. Exemplos variados podem ser encontrados naqueles que aceitam a provocação de colocarem à prova os seus limites nos lugares mais distantes, mais altos, mais inóspitos e, acima de tudo, solitários. E dessa jornada, esperam retornar mais fortes do que quando partiram. Ao avançar sobre a fronteira entre a vida e a morte para conquistar seus objetivos, estes feitos preenchem as informações veiculadas pelos meios de comunicação, assumindo a forma de um *hobby* para alguns afortunados que dispõem de guias profissionais preparados especialmente para evitar qualquer erro, que carregam materiais com tecnologia avançada e equipamentos que garantem a conquista e o retorno dos lugares desafiados.

Neste avanço, estaria o indivíduo se aproximando da possibilidade da experiência explicitada por Gagnebin (2001, p.362)?

²⁰ Anúncio de cigarros *Marlboro* veiculado na contracapa da Revista *Veja* de 05 de abril de 2000 que, coincidentemente ou não, tratava, em 8 páginas, sobre “*MAIS LAZER E MENOS TRABALHO? Esquece: a tecnologia e os sindicatos prometiam reduzir as horas de batente. Deu o contrário*”.

[...] conseguir chegar ao cume ou, simplesmente, ao próximo abrigo, o andarilho deve adaptar seu passo à rocha. Deve andar devagar, subir pouco a pouco, saber respirar, saber parar, saber escolher a senda cujas curvas seguem as curvas do terreno, em vez de querer subir o traçado reto e esgotante. Ele deve, então, respeitar tanto a materialidade do objeto, da montanha, quanto sua materialidade própria, o ritmo do seu corpo. Às vezes, se atinge o topo; às vezes, a viagem é interrompida, porque cai um temporal ou, como no Pirineus de setembro de 1940, há um posto de fronteira. No mínimo, o andarilho filosófico soube apreender com precisão duas coisas: a rocha da montanha e a respiração do próprio corpo.

A experiência na qual o praticante respeita a materialidade que caracteriza a natureza, assim como a materialidade própria do seu próprio corpo, estaria se realizando no interior do movimento de ampliação das atividades físicas no tempo livre em meio à natureza? Este fenômeno seria a expressão da possibilidade de um novo conhecimento, de uma nova forma de narrar a materialidade/natureza externa, assim como a natureza interna, a corporeidade?

Seria este fenômeno uma contraposição àquele estado desconectado e pontual, marcado pela incapacidade de narrar e de lembrar, que reduzem o corpo a feixes de músculos a serem minuciosamente controlados?

2.3 MÍMESIS, TEMPO LIVRE E NATUREZA

As reflexões acerca das atividades praticadas no tempo livre em meio à natureza e das possíveis mudanças que estas provocam na forma de se conceber o corpo e a natureza externa podem ser fundamentadas na crítica realizada por Horkheimer e Adorno (1985) sobre o desenvolvimento social e racional – desenvolvimento baseado no progresso das forças produtivas capitalistas e na sua contra-face de regressão da capacidade humana de perceber o imediato com os próprios sentidos, inclusive naquele tempo comumente chamado ‘livre’.

É central, nesta discussão, o processo que abrange desde as primeiras formas de explicação que os seres humanos davam ao desconhecido até as formas mais acabadas de compreensão e experimentação científica e tecnológica, pois nele os frankfurtianos destacam que o gradativo esclarecimento dos seres humanos desenvolveu-se acompanhado da negação da natureza interior, o que inflige ao Esclarecimento um caráter mitológico que se perpetua no

interior de uma segunda natureza produzida socialmente, que perpetua o horror e o medo até os dias atuais.

A retomada à crítica frankfurtiana do Esclarecimento como forma de dominação permite a análise sobre o comportamento mimético dos seres humanos diante dos fenômenos assustadores da natureza (no período em que os homens ainda não haviam se reconhecido como seus senhores) com destaque ao processo de negação e de aversão à *mimesis* primitiva no interior do progresso da manipulação controlada da natureza e de sua compreensão como mero meio a ser transformado, seja pelas mãos, pelo pensamento puro ou, por fim, pelas tecnologias.

A compreensão de tais formas de relação com a natureza visa a crítica da tendência social de valorização das práticas de atividades físicas no meio ambiente e das perspectivas que as acompanham, aquelas relativas à harmonização do indivíduo com os espaços verdes ainda existentes na “terra totalmente esclarecida”. Entretanto, as forças produtivas alcançadas na sociedade contemporânea continuam se realizando também como forças destrutivas que inibem o reconhecimento da semelhança do ser humano com a natureza e que exigem, ao mesmo tempo, subterraneamente, a indiferenciação do ser humano como uma segunda natureza, desenvolvida histórica e socialmente.

Horkheimer e Adorno (1985), na obra *Dialética do Esclarecimento*, argumentam que o processo de autonomização do conhecimento significou ao mesmo tempo a redução do natural a mero substrato para produção do valor e uma forma social de indiferenciação entre os seres humanos e a natureza metamorfoseada em tecnologia. Como também observa Olgária Matos (1989, p.154), “Não é mais possível ao Iluminismo ver a natureza como sujeito”. Com ele, o antropomorfismo, princípio básico do mito, foi substituído pelo olhar calculador para o qual a natureza não passa de objeto a ser transformado, que em nada deve lembrar o humano.

Quando Gagnebin (1997) comenta as proposições de Adorno sobre a *mimesis* nas obras *Dialética do Esclarecimento* e *Teoria Estética*, argumenta que a posição do autor sobre este comportamento evoluiu ao longo de seus escritos e explicita as duas formas de mimetismo tratadas por Horkheimer e Adorno na obra de 1944: a primeira forma, originária e arcaica, exprimia uma vida indiferenciada entre os seres humanos e a natureza e é anterior ao desenvolvimento da racionalização do trabalho no processo do Esclarecimento. Além de assegurar a sobrevivência a partir da dissolução das linhas demarcatórias que constituem os seres vivos no ambiente ameaçador, o mimetismo originário, lembra Gagnebin, proporcionava um inebriante prazer de integração, de perda e de abandono de si na natureza externa.

Esta forma primeira de mimetismo refletia o modo pelo qual os seres humanos, assim como outros seres da natureza, sobreviviam e lidavam com o medo provocado pelos fenômenos naturais, o qual implicava a anulação dos limites de um eu em relação ao meio ambiente. Ao comentar os rituais mágicos que indicavam essa perda de si, Gagnebin (1997, p.87) afirma:

[...] na tentativa de libertar do medo, o sujeito renuncia a se diferenciar do outro que teme, para, ao imitá-lo, aniquilar a distância que os separa, a distância que permite ao monstro reconhecê-lo como vítima e devorá-lo. Para se salvar do perigo, o sujeito desiste de si mesmo e, portanto, perde-se.

Conforme escreveram os pensadores frankfurtianos, o curso histórico dessa negação de si diante do que ameaça pode ser visto e pensado a partir da viagem de Ulisses, na *Odisséia* de Homero (2002), como o percurso de constituição do eu, de fixação dos seus limites e ao mesmo tempo, de paralisia e enrijecimento do eu. Sua constituição exigiu a negação da *mímesis* como expressão da fluidez entre natureza externa e interna; o progressivo controle de sua dimensão natural, exigiu o exercício de uma outra forma de mimetismo, chamada por Horkheimer e Adorno (1985) de *mímesis* irrefletida, *mímesis* da *mímesis*, falsa projeção, a qual Gagnebin trata como *mímesis* perversa – segunda – e explicita sua função de identificação com a própria ameaça. Nas palavras da pensadora,

[...] a história de Ulisses é a descrição desse caminho penoso que rejeita a assimilação simbiótica mimética com a natureza para forjar um sujeito que se constitui mediante o trabalho e se torna, nesse processo, consciente de si na sua diferença radical, na sua separação do outro. (GAGNEBIN, 1997, p.88).

Nesses termos, enquanto na *mímesis* originária o medo era aplacado mediante o tornar-se semelhante ao monstro ameaçador, na *mímesis* segunda o medo sentido é atacado e negado mediante o uso da razão calculadora que manipula a natureza como coisa morta e é progressivamente externalizado mediante a reclamação do aumento dessa manipulação. De acordo com Horkheimer e Adorno (1985), na falsa *mímesis* o sujeito atribui ao mundo externo aquilo que não admite em si mesmo. Ao identificar como estranho e exterior o que é familiar e interior, ele pode perseguir, destruir e, ao mesmo tempo, se autoconservar.

Assim, a *mímesis* da *mímesis* não corresponde mais a uma identificação com o mostro ameaçador para evitar a destruição de si, mas com a própria ameaça, com vistas a evitar a diluição de si mesmo. Para enfatizar essa identificação com a própria destruição, Gagnebin menciona a passagem em que Horkheimer e Adorno (1985) analisam o momento em que Ulisses vence o gigante Polifemo chamando a si mesmo de “Ninguém”.

Sobre a negação da natureza em si mesmo e especificamente da experiência prazerosa de dissolução na natureza, se ergue um sujeito identificado com a ameaça da natureza e que para manter essa condição investe na sua extorsão e na sua manipulação progressiva, com o necessário exercício da *mímesis* perversa. Nas palavras de Gagnebin (1997, p.89), essa segunda *mímesis*,

[...] se constrói sobre o recalque da primeira: [...] caracteriza o sujeito que conseguiu resistir à tentação da regressão mas que perdeu, nessa luta tão necessária quanto fatal, **a plasticidade** e a exuberância da vida originária[...] Essa segunda *mímesis*, adaptação forçada e violenta que, ao afirmar a superioridade do sujeito racional e distante, ao mesmo tempo o nega na sua integridade [...] [requer] abdicação pelos sujeitos da sua vitalidade mais originária. (grifo nosso).

De acordo com a autora, os frankfurtianos identificaram no anti-semitismo uma articulação perversa da *mímesis* segunda com a primeira, uma expressão da repugnância diante da lembrança do mimetismo arcaico e de toda experiência de fluidez com a natureza. O comportamento mimético como uma “[...] reação de aversão e de medo, reaparece na aversão ao mimetismo, no medo do mimetismo, na sua proibição pelas leis sociais e culturais.” (GAGNEBIN, 1997, p.91). Assim, pode-se dizer que uma *mímesis* ‘venenosa’ ressurge e recrudescer como aversão a lembrança do medo e do prazer primitivos que ainda podiam se expressar no mimetismo originário. A *mímesis* originária é, então, permanentemente negada e reprimida a partir de um outro comportamento mimético.

Desse modo, se os seres sobrenaturais das épocas anteriores à racionalidade moderna foram imagens refletidas do susto humano diante da força dos fenômenos naturais (MATOS, 1989), observa-se que, como reflexos do medo, eles também foram indícios de que os homens ainda podiam expressar o próprio temor. No modo de explicação do mundo próprio da racionalidade tecnológica, o susto e especialmente todo o medo se tornaram alvos de repressão.

As relações sociais passaram a se desenvolver sob a repressão do medo e sobre a proscricção de formas miméticas arcaicas que indicavam o reconhecimento de potências existentes fora do indivíduo. Conforme diz Farias e Rodrigues (2003), ao identificar-se com o poder e afirmar-se dominador de si mesmo para sobreviver na sociedade administrada, o indivíduo moderno mergulha no engano capital de ter-se livrado do medo. Contudo, assim como antes, ele imita o perigo e a destruição por medo, e além disso, teme recair em experiências miméticas arcaicas.

Gagnebin (2001), em seu texto que trata da retórica como dimensão somática do pensamento, destaca que o conceito de *mimesis* na *Dialética do Esclarecimento* engloba a ligação originária do indivíduo com a natureza e as suas diferentes tentativas de assimilação ao outro, seja por meio da arte, da morte ou do êxtase. Nesse sentido, a *mimesis* recorda ao indivíduo sua natureza corpórea, finita, semelhante a dos objetos de dominação e sua dependência daquilo que está fora de si mesmo. Por isso mesmo, coloca obstáculos para que continue seguindo as leis da produção capitalista. Conforme diz Gagnebin (1998, p.02), os indivíduos “[...] não podem se permitir nenhuma vacilação identificatória; têm por obrigação seguir as leis da produção capitalista, a lei do trabalho em vista da mais valia”.

Ao mesmo tempo em que a repressão de tudo o que possui raízes naturais permite a constituição do sujeito consciente do Esclarecimento, também expressa que a submissão da natureza pelo homem carrega um momento de falsidade e revela que, em vez de superada, a antiga relação de submissão do homem pela natureza tornou-se aprofundada e mediada pelo modo de produção capitalista.

Conforme escreveram Farias e Rodrigues (2003), ao mimetizarem os meios de dominação e de controle da natureza externa, ao negarem toda a fluidez e as formas indefinidas e inexatas nela presentes, os sujeitos reprimem permanentemente a *mimesis* originária, caracterizada pelo momento de abandono ao indeterminado e ao indefinido, pela perda momentânea de si mesmo. A repressão desse abandono, dessa perda de si que garante a constituição e o desenvolvimento do eu, enrijece o sujeito, entorpece seus sentidos e seu espírito, que não se deixam afetar pelo mundo.

A sobrevivência numa sociedade que desenvolve meios cada vez mais eficientes para eliminar a expressão do singular exige que cada vez mais o indivíduo enrijeça, se isole e, ao mesmo tempo, siga atormentado por algo que tem de proibir a expressão. Como afirmam Horkheimer e Adorno (1985, p.169):

[...] a indelével herança mimética de toda práxis é abandonada ao esquecimento. Os homens obcecados pela civilização só se apercebem de seus próprios traços miméticos, que se tornaram tabus, em certos gestos e comportamentos que encontram nos outros e que se destacam em seu mundo racionalizado como resíduos isolados e traços rudimentares verdadeiramente vergonhosos.

Ancorado na obsessão pela dominação e pelo controle, o esquecimento da *mímesis* exige o seu progresso. Quanto mais o sujeito se envolve nas malhas do progresso do controle e da manipulação de si e das coisas, tanto mais os seus próprios vestígios de comportamentos miméticos arcaicos, submetidos ao esquecimento, precisam ser identificados fora dele, como tendo sobrevivido apenas nos outros, o que excita o tratamento destes como algo insignificante, abjeto e desprezível.

Ao afirmar que a *Dialética do Esclarecimento* expressa “[...] uma certa condenação da *mímesis*, descrita antes de tudo como um processo social de identificação perversa” (GAGNEBIN, 1997, p.93), a autora ressalta que o abandono mimético é reconhecido por Horkheimer e Adorno (1985) como perigoso por promover a dissolução do indivíduo, por impedir o distanciamento reflexivo, no interior de uma sociedade que produz a violência extrema expressa em Auschwitz. Alerta, portanto, que a posição de condenação da *mímesis* pelos autores na obra em questão deve ser compreendida pela impossibilidade destes de concordar com uma experiência de perda de si, de abandono de si numa totalidade social extremamente cruel.

Chiarello (2006) por sua vez, observa que Horkheimer e Adorno (1985) não condenam a *mímesis* arcaica, mas a *mímesis* perversa que se desenvolve com o Esclarecimento como mecanismo de negação daquela *mímesis* primitiva. Em suas palavras “[...] o que Adorno e Horkheimer condenam é [...] o comportamento mítico em que recai a razão esclarecida ao proscrever violentamente de si, para se constituir soberana, todo e qualquer elemento mimético.” (p.28). Isso pode ser reconhecido quando tais autores se detêm na construção do eu, conforme afirmam na *Dialética do Esclarecimento*, “Aprendendo a distinguir, compelido por motivos econômicos, entre pensamentos e sentimentos próprios e alheios, surge a distinção do exterior e do interior, a possibilidade de distanciamento e identificação, a consciência de si e a consciência moral”. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p.175). Distinção que necessariamente requer o mimetizar os objetos externos, sejam eles seres ou coisas, como pode ser visto quando dizem: “A profundidade interna do sujeito não consiste

em nada mais senão a delicadeza e a riqueza do mundo da percepção externa. Quando o entrelaçamento é rompido, o ego se petrifica.” (p.176).

Ao passo em que a capacidade de distinguir entre as impressões internas e externas e de conferir uma unidade a elas se desenvolve, o eu se constitui retroativamente. Nesses termos, quanto mais vivencia o que lhe é estranho e o torna familiar, a partir da mimese genuína, mais rico, mais diferenciado e distinto o sujeito se torna. Sua formação e seu desenvolvimento como um ser singular depende dessa relação com o que está fora, com o que lhe é estranho. Nesse sentido, Horkheimer e Adorno (1985) parecem estar muito próximos em sua obra das brincadeiras infantis retratadas por Benjamin (1987) como expressões do comportamento mimético que produz conhecimentos ao mesmo tempo em que desenvolve a individualidade. Ao falar de como a criança se perde nos objetos com os quais brinca, Benjamin parece oferecer exemplos do desenvolvimento daquela diferenciação e delicadeza do eu, mencionadas por Adorno e Horkheimer, desenvolvimento que se torna progressivamente mais raro no interior de relações sociais que aceleram a redução das subjetividades a simples funções mais e mais voláteis devido às formas atuais de produção capitalista que oferecem ‘vantagens’ a todos que ‘queiram experimentar’ variados empregos. Como argumentam Horkheimer e Adorno (1985, p.47), “Graças aos modos de trabalho racionalizados, a eliminação das qualidades e sua conversão em funções transferem-se da ciência para o mundo da experiência dos povos”.

O progresso da fungibilidade e da eliminação das diferenças em todo globo terrestre, oriundo do desenvolvimento da racionalização do trabalho, é apresentado por Sennett (2006) quando analisa a cultura no capitalismo flexível e, especificamente, quando se refere ao trabalho destituído de qualquer vínculo, acompanhado da eliminação da perícia, do fazer algo bem feito por fazer. Como ele mesmo afirma, “Quanto mais sabemos como fazer alguma coisa bem feita, mais nos preocupamos com ela.” (p.100). E este é realmente um grande problema quando, para se autoconservar, o indivíduo se preocupa mais e mais com si mesmo.

Nessa medida, o trabalho como algo que implica envolvimento – exercício da capacidade de entregar-se ao objeto – ao mesmo tempo proporciona prazer àqueles que o realizam, é visto no campo da gerência como “travado”. E hoje, quando a negação de um trabalho travado se prolonga ao lazer, o que se torna travado é o abandono, mesmo num tempo em que o indivíduo se acredita livre. Ele já não dispõe mais da capacidade de fruir. O abandonar-se a um momento, a uma flor, a uma queda, a uma pedra, a um caminho, a um tempo passa a ser percebido como insuportável. Como observa Kehl (2006) o ócio se tornou

uma aflição porque na sociedade do ritmo da máquina todos são compelidos a maximizar os momentos vazios.

Assim, quanto mais as qualidades subjetivas são reduzidas a funções volatilizadas e volatilizáveis, com o desenvolvimento dos modos de trabalho racionalizados e suas expressões *high tech*, mais obstruídas as subjetividades se encontram para vivenciar um tempo de efetivo distanciamento e de negação do tempo produtivo. Nesse modo de organização da vida, como observa Marcondes Filho (2006) a partir de Günter Anders, o homem contemporâneo cada vez mais visa se ver como máquina.

Nesse processo de destruição das qualidades, o impulso mimético, que conforme Horkheimer e Adorno (1985), não pode ser inteiramente dominado, se realiza de forma perversa na identificação cega com os meios de dominação, falsa projeção que promove a atribuição ao mundo externo tudo o que o sujeito não admite em si mesmo. Assume, assim, uma posição que facilita a perseguição e a destruição dos vestígios de natureza que o aflige e, ao mesmo tempo, permite a conservação do próprio eu às custas da eliminação de sua própria individualidade.

A mimese como uma relação de abandono do sujeito ao objeto, ao corpo, próprio ou de outrem, que produz sentidos da existência desvinculados racionalmente da autoconservação, manifesta, conforme os frankfurtianos, o horror mítico do Esclarecimento, cuja força se encontra exclusivamente centrada na autoconservação. Chiarello (2006, p.244) afirma que “[...] o princípio de autoconservação prevalecente termina por converter-se no seu contrário, na aniquilação do indivíduo”.

Nesse sentido, ao perseguirem os interesses absolutamente particulares, todos promovem a desintegração originária do indivíduo. Ao se perceberem como um único que importa entre muitos, todos exercitam sua condição de pseudo-indivíduos e comprovam as palavras dos autores frankfurtianos de que “[...] a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder [...] A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão.” (HORKHEIMER; ADORNO 1985, p.46). Incomunicáveis e obedecendo ao mesmo ritmo em todos os espaços sociais, eles se enrijecem e prolongam seus olhos perseguidores buscando permanentemente ter olhos mecânicos que garantam a visibilidade e a certificação da própria existência. Em ambos os olhares, contudo, o que se oculta é o empobrecimento do eu face ao mundo externo.

Alheio de sua dimensão objetiva, o sujeito moderno chega a um estado em que nega sua própria sombra, a qual, contudo, não deixa de expressar a deformação de uma

subjetividade inapta para estabelecer contato com objetos não-idênticos. Essa cisão condena o sujeito a si mesmo. Fechado, não suporta recordar os comportamentos que constituíram seu passado, aqueles que guardam a expressão do medo, o prazer da indiferenciação com a natureza e, sobretudo, o processo de violência pelo qual passaram para serem sujeitados, a fim de que o sujeito viesse a acreditar na sua superação.

Nesse estado de coisas, o ser humano que pretendia com o esclarecimento superar os mitos e substituir a imaginação pela explicação racional, passou a adorar um novo ídolo: o pensamento calculador, que permite transformar a natureza em corpos cada vez mais mecanizados e controláveis. Desse modo, a autonomização do conhecimento, ao mesmo tempo em que libertou os homens da antiga submissão à natureza, sujeitou-os a uma forma de submissão ainda mais cruel e menos visível, produzida socialmente por uma natureza mediada pelas leis do capital. Ao demonstrar que a posição assumida pelo sujeito que conhece sacrificou a própria subjetividade e seus impulsos, Adorno (1995), em seu texto “Sujeito e Objeto”, não evoca a regressão àquele estado de indiferenciação entre os seres humanos e a natureza, mas denuncia a persistência dela que, atualmente, ocorre em relação a uma autopreservação impelida pelo capital.

O mundo administrado por essa forma de organização passou, então, a corresponder à verdade de que a natureza, tanto externa quanto interna, se tornou conhecida plenamente e, portanto, deixou de se configurar como uma ameaça aos seres humanos. Se antes os homens eram dominados pelas forças da natureza, no mundo atual, acreditam-se senhores dela. Numa dominação aparentemente invertida, extraem todas as forças da natureza, destruindo a sua própria e evocando maior sofrimento.

Se, como afirmam Horkheimer e Adorno (1985), o ideal burguês vê a natureza exclusivamente como meio, a ênfase hoje dada às atividades de lazer na natureza precisa ser observada com um olhar crítico e reflexivo, a fim de que sua inverdade e o sofrimento reproduzido histórica e socialmente possam adquirir expressão.

CAPÍTULO 3

CARRANCAS: ENTRE ÁGUAS E PEDRAS

*Não é a presença dos deuses que deve ser deplorada,
nem o seu novo caminhar nesta terra, mas a
tentativa de construir uma morada permanente para eles.*
(Susan Buck-Morss)

Após as considerações formuladas nos capítulos anteriores acerca do processo de constituição do tempo livre no interior da estruturação do sistema econômico, baseado no tempo de trabalho pago e nas formas históricas de relação entre homens e natureza, este capítulo busca problematizar e analisar o movimento que, até então, foi tocado em suas bordas: as vivências do tempo livre em meio à natureza.

Discorre-se sobre os dados coletados na pesquisa empírica realizada na cidade de Carrancas/MG, junto a pessoas que vivem do turismo local e a visitantes das belezas naturais do lugar. A análise dos dados sobre as práticas de lazer realizadas pelos visitantes nas cachoeiras que margeiam a pequena cidade do sul de Minas Gerais tem em vista uma reflexão acerca das potencialidades e dos limites emancipatórios dessas práticas no interior da crítica à estrutura social atual, na busca por um entendimento sobre as perspectivas que essas vivências de lazer podem apresentar tanto no sentido de reforçar a linguagem e o ritmo do capitalismo, quanto sentido de permitir a manifestação de impasses, desconfortos e dissonâncias do particular diante da realidade tecnológica centrada na produção de capital.

3.1 O CAMPO DA PESQUISA EMPÍRICA: UMA DESCRIÇÃO

Carrancas é um município com uma população média de cerca de cinco mil habitantes e está situado no estado de Minas Gerais, numa área com imenso potencial turístico, que tem como referências as cidades históricas mineiras de São João del Rei e Tiradentes (aproximadamente 60 km de distância) e o Circuito das Águas (cerca de 130 km), com destaque para as cidades de Caxambu e São Lourenço. Localizada na região sul do estado,

também está perto de São Thomé das Letras (40km), Itutinga (20km), Lavras (60 km), Varginha (70 km) e Três Corações (44 km), e a sua relativa proximidade de algumas das capitais brasileiras, tais como Rio de Janeiro (404 Km), São Paulo (461 Km) e Belo Horizonte (317 Km) a torna bastante acessível, conforme pode ser verificado no mapa abaixo:



Imagem 01 – Mapa de localização do município de Carrancas/MG²¹.

O pequeno município tem atraído a atenção de pessoas de outras cidades por suas belezas naturais e, sobretudo, por conservar-se como um local tranqüilo. Ele é visto como representante de um passado nostálgico e intimista, com relações interpessoais firmadas na amizade e no ‘todos se conhecem’. Alguns hábitos remanescentes desse passado podem ser notados, por exemplo, pelo uso das charretes nas ruas, pessoas montadas em cavalos e, principalmente, no bate-papo na rua ou na praça pública, além do costume de permanecer nas sacadas das casas ‘vendo o povo passar’.

Um dado significativo que diz respeito à dificuldade de acesso a Carrancas e a seu caráter mais intimista é o paredão de pedras que se mostra logo na entrada da cidade. Essa barreira física se tornou historicamente um fator relevante, pois, difícil de ser vencida, intimidava os visitantes e possíveis novos moradores. A cidade, encravada no meio de serras e morros, há bem pouco tempo atrás só dispunha de estradas de terra com trechos íngremes. Seu principal acesso veio com a construção de uma rodovia pavimentada há cerca de 10 anos atrás.

²¹ Modelo disponível em <<http://www.visitecarrancas.mg.gov.br/port/cheGAR.asp>>. Acesso em 20 jul. 2007.

Assim, a chegada a Carrancas anuncia as dificuldades que o lugar reserva: uma gigantesca parede de pedra se impõe diante dos olhos de quem se aproxima e somente depois de vencer a subida íngreme é que se conquista o acesso a uma suave descida que leva até as pousadas e à pequena cidade. Nos estudos de Amato (1996), isso se refletiu numa constante manutenção do número de habitantes no município:

No ano de 1818, moravam em Carrancas 3.292 pessoas, das quais 83 eram índios e 91 índias [...]. Em 1864, a população era de 2292 habitantes [...]. Em 1922, o distrito de Carrancas pertencia ao município de Lavras e contava com 3048 habitantes numa área de 689,96 km² [...]. Em 1950, a população era de 4990; em 1955 de 5241; em 1979, de 4805 [...]. (p. 61).

Conforme explicita Amato (1996), o nome Carrancas é oriundo das escavações dos bandeirantes que se instalaram no local, no ano de 1720, à procura de ouro. Em uma dessas escavações eles acharam duas grandes pedras com o formato de duas caras, daí a denominação “Carrancas”. O povoado, constituído pelos bandeirantes, foi chamado de Nossa Senhora do Rio Grande e se sustentava tanto pela fertilidade da terra quanto pela riqueza aurífera. Com o tempo, a denominação Carrancas, a princípio dada apenas à serra em que foram localizadas as duas caras, foi se associando ao povoado que passou a se chamar Nossa Senhora das Carrancas, Carrancas de Baixo, Carrancas de Cá e, por fim, somente Carrancas.

Apesar da idílica aparência inicial, pouco a pouco se nota que a cidade mantém uma espécie de tensão interna, dividida entre o recente movimento de turismo na natureza e a agropecuária, considerada ainda como a principal atividade econômica. De um lado estão pessoas que ali nasceram e até hoje vivem do cultivo das terras e da criação de animais, com seus costumes tradicionais e pouco afeitos às novidades que o fluxo de turistas traz consigo. De outro, estão os moradores que chegaram durante os últimos anos dispostos a adquirir e expandir as propriedades que possuem cachoeiras, instalando ali pousadas com boa infraestrutura para atender a crescente demanda de visitantes por hospedagens.

Na entrada da cidade há uma pequena agência turística, cujo chamariz é a proposta de práticas de atividades físicas em meio à natureza orientadas por profissionais experientes. Nesta agência é possível alugar uma *mountainbike*, obter informações sobre as cachoeiras e, sobretudo, contratar um guia para orientar os passeios.

A dois quarteirões dali fica a praça central que tem como atrativo a igreja matriz, construída e decorada com as pedras típicas da região, e os artesãos locais, que exibem seus

trabalhos e se disponibilizam a dar informações às pessoas que procuram caminhos para os complexos naturais. São raras as placas indicativas desses locais, entretanto, diversos caminhos conduzem a eles, numa distância média de oito a quinze quilômetros em diferentes direções da cidade. Como meio de transporte, a maioria dos turistas utiliza veículos automotores, especialmente carros e motos, enquanto poucos recorrem às *bikes* ou seguem caminhando até o destino.

Depois de quilômetros percorridos em estradas empoeiradas, de difícil acesso e mal-conservadas, sem uma orientação precisa diante de tantos carregadores, surgem as primeiras imagens de uma das atrações mais próximas da cidade de Carrancas – o Complexo da Fumaça – com uma vista especial para a cachoeira Véu da Noiva.

Há presença constante de muitos veículos estacionados numa área de pastagem, sendo a maior parte deles com placas do estado de São Paulo e de cidades vizinhas maiores. Da área de estacionamento é preciso seguir a pé até o Complexo, pois na portaria há uma placa indicativa que restringe o uso de veículos.

No caminho em declive e cheio de pedras rolantes, é preciso contornar por uma espécie de roleta rural que, apesar de não cobrar um valor para a entrada no Complexo, testemunha uma intenção de fazê-lo, tenha ela existido no passado ou se anunciado para um futuro breve. Há poucos metros dali, após o *camping*, um bar/restaurante oculta parcialmente a Cachoeira da Fumaça. Ali, banhistas e admiradores ficam apenas observando e ouvindo o som das águas.



Imagem 02 – A Cachoeira da Fumaça é tradicionalmente exibida como cartão-postal da cidade.

Ao seguir morro acima, em trilhas feitas pela vegetação do cerrado, chega-se à cachoeira conhecida como Véu da Noiva, que por sua altura requer maiores esforços daqueles que desejam admirá-la de perto. O menor número de pessoas no alto da Cachoeira Véu da Noiva em comparação com os visitantes da Cachoeira da Fumaça deixa a impressão de que ali são poucos que apreciam o esforço físico exigido pela subida íngreme.

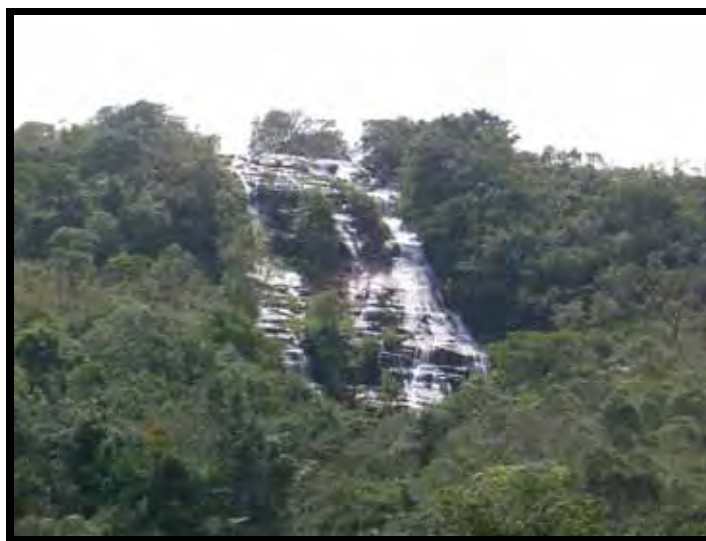


Imagem 03 – Vista da Cachoeira Véu da Noiva no Complexo da Fumaça

Porém, as cachoeiras não são o único atrativo da cidade, há também outras opções de lazer para os turistas, como os passeios a cavalo ou em charretes. Do outro lado da cidade, no conhecido Complexo da Toca, é possível acampar, cavalgar, repousar em chalés, pescar no pesque e pague bem em frente ao restaurante e, ainda, seguir até as cachoeiras e visitar o Poço do Coração, um dos locais mais conhecidos do Complexo. Para a visita desse local é cobrado um valor de entrada.

Bem próximo dali, do outro lado da rodovia, depois de passar por um *camping* cheio de carros e barracas montadas, há uma estrada que conduz a outras pousadas e à Cachoeira do Moinho. Depois de andar por uma trilha durante uns dez minutos, os sons das quedas d'águas e os gritos das pessoas que brincam nas águas se fazem ouvir. Mais escondida que a Cachoeira da Fumaça e a Cachoeira Véu da Noiva, a Cachoeira do Moinho, com suas águas gélidas e cristalinas, possui piscinas naturais que exigem coragem de seus frequentadores.



Imagem 04 – Vista da Cachoeira do Moinho.

Bem mais distante e de mais difícil acesso, está localizado o Complexo da Zilda. Porém, mesmo em dias de baixa temperatura é possível encontrar pessoas apreciando as belezas do lugar após enfrentar aproximadamente 15 quilômetros de distância do centro do município, com grandes chances de errar o caminho pela ausência de placas indicativas.

O visitante que possuir um meio de transporte inapropriado pode acabar tendo o seu passeio encerrado antes do tempo previsto. As estradas pedem por um veículo que possua um motor mais potente, suspensão alta e mecânica robusta, para driblar os buracos e subir as ladeiras dos morros carranquenses. Dentro de alguns quilômetros já se torna possível ver algumas construções que parecem chalés de uma pousada, todos coloridos em meio a uma mata exuberante e, logo após, encontra-se o Complexo da Zilda. O lugar é composto por cerca de quarenta quedas d'água numa área de aproximadamente 25 km², repleta de trilhas que levam os visitantes para as principais cachoeiras, poços e piscinas naturais, além de escorregadores dentro da água. O Complexo é circundado pela Serra do Moleque, com morros e matas nativas que lembram o encontro do serrado com a mata atlântica. Toda a área é de propriedade particular.



Imagem 05 – Vista da Cachoeira da Zilda.

As inúmeras pousadas espalhadas pelas montanhas que compõem o lugar transmitem inicialmente a impressão de que ali impera o simples, o não pretensioso. Entrementes, um olhar mais demorado permite notar que cada uma delas dedica um culto às alturas. Ao se localizarem nos pontos mais altos das montanhas, elas parecem expressar algo sobre a necessidade de estar no topo, de ocupar a região mais alta e de utilizá-la como uma atração extra para quem chega, seja à procura de esportes de aventura ou de uma vista deslumbrante e distante do mundo cotidiano. A distância do nível mais baixo da cidade é prometida como um dos principais atrativos das pousadas. Ventos muito fortes, entradas íngremes, cheias de pedras, são aspectos que valorizam a localização das mesmas.

3.2 “ENTRE-VISTAS”: O TRABALHO DE CAMPO E O TEMPO LIVRE

O primeiro passo para a realização desta pesquisa partiu de um levantamento preliminar do que diziam as pessoas que já visitaram Carrancas em *sites* da Internet. Mantendo o cuidado necessário que se deve dispensar à confiabilidade de tais informações, foi possível observar algumas características que são comuns aos visitantes, como o fato de tomarem conhecimento da cidade por meio de amigos e parentes. Nos *blogs* e *sites* de relacionamento também foi freqüente encontrar pessoas comentando sobre as belezas naturais, principalmente sobre as cachoeiras, embora lá também existam outras paisagens

indicadas como atração turística. A maior parte dos comentários foi postada por visitantes provenientes dos grandes centros urbanos, que destacaram as cachoeiras como “relaxantes”.

Um dos fatores relevantes para a seleção e realização da pesquisa na cidade de Carrancas foi a informação de que existem poucos estudos relacionados a este local, o que talvez se deva à inexistência de uma estrutura organizacional como as desenvolvidas em outras cidades turísticas, tal como em Brotas/SP, por exemplo, que foi foco dos estudos realizados por Sampaio e Bahia (2007). Outrossim, a relativa facilidade de acesso do pesquisador ao local tornou possível o estudo das práticas de atividades de lazer em meio à natureza carranquense.

Além do relato das observações sobre as características locais e a relação entre visitantes e natureza, aplicou-se também alguns questionários²² que visavam reunir informações gerais sobre os visitantes e a partir do qual foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com aqueles visitantes, agentes ou guias turísticos locais que se dispunham em aprofundar o assunto. O número de pessoas que responderam as entrevistas foi definido a partir do critério de saturação de dados. Este critério, utilizado em pesquisas qualitativas que pretendem o estudo de um determinado grupo social, foi definido por Marre (1991) como o indicador de que, dentro de uma amostra, já foram colhidos os dados necessários à pesquisa, ou seja, à medida que as respostas se tornam recorrentes encerra-se a coleta de dados.

Foram realizadas seis viagens para Carrancas/MG durante os anos de 2007 e 2008, dentre as quais foi possível reunir 65 entrevistas com agentes turísticos, guias e visitantes. Os locais de pesquisa foram restritos a três das inúmeras atrações que circundam Carrancas, que são: Complexo da Fumaça, Cachoeira do Moinho e Complexo da Zilda.

No Complexo da Fumaça, localizado a uma distância de cinco quilômetros da cidade, foram observadas a Cachoeira da Fumaça e a Cachoeira Véu da Noiva. Os locais foram selecionados como espaço de pesquisa após a informação dos agentes turísticos da cidade de que eram os pontos mais visitados e mais atraentes aos olhos dos visitantes.

A distância entre a cidade e os complexos suscitou o questionamento sobre o perfil dos grupos que visitam um complexo e outro, uma vez que o acesso ao Complexo da Zilda é bem mais difícil e exige o uso de carros mais robustos para chegar ao local, enquanto o primeiro pode ser visitado a pé, de bicicleta, ou mesmo com veículos menos potentes.

²² Para fazer a pesquisa empírica foram produzidos outros questionários que objetivavam coletar dados da geografia local e sobre os estabelecimentos turísticos, além de uma pesquisa sobre a opinião da população. Entretanto, a aplicação dos mesmos foi postergada para pesquisas futuras.

A partir dos dados coletados, foi possível conhecer as principais características dos visitantes de Carrancas, o que contribuiu para a análise acerca da temática proposta. As informações coletadas e a análise dos dados serão apresentadas a seguir.

3.2.1 Atividades em meio à natureza: da contemplação ao risco

Entre as pessoas entrevistadas nas Cachoeiras da Fumaça e do Moinho, onze eram das capitais mineira e paulista, sendo que cinco eram de Belo Horizonte e seis de São Paulo. Os demais entrevistados, total de quinze pessoas, eram provenientes de outras cidades mineiras do interior. Entre os visitantes da Cachoeira da Zilda, quinze eram de Belo Horizonte (sendo que três disseram morar tanto na capital quanto no interior do estado de Minas Gerais), oito visitantes eram de São Paulo, sendo cinco do interior e três da capital paulista; um visitante era do Rio de Janeiro e os demais, num total de oito entrevistados, eram de outras cidades mineiras. Dentre o total de sessenta e cinco entrevistas, quarenta e cinco pessoas disseram, portanto, viver nas grandes capitais brasileiras. A presença de visitantes oriundos de capitais e cidades maiores foi justificada por eles mesmos pela busca de tranquilidade e sossego, conforme será analisado posteriormente.

Entre o total de sessenta e cinco visitantes que entrevistados, foi possível perceber um equilíbrio quanto aos gêneros, pois enquanto no Complexo da Zilda havia dezessete homens e quinze mulheres, no Complexo da Fumaça e na Cachoeira do Moinho havia quinze homens e dezoito mulheres, ou seja, tanto homens quanto mulheres frequentam as cachoeiras. Apesar da pequena diferença, nas cachoeiras próximas da cidade havia mais mulheres, enquanto na cachoeira mais distante havia mais homens.

Os visitantes entrevistados no Complexo da Zilda se diferenciaram dos entrevistados nas cachoeiras da Fumaça e do Moinho com relação à faixa etária. A maior parte dos entrevistados (22 pessoas) nas cachoeiras da Fumaça e do Moinho tinha entre 15 a 30 anos, enquanto na Cachoeira da Zilda a maior parte (18 pessoas) tinha entre 31 e 49 anos. Nas cachoeiras da Fumaça e do Moinho havia apenas oito pessoas nessa faixa etária.

Entre os visitantes do Complexo da Zilda não houve nenhuma pessoa com renda familiar inferior a dois salários mínimos e apenas dois visitantes desta cachoeira tinham renda familiar entre dois e cinco salários mínimos. A maioria disse ganhar de onze a vinte salários

mínimos. Já no Complexo da Fumaça e do Moinho cinco pessoas disseram ganhar menos de dois salários mínimos, onze disseram ganhar entre dois e cinco salários mínimos, nove disseram ganhar entre seis e dez salários, três responderam ganhar entre onze e vinte salários e seis disseram ter renda acima de vinte salários mínimos.

Quanto ao grau de escolaridade, os entrevistados nas Cachoeiras da Fumaça e do Moinho têm diferenças se comparados aos entrevistados na Cachoeira da Zilda, o que provavelmente se deve ao fato de também serem pessoas mais jovens. Nas cachoeiras da Fumaça e do Moinho a predominância foi de visitantes com Ensino Médio, sendo que dezesseis já concluíram e quatro ainda estavam cursando. Quatro visitantes disseram ter concluído o ensino superior e nove afirmaram estar cursando ensino superior. Não houve pessoas que estivessem cursando ou já concluído pós-graduação. Já na Cachoeira da Zilda a predominância foi de visitantes com ensino superior, sendo que quatorze deles já concluíram, três disseram cursar esse nível de ensino e dez afirmaram já ter cursado pós-graduação.

A renda mais elevada, associada à escolaridade e à idade, permite a percepção de que talvez os visitantes do Complexo da Zilda busquem uma distinção dos demais visitantes quando visitam os lugares de mais difícil acesso. São pessoas que dependem apenas dos recursos provenientes de seus trabalhos para visitar locais como Carrancas e, geralmente, possuem veículos fortes o suficiente para enfrentar as íngremes descidas e subidas que compõem o caminho até a Cachoeira da Zilda.

Estes veículos, atualmente em moda nas grandes cidades, podem também ser vistos como símbolos de força e maior poder de consumo. A potência do veículo, apesar de requerida nas estradas, parece suscitar uma sensação de poder que obscurece a possibilidade de reconciliação com a natureza. Enquanto se passa veloz e imperceptivelmente pelos buracos das estradas, a possibilidade de envolvimento com o espaço natural se torna ainda mais remota, a certeza de vencer os obstáculos vividos nos espaços naturais acaba por interditar a construção de uma relação direta entre homem e natureza.

Quando questionadas sobre o lugar que mais gostam de visitar em Carrancas, as pessoas não deixaram dúvidas quanto à atração pelas cachoeiras. A maioria das pessoas pesquisadas – vinte e duas no Complexo da Zilda e sete na cachoeiras da Fumaça e do Moinho – disseram que as quedas e cachoeiras são os principais atrativos do lugar.

Dos que foram entrevistados no Complexo da Fumaça e no Moinho, nove disseram gostar das cachoeiras em geral, oito deles disseram preferir o Complexo da Zilda, cinco disseram preferir a Cachoeira da Fumaça, dois responderam ser a Cachoeira da Esmeralda,

dois falaram Cachoeira do Moinho, um falou da Cachoeira Véu da Noiva e dois não identificaram lugar algum.

Já entre os entrevistados que visitavam o Complexo da Zilda, onze disseram apreciá-la preferencialmente, sendo que um também citou o Poço das Onças e dois destes o Complexo da Fumaça; cinco disseram preferir a Cachoeira da Fumaça, três falaram ser o Poço das Onças, cinco disseram preferir a Cachoeira da Esmeralda, quatro não especificaram uma cachoeira, um falou ser a Cachoeira Grão Mongol e três disseram preferir o Cachoeira do Moinho, sendo que um destes também citou a Cachoeira da Fumaça.

Poucas se referiram à natureza numa perspectiva mais ampla como principal atrativo, destacando as diversas belezas que a compõem, tais como a paisagem, suas cores, as plantas e animais diversos, seus cheiros, sons e gostos.

Ao falarem sobre o que mais gostavam de fazer quando visitam Carrancas, os entrevistados evidenciaram as quedas d'água e as cachoeiras. Dos sessenta e cinco entrevistados, vinte e cinco pessoas não se referiram às cachoeiras: três falaram em dormir e descansar; duas em beber; uma em comer; três em acampar e uma em pescar, enquanto as demais, ou seja, quarenta pessoas, falaram explicitamente das cachoeiras. A forma de vivenciá-las, contudo, apresenta diferenças que exigem reflexão. Na Cachoeira da Fumaça e do Moinho, dez pessoas se referiram a elas explicitamente, mas não no sentido de entrar em suas águas, em nadar, mas sim em ir/visitar/curtir e até divertir na cachoeira. Quatro entre essas dez pessoas falaram em observar e contemplar a cachoeira; oito pessoas falaram em nadar, utilizando esse termo. Esse é um aspecto importante porque as pessoas que visitam as cachoeiras parecem não ser atraídas simplesmente pela idéia de banhar-se em suas águas, ou então, de realizar uma atividade física que exija o entrar na cachoeira. Na Cachoeira da Zilda, quinze pessoas falaram em andar, explorar e nadar nas cachoeiras; sete em caminhar; sete em contemplar as cachoeiras; uma em beber cerveja e uma em comer. Nesse complexo, apesar de praticamente metade dos entrevistados falarem em explorar e nadar nas cachoeiras, sete pessoas falaram em uma vivência contemplativa.

Ao buscar um sentido para a imagem da cachoeira e o fascínio que ela provoca naqueles que a observam, um elemento importante que se apresenta é a representação quase indissociável entre o constante movimento da água e uma afirmação de força da natureza. Afirmação que é interpretada pelos indivíduos – já que a natureza segue seu curso impassivelmente – e que permite a retomada das argumentações realizadas no capítulo anterior acerca da perda da capacidade de percepção do homem e de uma falsa *mimesis*. A

força que é vista na natureza, ainda que admirada, apresenta-se como algo ameaçador que deve ser superado. Na tentativa de livrar-se do medo, a afirmação do indivíduo como o ser dominador da natureza, sustentada pela ideologia que perpassa a sociedade administrada, o incita a medir forças com aquilo que lhe faz lembrar a natureza abandonada em busca da promessa de realização histórica. Desse modo, o enfrentamento das águas geladas e impetuosas das cachoeiras, como parte das atividades atuais de lazer em meio à natureza, pode ser visto como uma espécie de culto à força, assim como as atividades de lazer em meio à natureza que possuem em suas bases um conjunto de ações arriscadas, perigosas, cheias de adrenalina e que visam a superação de obstáculos naturais.

Por outro lado, a busca por práticas reflexivas ou contemplativas em meio à natureza, em contraposição por essa compulsão pelo fazer e pelo agir no tempo livre, reporta tanto ao modo como os gregos viviam o ócio quanto ao imperativo do sujeito moderno de viver seu tempo livre como restauração da força de trabalho. E diante das condições impostas pelo mundo do trabalho, qual seria o conteúdo presente na contemplação da cachoeira? Seria diferente do modo e do *telos* da vida ativa dos gregos antigos em seu ócio?

Enquanto os gregos consideravam a contemplação e a reflexão um exercício público – como fala Hanna Arendt (1999), o único capaz de promover a realização humana com vistas à ação – os visitantes de Carrancas parecem tê-la como um exercício privado, interior, que requer observar silenciosa e isoladamente a natureza a fim de extrair dela imagens capazes de revigorá-los, de confirmá-los como parte da natureza ou mesmo como partícipes da obra divina, o que pode ser identificado nas palavras de uma das entrevistadas:

[...] como Deus pode produzir uma coisa tão linda dessas? Há pouco tempo atrás eu tava no Grão Mongol, o que a natureza fez ali, o que a natureza fez naquele lugar não dá nem pra comentar, cê vê aquelas formações nas rochas ali, o cânion, então eu não paro de agradecer a Deus por nos proporcionar uma coisa tão maravilhosa assim, pena que algumas pessoas não vêem por esse lado.

Nesse sentido, a contemplação/reflexão reconhecida nas vivências de lazer em meio à natureza parece distinguir-se da vivida pelos gregos, pois se realiza como instrumento de restauração das energias exigidas pelo mundo da produção. Uma revitalização que não esconde suas ligações com aquilo que os antigos gregos chamaram de labor, portanto, com a obtenção dos meios necessários para o consumo, com a reposição da energia necessária para a perpetuação do labor.

Apesar de assumir uma conotação instrumental e, portanto, arbitrária, a contemplação também testemunha a ânsia dos indivíduos de interromper o fazer compulsivo e indica a preocupação destes em conservar uma conduta ajustada às exigências da vida social contemporânea, assim como o medo de perder o controle e a capacidade de se autoconservar. Esse medo esteve presente na fala dos entrevistados – medo de não conseguir continuar respondendo às pressões sociais e que encontra no isolamento, na contemplação individualizada, um refúgio que se ancora na figura de Deus e, de certa forma, no retorno e manutenção de respostas míticas. Resguardando seus medos na relação contemplativa e individualizada com a natureza, eles saem com a sensação de estar novamente revitalizados, com maior confiança em si mesmos e na capacidade de continuar.

Ao responderem a questão sobre qual a importância que eles vêem na prática de atividades físicas em meio à natureza, apenas um visitante do Complexo da Zilda apontou haver uma dimensão prazerosa na prática de atividades físicas em meio à natureza, enquanto três visitantes das cachoeiras Fumaça e Moinho falaram em momentos de prazer proporcionados por essas práticas. A resposta mais freqüente dos visitantes da Fumaça e Moinho foi: “sim, é importante a prática de atividades físicas em meio à natureza devido à tranquilidade que estas propiciam”.

Além da palavra tranquilidade, as expressões “segurança”, “a vontade” também se evidenciaram. Entre os visitantes da cachoeira da Zilda, em vez da palavra tranquilidade, a palavra “saudável” foi mais presente e geralmente acompanhada de outras expressões como “bom”, “condicionamento”, “bom para o corpo”, “capaz de tirar a dor”. Já os termos “sair da rotina” e “sobreviver em espaços hostis” apareceram nas falas de dois visitantes do Complexo da Zilda. Os visitantes da Zilda atribuíram à palavra “saúde” um caráter bastante funcional, como se as atividades físicas em meio à natureza tivessem um papel terapêutico e pudessem proporcionar a condição de bem-estar para lidar com os problemas cotidianos. Segundo uma das entrevistadas,

[...] é importantíssimo porque a gente relaxa, descansa, até se recupera de dores, entendeu? [...] Pra mim é tudo de bom isso aqui, dores que cê fala assim não é possível, eu cheguei tão mal, por exemplo, eu já passei dos 50 né, então, você já sente um monte de dores, tensão, essa coisa de músculo tenso, chega aqui é coisa de um ou dois dias andando e olhando isso aqui, acaba tudo, que pena que tem que voltar [...].

As expressões encontradas sinalizam um contraste com a pesquisa sobre as atitudes de praticantes de esportes de aventura em Brotas/SP, realizada por Bahia e Sampaio (2007), na qual os termos mais citados pelos praticantes para definir suas vivências foram “a busca por um contato maior com a natureza”; seguida de perto pela palavra ‘adrenalina’; ‘busca de emoção’; ‘sair da rotina’; ‘desestressar’; ‘desafio’; ‘risco’.” (p.182). Além de citarem a observação de Marinho de que a massificação de termos como “adrenalina” pela mídia influência no discurso de outras sensações produzidas por estas práticas, Bahia e Sampaio (2007) confirmam tal observação e identificam outras percepções que indicam uma preocupação dos praticantes “[...] com o meio ambiente e com possíveis novas relações estabelecidas nessas experiências [...]” (p.183).

A recorrência das expressões como “relaxamento” e “tranqüilidade” pode indicar vestígios de vidas intranqüilas, de tensões e contradições vividas pelas pessoas no cotidiano. Porém, a sociedade atual vive a era do *stress* e da meditação, do culto à natureza e suas possibilidades de purificação – idéias importadas do oriente pela Indústria Cultural. Assim, ao mesmo tempo em que as palavras perdem o sentido nos modismos, os indivíduos permanecem no ritmo irrefreado da produção em massa, afundando cada vez mais na não consciência de si e do que está à sua volta.

Por outro lado, as respostas dos entrevistados destacam a necessidade de descansar e recuperar as forças. Ao enfatizarem o descanso, mesmo sem problematizar o tempo de trabalho e a fadiga por ele produzida, os indivíduos indicam o temor de não conseguirem continuar atendendo às elevadas exigências da totalidade social. Enquanto alguns falavam do anseio por tranqüilidade/segurança de um modo explícito e enfrentavam ativamente a frieza das águas gélidas das cachoeiras, outros não reconheciam a mesma necessidade e ao mesmo tempo contemplavam a beleza das águas e os corajosos que nela mergulhavam. Além disso, a ocorrência de pessoas que disseram realizar por prazer as atividades físicas em meio à natureza foi mínima. Apenas duas pessoas falaram nisso, o que reforça o caráter funcional manifestado pelos visitantes.

Apesar das formas diferentes, em ambos os casos nota-se as marcas que a cultura e o ritmo acelerado desta organização social deixam na constituição do indivíduo: aqueles que reconhecem a necessidade de uma mudança de ritmo, mostram nas atividades do tempo livre – no enfrentamento das águas geladas da cachoeira – a manutenção do esforço, a continuidade do sacrifício exigido em outra dimensão. Na tentativa de aproveitar ‘ao máximo’, acabam por fustigar o corpo, sem que isso traga uma sensação diferenciada em relação àqueles que apenas

observam. Já os que observam, apesar de não relatarem a mesma ansiedade, mostram-se fascinados pela beleza e pela força da natureza, ainda que não estejam dispostos a se entregarem a ela.

Neste contexto, cabe pensar nas proposições de Horkheimer e Adorno (1985) em *“Ulisses ou Mito e Esclarecimento”* sobre o personagem homérico. Na narrativa, as estratégias de Ulisses durante a sua viagem de retorno à Ítaca fizeram com que o personagem fosse considerado pelos autores como o “protótipo do indivíduo burguês” – a astúcia que conserva a vida de Ulisses está enraizada na troca e no sacrifício. E no momento em que Ulisses se amarra ao mastro para ouvir o canto das sereias sem sucumbir ao seu poder, mesmo estando inclinado ao chamado, não pode se entregar. Ainda que vislumbrando o prazer, a fruição está interdita, o que permite a reflexão sobre a atualização do canto das sereias. Mesmo que contemplado, o espaço natural não pode ser vivenciado sem reservas, pois, ainda que isso pareça tentador, o compromisso com a civilização, com o mundo do trabalho e do esforço contínuo, é o que acena com as garantias de sobrevivência.

A discussão dos autores frankfurtianos acerca da não-repressão do medo como forma de lutar contra a repetição da barbárie faz-se um dos principais elementos para entendimento quanto à vivência do medo nessas circunstâncias, especialmente sobre a sua inexistência ou a sua repressão. Ao pensar nos obstáculos naturais enfrentados pelos indivíduos como uma expressão de domínio do próprio medo, certas atividades podem ser consideradas como um culto à força que une pessoas de diferentes condições econômicas, idades, profissões e gênero, ao mesmo tempo em que distanciam os indivíduos do exercício mimético e da capacidade de expressar o sensível.

Retomando a recorrência da expressão “tranqüilidade” nas respostas dos entrevistados, como na questão sobre os principais atrativos de Carrancas tal busca apareceu apenas duas vezes, pode-se entender a tranqüilidade buscada não se encontra propriamente no lugar, mas nas atividades que nele podem ser desenvolvidas. Mas poderiam as atividades realizadas nas cachoeiras de Carrancas promover a tranqüilidade almejada pelos seus visitantes? Esta questão merece ser analisada.

Quando perguntados sobre algum tipo de atividade que tivessem realizado em meio à natureza, apenas seis das pessoas entrevistadas não destacaram a caminhada, ou seja, cinquenta e nove delas já praticaram caminhadas em meio à natureza. Treze pessoas afirmaram que além da caminhada já fizeram ciclismo e dezesseis delas falaram de nadar ou tomar banho de cachoeira. Dessas dezesseis pessoas, doze estavam nas cachoeiras da Fumaça

e no Moinho, enquanto apenas quatro visitantes do Complexo da Zilda apontaram tais atividades.

Várias pessoas ressaltaram que a caminhada não requer nem a posse de aparatos técnicos/tecnológicos, nem a permissão de instituições, clubes ou qualquer associação coletiva para ser realizada em lugares desconhecidos. Mas o caminhar em ambientes naturais seria mais atraente por proporcionar vivências objetivas e uma percepção mais detida sobre o entorno, tão rarefeita no dia-a-dia pela velocidade, pela pressão social e pelo fazer compulsivo do individual?

A caminhada nos espaços naturais é também caracterizada pelas diversidades próprias do local em que ela ocorre, pois o seu praticante pode se deparar com situações imprevisíveis, como a travessia de rios, penhascos, mata fechada, cerca de arame farpado, animais peçonhentos, insetos, o que inevitavelmente o expõe a diversos riscos relacionados ao meio desconhecido. Nesse sentido, uma caminhada em meio à natureza pode promover vivências de enfrentamento do desconhecido, por não permitir ao seu praticante saber se há ou não riscos e perigos ao longo da caminhada. E o não saber o que será visto e vivido adiante evocam, com o desafio, a necessidade do visitante de mais uma vez se por em risco.

O lazer estruturado racionalmente para a organização do tempo pode estar relacionado com um melhor aproveitamento do tempo livre, mas também indica a administração social desse tempo e o perder-se do próprio indivíduo como força produtiva. Mesmo fazendo outras atividades, elas acabam sendo vividas de modo semelhante às atividades do trabalho, um indício de como os indivíduos se encontram em um ritmo de vida repetitivo e monótono, apesar do anseio de querer viver novas experiências. Diz uma entrevistada: “Eu busco sossego, paz de espírito, liberdade de poder sair sem ter medo de ser assaltada”. Quanto à sua motivação para a prática de esportes na natureza, para ela,

O principal é esquecer o dia a dia, a correria, quando a pessoa tá praticando esportes de aventura não tem como ela ficar lembrando dos problemas, seja este qual for, o pessoal que pratica cânion, que vem de moto, que vem de jipe, os jipeiros, não tem como eles ficarem lembrando das atribulações que tiveram durante a semana, eles tem uma responsabilidade com aquilo que estão fazendo, com aquela adrenalina ali eles esquecem da paulera [...].

Ao afirmar que o praticante dessas atividades é completamente apanhado pelo risco, de modo que suas preocupações, tensões do dia-a-dia desaparecem com a adrenalina que o

envolve, a entrevistada expressa o viver em perigo como forma de afastar os problemas. A visitante manifesta uma intensa satisfação em praticar esportes de aventura e explica que, para a execução do ciclismo em meio às subidas e descidas da serra, condiciona-se em uma academia que exibe vídeos de esportes na natureza e músicas agitadas para excitar e mobilizar os praticantes de *spinning*. Como ela mesma diz:

Eu faço *spinning* em São Paulo e *spinning* é só subida, aqui não tem só subida mas também tem descida [...] além da caminhada que eu gosto muito, aqui tem muito morro...eu faço muita *bike*, devido aos morros se trabalha bem várias partes do corpo, mas eu me preparo, faço *spinning* quatro vezes por semana em São Bernardo, é bem legal, então você fica bem condicionado. Lá você fica vendo as paisagens e eu sou movida a música, eu adoro, aqui eu já gosto de ouvir o canto dos pássaros, então eu tô condicionada pra subir e descer e quando cê olha lá embaixo, aquela queda tá maravilhosa, tá linda, tá cheia, porque não é toda vez que ela tá cheia. Tinha um monte de pássaros, sabe aqueles pássaros selvagens, tinha uns 50, uma vista linda, a cachoeira tá linda hoje [...].

Ao apontar que o treinamento intenso ao longo da semana dá condições para subir a serra de *bike* e ainda apreciar as belezas naturais, a entrevistada trouxe algo que se contrapõe à simples suposição de que os esportes na natureza, pelo risco que os caracterizam, confirmam um indivíduo disposto a arriscar, a controlar ainda mais cada movimento, cada gesto que executa. Pode-se também perceber o esporte em meio à natureza como um *plus* para a prática de atividades físicas que levam à exaustão, para o exercício da capacidade de suportar cargas extenuantes de trabalho realizadas semanalmente. Nesse sentido, o esforço físico advindo dos esportes na natureza não somente prepara os visitantes para o esforço semanal, mas funciona como um estímulo para a ampliação da capacidade de suportar as cargas de trabalho.

Assim, pássaros, plantas, águas, pedras e cerrado, cada qual com sua beleza, são percebidos como uma recompensa pelo enfrentamento dos obstáculos e, a partir de então, podem ser apreciados como um troféu. Tem-se um momento de reforço da idéia de controle e de dominação, quando cada vez menos o indivíduo possui liberdade de ação e controle de si mesmo.

Por outro lado, a tentativa de esquecimento do ritmo exigido pelo espaço urbano sustenta-se na procura por situações de perigo, que requerem atenção firme e permanente, atenção que está intimamente vinculada à conservação da integridade física. Uma vivência de choque que mantém à distância algo que recorda sofrimento, mantido em silêncio apesar de

explícito. Enquanto a natureza é retratada como expressão de tranquilidade, harmonia e perfeição divina, a descrição das práticas em meio à natureza ressalta os obstáculos, os desafios, as adversidades e perigos diversos. A identificação com a face hostil da natureza parece ocorrer por meio da prática de atividades físicas. Por meio delas, os indivíduos parecem vivenciar instintivamente sua constituição natural, enquanto, ao mesmo tempo, na esfera do discurso, purificam a natureza de seus elementos agressivos, enaltecendo-a apenas como representação do sossego e tranquilidade.

A ênfase sobre os aspectos de paz e de tranquilidade da natureza e a não referência aos perigos e intranqüilidades que também a constitui mostrou-se como um importante ponto de análise, pois esse fato pode ser tomado como uma distorção da sensação de risco. Entretanto, ainda outros aspectos devem ser observados.

Marinho e Inácio (2007) defendem que as atividades de aventura permitem um afastamento de expressões céticas e individualistas. Para eles, as relações humanas que se estabelecem nessas atividades são diretas e intensas. Já Bahia e Sampaio (2007) e Serrano (1997) apontam que a presente vivência de atividades físicas em meio à natureza expressa uma exacerbação do individualismo na busca do elemento 'risco'.

A relação com o outro no interior dessas atividades, indispensável para o desenvolvimento, senão de relações humanas diretas, pelo menos da busca por elas, pareceu ao longo da pesquisa mais obliterada quanto mais a sobrevivência se colocava como alvo de toda atenção e de todo pensamento. Nessa condição, o outro apenas é percebido enquanto meio para a autoconservação. Os envolvidos em atividades de lazer e esporte na natureza, principalmente se estas forem atividades de aventura, sabem que para vencer, ou ainda, para sair vivo e com menos danos físicos possível, é preciso contar com o outro. Nesse caso, importa menos reconhecer o outro como "outro" do que reforçar a idéia do outro como instrumento ou meio de que se deve fazer uso pra sobreviver. Assim, o reconhecimento do outro não se encontra assegurado nas práticas de lazer em meio à natureza só porque elas possuem a dimensão de aventura ou de risco. Seu potencial crítico e emancipatório parece exigir algo que dificilmente se manifesta nas falas dos entrevistados: a percepção e reflexão crítica da limitação/pequenez do indivíduo que, ainda que constituído por uma natureza histórica, tem em sua formação as marcas do duplo caráter de uma cultura que atende às exigências do sistema de produção em massa.

Sem esta percepção, as pessoas conformam-se à falsidade de que a realidade não pode ser diferente do que é e afirmam as qualidades de seu eu como senhor inigualável diante da

natureza. Fazendo referência a uma espécie de encantamento, de força mágica, Horkheimer e Adorno (1973) indicam que a celebração do poder e a irresistibilidade do mero existir são as condições que inibem o menor esforço do indivíduo para se libertar da percepção da aparente onipotência da realidade. E ao entoarem um louvor à grandiosidade da natureza e aos obstáculos que eles próprios planejam em atividades arriscadas, os indivíduos permanecem na escuridão dos que temem reconhecer a proximidade do risco, risco que é disfarçado pela ideologia presente em um mundo de riquezas e avanços e que torna a pressão social cada vez menos evidente.

Desse modo, ao se reforçar a relação mediada pelo único intuito de se manter vivo, os indivíduos reproduzem socialmente aquilo que Horkheimer e Adorno (1985) chamaram de natureza cega. A percepção do outro como meio de sobrevivência que é vivida nas atividades em meio à natureza confirmam a dificuldade do indivíduo de reconhecer o outro como algo que o constitui.

Se Marinho e Inácio (2007) acreditam no enfrentamento dos obstáculos naturais que caracteriza os esportes de aventura como possibilidade para a emancipação, parece também fundamental pensar o significado desse enfrentamento, especialmente a ligação entre a ilusão de auto-suficiência individual e as relações sociais que enaltecem o indivíduo como qualitativamente diferente enquanto o tornam cada vez mais empobrecido.

Numa reflexão sobre o confronto com os obstáculos naturais enquanto exercício de promoção da emancipação nas atividades físicas em meio à natureza, entende-se que a emancipação possível nestas vivências do tempo livre envolve pensar sobre as relações de poder evocadas e a busca pela superação dos perigos naturais, reforçadora da postura alienada dos indivíduos no interior do todo social. Postura forjada continuamente nos diferentes modos de celebração da força e às custas de toda manifestação de medo, palavra não pronunciada pelos entrevistados.

Esta questão percorre toda a reflexão e análise dos dados coletados em Carrancas/MG e carrega consigo o pressuposto adorniano de que o abrandamento do medo, em vez de sua repressão, requer dos indivíduos a capacidade de reconhecer que não é possível vencê-lo plenamente. Algo que parece ser dificultado não só pela confiança no aparato tecnológico, mas, sobretudo, pela busca individual de conservar a crença em si mesmo.

Ao dizer que a existência é caracterizada pela oscilação entre segurança e vulnerabilidade, David Le Breton (2007) incita o seguinte questionamento: a vivência do medo nas estradas de Carrancas, assim como dos riscos e surpresas proporcionados nas

atividades do tempo livre em espaços naturais, em vez de reforçar tal oscilação ou acentuar um dos momentos dessa oscilação (no caso, a vulnerabilidade), não indicaria uma exigência atual da sociedade? Neste sentido, já não se poderia mais falar em uma oscilação entre segurança e vulnerabilidade, mas sim, numa oscilação entre vulnerabilidade e mais vulnerabilidade, o que produziria como efeito a necessidade de repudiar a segurança, como se esta indicasse a incapacidade de conviver com as dinâmicas e fugidias formas de produção e reprodução da vida. Nesses termos, a intensificação das condições que ameaçam a existência, as vivências inesperadas de risco a que os indivíduos se submetem ou contemplam em outras pessoas, dizem de suas capacidades individuais de lidar com o risco, ao mesmo tempo em que conservam em suas bases o ocultamento do medo.

Daí poder se falar que hoje a vulnerabilidade vivida pelo particular no cotidiano, produzida com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, é suprimida com a prática de sensações de risco cada vez mais fortes, as quais em vez de testemunharem as fragilidades e suas origens sociais instilam nos indivíduos uma sensação de superioridade, especialmente, quando praticam ou contemplam atividades físicas na natureza. Uma natureza que ao mesmo tempo é retratada apenas como algo puro/belo e é vivida ativa ou contemplativamente como palco de perigo, ameaças e riscos.

Quando o risco passa e é reconhecido posteriormente, o indivíduo tem a sensação de que o perigo ficou pra trás, o que pode agir como sugestão para a busca de novos desafios. Os indivíduos vivem riscos constantes, ainda que sem identificá-los, e só percebem a ameaça ao reconhecerem que passaram ilesos. Isto parece funcionar como um mecanismo que reproduz uma sensação de poder/força, a impressão de ser alguém intocável. Enquanto o perigo não é percebido durante a sua vivência objetiva, a segurança é desprezada por sua incapacidade de preparar os sujeitos para enfrentar mais riscos e, portanto, mais vulnerabilidade.

Tal ambigüidade parece traduzir uma vivência velada do perigo, distante da construção de narrativas do particular e afeita à imagem espetacular como forma de confirmação da singularidade vivida pelo indivíduo durante o seu tempo livre na natureza. É importante destacar que a simples permanência nesses locais coloca os visitantes em uma situação de risco, já que ele está presente em todos os lugares. Apesar disso, eles não se referem aos perigos, preferem retratá-los como situações controladas, exibidas com o auxílio das lentes objetivas. Desse modo, quando a 'imagem em si' da natureza não enfatiza a sua força – e isso pode ser observado na beleza e potência da imagem das cachoeiras –, reafirma o humano e a sua capacidade de subjugar a natureza. O choque produzido pela descida de um

rapel nas quedas, o caminhar pelas águas, são atividades que testemunham, mesmo que em níveis de perigo diferenciados, a necessidade do indivíduo de se expor ao risco e de superá-lo, como numa analogia à necessidade de sobreviver dentro dos moldes da sociedade industrial.

No contexto do capitalismo transnacional, a divisão rígida da vida, em tempos de trabalho pago e tempo livre, continua e opera de modo ainda mais eficaz para que a dominação e a exploração da natureza se reproduzam nos dias atuais, quando as forças produtivas já oferecem as condições materiais para que os homens se libertem da preocupação com a reprodução dos meios necessários a sua sobrevivência. O enfrentamento de distâncias, de subidas e descidas íngremes, a vivência do susto quando de repente os pés não encontram o fundo do poço ou o desafio de escorregar pelas pedras que mais se assemelham a sabão parecem render homenagens ao espetáculo da força e do risco para subjetividades que se percebem cada vez mais escorregadias.

3.2.2 Considerações sobre a relação homem-natureza

Como estudiosa dos fenômenos do lazer em meio à natureza, Marinho (2007) afirma que a revalorização das paisagens naturais, ancorada na exploração turística e, portanto, no aproveitamento econômico, estaria produzindo um novo modelo perceptivo em relação ao meio. A partir disso, uma das perguntas aos entrevistados foi relacionada ao tratamento que as pessoas dispensam à natureza quando visitam Carrancas. Entre os entrevistados na Cachoeira da Fumaça e no Complexo do Moinho, vinte e um disseram que tratam bem, cinco disseram que alguns cooperam e outros não, três afirmaram que não cuidam bem e três não responderam. Entre os entrevistados na Zilda, vinte disseram que é bem cuidado, cinco entre sete pessoas disseram ter visto muitas latinhas/garrafas de cerveja e cinco apontaram que há muito lixo, especialmente latinhas.

Para se pensar acerca desta questão, vale observar o que foi relatado por um guia e proprietário de um dos complexos aquáticos. O entrevistado, ao dizer sobre seu reposicionamento frente à natureza, oferece alguns elementos para se entender até que ponto tal revalorização conduz a um novo modelo perceptivo. Ao falar sobre o processo que o levou a deixar de matar passarinhos para protegê-los, ele conta:

Quando começou a vim turismo pra Carrancas, a gente tinha o nosso Carnaval antecipado, de bagunça, nisso em 90 os turistas começavam. Como eu era moleque, andava muito e ando até hoje, foi o contato de boca a boca que o pessoal dizia que legal, que bonito! Um senhor um dia, eu contando que tinha matado muito periquito, queria bater foto de pássaro e disse: vou te dar cinco reais pro cê não matar os periquitos, no começo foi financeiro, [o senhor disse] é me mostrar onde eles tão, aí eu disse, opa!, então não vou mais matar periquito, já ganhei cinco conto, então eu ganhei uma impulsão porque pensei: porque eu vou matar se eu vou ganhar mais não matando... Ninguém falava, era mulecão no interior, não tinha escola, principalmente Carrancas que era fechado aqui, a gente só via que matar era bonito, matar uma onça, um passarinho, um gavião, isso era bonito, isso era o herói, então com esses novos contatos o belo foi se transformando com isso e também o pessoal da UFLA, que foi dando uma grande força como a gente comenta, que vieram mostrando que tinha o outro lado [...] sem querer a gente começou a ver, brigava em casa, vamo colocar fogo no pasto, eu dizia eu não vou, que vai matar muito bicho, eu disse meu Deus do céu, aí dentro de casa eu dizia, aí gente vamo parar de botar fogo.

Outra pessoa entrevistada, ao falar dos motivos que tem para visitar Carrancas, destaca que com seus conhecimentos, gostos e aptidões pode ajudar a conservar e propiciar que outros usufruam do lugar. Em suas palavras:

Então, a minha intenção de estar aqui em Carrancas é conscientizar o pessoal daqui e o pessoal que vem pra cá, acho que a educação tá muito pobre, o pessoal precisa cuidar mais da natureza, preservar a beleza natural de Carrancas, a beleza natural que tem aqui porque, o que aconteceu em São Thomé das Letras?! Tá degradado São Thomé das Letras porque o pessoal que frequenta não tem consciência ecológica, então a partir do que eu gosto, do que eu conheço do turismo na natureza, de aventura, fazer com que as pessoas venham pra cá e se sintam bem e além de achar bonito, deixar bonito, usufruir mas permitir que outras pessoas que venham depois também possam usufruir.

O destaque das aptidões para proteger e ensinar a proteger é algo que chama a atenção em ambos os casos. Como se o lugar fosse um meio para evidenciar as capacidades particulares de conhecimento e de proteção, Carrancas aparece como um espaço que precisa ser usufruído por todos, o que permite ao visitante manifestar suas capacidades e conhecimentos sobre a natureza. Porém, o que aparece como vontade de compartilhar a beleza acaba vinculado à intenção de abrir um negócio no lugar – a preocupação com a conservação de Carrancas surge ligada à esfera do *Freizeitgeschäft*, dos “negócios do tempo livre”. A visitante complementa o motivo de sua preocupação com a natureza: “como eu estou

montando a minha pousada, eu gosto muito de mexer com paisagismo, eu adoro testar as espécies de lá aqui, pra ver se elas vão legal, se vão desenvolver legal”.

Com base nas falas desses dois entrevistados, observa-se que a percepção da natureza tem se atrelado a interesses econômicos, ainda que estes não sejam o foco central. Desse modo, a noção de risco também se sustenta sobre essa dimensão, pois tanto as possibilidades de destruição da natureza quanto da destruição do homem – lembrando que estas caminham juntas – são observadas com um outro olhar, o olhar do homem que modifica e domina a natureza ‘a seu favor’. As ameaças que o ambiente natural pode oferecer aos visitantes desprevenidos já não são temidas, pois se tem uma nova visão da natureza: ela está fragilizada, explorada, precisa ser protegida. Realça-se, assim, a ameaça presente no ambiente urbano, na falha da promessa de segurança que a cultura não conseguiu cumprir. A organização social se configura de modo ilusoriamente seguro, com suas leis e instituições que escondem destruições e desigualdades sociais a cada dia maiores.

A degradação da cidade próxima de Carrancas que, conforme a entrevistada, justifica a sua intenção de proteger Carrancas, acaba sendo explicada pela falta de consciência ecológica dos sujeitos, sem observação alguma da exploração de quartzito nas montanhas de São Thomé das Letras e do porquê dessa falta de consciência, especialmente dos significados dela. Ao dar exemplos de pessoas que não sabem usufruir e que fortalecem sua postura de poder ensinar isso, a entrevistada também reconhece que usufrui porque faz parte da natureza. Nesse sentido, parece acenar que o usufruto está baseado no reconhecimento do ser humano como natureza.

A intenção de estar em Carrancas é essa, além de usufruir, porque eu faço parte da natureza, a gente faz parte dela, eu acho que tem de ter consciência ecológica, é uma necessidade, o pessoal precisa cair a ficha.

O reconhecimento de si como parte da natureza, contudo, parece interrompido quando o que se ressalta como natureza, mais uma vez, são os recursos apregoados como necessários à vida dos seres humanos. Ou seja, a percepção da natureza como meio que precisa ser controlado pelos homens retorna e barra a continuidade de um possível exercício de reconhecimento capaz de conduzir a percepção do controle e exploração da própria natureza humana. Continua a entrevistada:

[as pessoas] precisam saber que a água não é eterna, eu não dou dois anos pra que essas águas se tornem valiosíssimas, em São Paulo nós não temos nascentes assim, a água de São Paulo é péssima, quando a gente vem a Carrancas e lava o cabelo com água da mina, aonde eu estou cê não precisa ficar usando tanta coisa, a água daqui é maravilhosa!

Outra visitante entrevistada, porém, fala da ausência de ofertas de serviços mais dinâmicos em Carrancas, com melhor infra-estrutura e atendimentos mais profissionalizados. Para ela, é preciso

[...] mais profissionalismo [...] não tem dinamismo, demora muito pra atender, em todos os setores. A sinalização melhorou, antes não havia uma placa pras cachoeiras, tem sinalização na cidade, melhorou, mas precisa melhorar mais.

Nesse sentido, o próprio ímpeto em promover essa consciência testemunha que a forma de exercer o domínio da natureza vem sofrendo modificações. A árvore não precisa servir aos desígnios do capital na forma de mesa, por exemplo, pois é explorada na sua forma original, como árvore, até ser eliminada também na sua forma original. Isso não diz apenas da condição da árvore, mas de toda a natureza, inclusive a humana. O contexto atual se tornou tão avesso em sua transformação que até o processo de transfiguração efetuado no processo produtivo é aparentemente negado, o que o torna mais ameaçador. Se antes a natureza era explícita e imediatamente paralisada e esquartejada, hoje é explorada em sua forma 'original', evocando a imagem do puro, do primitivo e do selvagem. Imagem apropriada para a conservação de subjetividades cujos sentidos regredidos são requisito numa sociedade tecnologicamente desenvolvida e sustentada pelo capital, o que compromete a idéia de um novo modelo, pois o que é considerado novo já tem muitos anos de existência: a percepção da natureza como algo externo em proveito da conservação da idéia de um indivíduo ilusoriamente auto-suficiente, transformador, e agora, protetor. A sensação de ser herói parece guardar em si, recôndita, a continuidade de uma forma de lidar com a natureza como um objeto externo a ser dominado, mesmo que agora se tenha em vista uma 'dominação sustentável', que compreende uma preservação da existência do objeto tendo em vista a manutenção de sua exploração.

Assim, a preocupação com a preservação das cachoeiras, das trilhas, das espécies animais, aparece mediada pelo valor desses atrativos no mercado. Um dos entrevistados

manifesta grande preocupação com as trilhas abertas de modo desregulado e desconhecido, com a retirada de plantas nativas pelos visitantes, com a água e com a terra sulcada por jipes e motos. Em resposta à pergunta sobre a quantidade de motos e jipes nos atrativos, ele diz:

[...] tô com uma briga com vários proprietários pra gente tentar fechar algumas trilhas, graças a Deus fechou uma trilha que saía por ali por trás que a Globo fez. Antes era duas entradas, a gente tem problemas com essas estrada que agora todo mundo descobrindo que tá chegando até a nascente de moto, de jipe, ceis tão vendo quando se vê uma galera consciente...pra esses locais, aí, sério mesmo...um dia um pessoal de moto chegou aqui e pediu: você é guia, você vai de carro na frente a gente vai de moto. Eu disse ã ã, não vou com vocês de moto não, a pé eu vou, mas de moto... moto detona o solo.

Em contrapartida, enquanto proprietário de um dos estabelecimentos sustentados pelo turismo, ele observa: “em cada, vamo supor, evento anual... aparece uns três eventos vamo falar assim [...] *bikes* tá sendo legal, Belo Horizonte, São Paulo, Rio, grupos de 25, 30, feriado passado tinha 60 *bikes*..., *bike* é menos agressiva vamo falar assim [...]”.

Também entre os guias locais entrevistados, a preocupação com o volume de pessoas se destacou nas entrevistas, ou seja, com a distribuição de grandes grupos para pequenos grupos conduzidos por guias. Esse procedimento é reconhecido pelos governantes locais como o modo mais adequado de evitar prejuízos ambientais.

Vem muito ônibus clandestino aqui, a prefeitura nem fica sabendo. Um dia eu tava numa cachoeira quando encostou um ônibus com 60 pessoas, eu perguntei de um guia, eles disseram que ele não quis acompanhá-los, eu disse que se eles não tivessem ou contratassem um guia eu chamaria a polícia porque eles não podiam subir em 60 pessoas até a cachoeira. Imagina o impacto que isso não tem sobre o lugar! Eles não tinham noção que tinha de dividir o grupo, dos impactos ao local [...].

Nesse sentido, a partir de ângulos diferentes, a revalorização da natureza, cuja base se encontra numa percepção mediada social e economicamente, foi apreendida nas entrevistas realizadas. Pode-se pensar aqui na revalorização da natureza abordada por Benjamin (1994), que aponta para um momento de ressignificação dos resíduos da produção humana. Em vez de despojarem as belezas naturais de suas finalidades mediadas pelo aporte econômico, as

relações dos guias, proprietários e visitantes com a natureza se mantêm sutilmente obstruídas pelas leis da troca.

Neste sentido, se há algo de novo nesse processo, não parece ser o modelo de percepção, já empobrecido em sua capacidade de manter a tensão formativa entre os processos de identificação e diferenciação. A natureza continua sendo observada nas atividades de lazer como estranha e externa, como objeto de domínio e exploração. De outro lado, o homem mantém-se na posição de dominador: ainda que não se veja como destruidor, se vê confiante com o seu poder de ‘salvar’. Essa postura se fez presente entre todos os visitantes, especialmente quando se referiam aos outros como destruidores e se nomeavam defensores da natureza, a ponto de dizerem que poderiam ajudar os próprios carranquenses a preservar as belezas naturais locais.

Assim como Sampaio e Bahia (2007) destacaram que em Brotas/SP os pesquisados demonstraram reconhecimento de que as atividades físicas em meio à natureza trazem benefícios para população local, no sentido de geração de empregos e renda, em Carrancas apenas três dos entrevistados nas cachoeiras da Fumaça e do Moinho não responderam que os visitantes trazem benefícios econômicos para a cidade e cinco disseram que trazem investimentos culturais. Um conjunto de vinte e cinco pessoas reconheceu que as vivências de lazer em meio à natureza impulsionam o desenvolvimento econômico, trazendo renda e empregos, sendo que cinco destes também apontaram que assim o patrimônio local tem a possibilidade de ser preservado.

Nesse sentido, o turismo pode ser visto como um movimento que se expande e modifica o modo de vida da população local. Um dos entrevistados, dono de uma propriedade que possui cachoeiras, não escondeu seu interesse de tornar o lugar mais estruturado e atraente, devido à distância e dificuldade para se chegar até lá. Para ele, seus vizinhos, proprietários de terras que não têm cachoeiras, deveriam oferecer serviços capazes de atrair os visitantes, como por exemplo, serviços relacionados à culinária mineira e o fogão a lenha.

Essa necessidade de ‘desenvolvimento’ referida pelos visitantes leva à reflexão de como as indústrias sem chaminés se fazem presentes em Carrancas. As inúmeras pousadas da região, com suas propostas de tranquilidade nas alturas, foram pouco a pouco sendo reconhecidas como o espaço fundamental para a concretização dessas vivências de lazer em meio à natureza. Assim, apesar das chamadas indústrias sem chaminé – que constituem as novas formas de exploração de espaços turísticos – não possuem estruturas definidas, cada vez mais estão contando e investindo em aparatos tecnológicos. Conectadas à Internet, fazem

propaganda de seus negócios e investem mais em infra-estrutura, com restaurantes e cachoeiras em seus próprios territórios. O restrito relacionamento dos proprietários das pousadas com a comunidade local permite, aos visitantes, conhecer as belezas naturais do lugar sem tomar conhecimento daqueles que desde muito tempo vivem em Carrancas, lutando para se manter no local e extraindo os meios necessários à sobrevivência do cultivo da própria terra.

Quando Ribeiro e Barros (1997) falam da expulsão das comunidades de Cancun, no México, com vistas a tirá-las das vistas dos turistas afeitos apenas à beleza, instigam o questionamento sobre até que ponto algo semelhante acontece em Carrancas. A valorização da natureza local incluiria a valorização das pessoas do lugar, com suas histórias e costumes? Conforme foi tratado no capítulo anterior, a EMA, corrida de aventura, disse usar de mecanismos que condicionam a participação na prova ao estabelecimento de compromissos com as comunidades locais e, nesse sentido, explicitou a ausência de uma aproximação espontânea dessas comunidades. A expansão de uma forma de exploração flexível, nômade, dinâmica, tem ainda mais chances de inibir o envolvimento com o que é explorado e que poderia conduzir a um relacionamento de não exploração.

Além disso, se avaliada a rotatividade entre os lugares turísticos entrevistados, pode-se observar que a visita aos lugares de natureza 'preservada' está pouco relacionada a um apego dos visitantes com o local. Poucas pessoas entre os entrevistados disseram conhecer Carrancas há muito tempo, a maioria visitava o lugar pela primeira vez. Isso ocorreu tanto com visitantes do Complexo da Zilda quanto com os da Cachoeira da Fumaça e do Complexo do Moinho – dezenove e vinte e quatro pessoas respectivamente. Seis visitantes do Complexo da Zilda e três da Cachoeira da Fumaça e Complexo do Moinho disseram conhecer Carrancas há mais de dois anos; três visitantes da Zilda e quatro da Fumaça e Moinho afirmaram conhecer Carrancas há mais de seis anos e apenas quatro visitantes da Zilda e dois da Fumaça e Moinho afirmaram conhecer Carrancas há mais de dez anos.

Entre os que responderam conhecer Carrancas há menos de um ano estavam pessoas que visitavam o lugar pela primeira vez, dado que suscitou o questionamento quanto ao interesse dos visitantes em retornar a Carrancas, ou mesmo quanto ao aumento de pessoas interessadas em gozar o tempo livre em meio à natureza. A partir das entrevistas, observa-se que a maior parte dos visitantes se preocupa em conhecer novos lugares, visitar outros pontos turísticos, o que pode ser uma explicação para os dados explicitados acima. Na fala de uma das entrevistadas, pode-se perceber que ela enfatiza as belezas do lugar e ao mesmo tempo não as reconhece como particulares e únicas:

Em Minas, o que você pensar de pontos turísticos eu já visitei, conheço bastante Delfinópolis, Serra da Canastra, do Cipó, Ibitipoca, Santa Rita...com alguma coisa na frente que eu não lembro, Santa Barbara, ...Altas [...] essa é a segunda vez que eu venho, a gente tem passado os últimos 12 anos aproveitando os feriados para viajar. Quando a gente tá no Brasil, pouquíssimas vezes vamos pra praia, a gente tem sempre escolhido um lugar assim, então a gente chega e aí aquela aventura de procurar, de achar, que normalmente, agora tá mudando muito, antes a gente perguntava: cadê as cachoeiras, o senhor conhece? ah, não tem? Então a gente saía à procura, procurava até achar. Aqui foi um lugar que fizemos isso, ninguém falou nada pra gente, nós ficamos rodando no meio do pasto até achar um monte de coisas, então pra gente é um desafio conseguir encontrar no meio do mato a cachoeira e às vezes a gente fica andando e pensando quantas não tem por aí ainda que não tem acesso como chegar. Paraná tem bastante, Rio Grande do Sul também tem muito, mas Minas é onde mais acha, tem mais opção. Nós viajamos muito pra Minas.

A explicitação de espaços naturais já visitados aliada à possibilidade de visitar muitos lugares parece estar na raiz desse não retorno da maioria das pessoas a Carrancas, pois tendo visitado uma vez o lugar se obtém a condição de poder dizer que se esteve e que se conhece tal lugar. Essa vontade de estar em muitos lugares também foi percebida num outro patamar com as observações feitas *in loco*. As pessoas raramente permaneciam durante um longo tempo num determinado ponto da cachoeira, o atrativo maior era conhecer todos os seus pontos, revezar entre mergulhos e saídas com caminhadas pela margem dela até alcançar o ponto mais elevado.

Além disso, a relação do apreço demonstrado pela maioria dos visitantes às belezas das cachoeiras com a origem da maioria dos visitantes – São Paulo e Belo Horizonte –, também conduz à hipótese de que o fato de muitos visitarem pela primeira vez o lugar seja também um indício do crescimento da procura por espaços de lazer em meio à natureza por parte das pessoas que vivem em cidades maiores. Tal argumento corrobora com os estudos desenvolvidos por Sampaio e Bahia (2007), que também indicaram um aumento de pessoas que fazem atividades de lazer em meio à natureza.

Se a argumentação de Marinho (2003) quanto à importância de não negligenciar o movimento contemporâneo de aventura na natureza como uma expressão dos anseios e das frustrações dos seres humanos é entendida como verdadeira, para além dela, considera-se que a esse movimento, apesar de atrelado ao potencial da capacidade humana de transformar a vida social como um todo, tem se realizado como esforço contínuo do particular para se

ajustar as condições sociais atuais. Esse ‘ajustamento’ atravessa as várias formas dos visitantes se auto-afirmarem, ora acusando o outro como alguém que não cuida da natureza, ora tomando a si mesmo como pessoa que tem consciência e capacidade de se reencontrar com a natureza perdida. Em ambos os casos pulsa o anseio de obter a cura para todos os males, sejam eles do “corpo ou da cabeça”, como foi dito em uma das entrevistas.

Nesse aspecto em vez da natureza ser experimentada como algo que, conforme Ana Márcia Silva (2007, p.151), “[...] não é humano [...] não produzido por essa civilização [técnica] em sua lógica prevalente”, ela é enaltecida por lembrar o poder, a força geralmente atribuída ao aparato tecnológico, portanto, por reforçar o humano realizado nessa lógica. Nele, a força bruta se torna cada vez mais presente, seja na forma da ação ou da fantasia. Desse modo, não é a estranheza da natureza que atrai, o que Silva chamou de “[...] permanente interrogação acerca do que pode ser o humano” (p.151), mas aquilo que ela carrega de mais familiar: o som da força. Som que não se estrutura nas palavras recorrentes, mas no esforço de manter o indivíduo em silêncio, o que se destaca quando as entrevistas se referem à natureza como expressão de paz, de tranquilidade, de sossego, e silenciam sobre seus atributos de força e ameaças à autoconservação, ainda que estas ameaças não sejam recobertas da crueldade presente nos perigos da vida em sociedade.

A presença de diferentes profissionais nos lugares observados afastou a idéia de que as atividades em meio à natureza são praticadas por um segmento de trabalhadores mais pressionados por prazos e pressões do mercado, como empresários, executivos e profissionais liberais. Os visitantes desses lugares são de diferentes áreas profissionais: estudantes, donas de casa, ‘mototaxistas’, gerentes comerciais, professores, consultores comerciais, advogados, psicólogos, empresários, etc. A busca generalizada por vivências de lazer em meio à natureza parece estar intrinsecamente relacionada com a democratização das pressões da produção flexível, cujo atendimento passa a ser tratado como dependendo exclusivamente das capacidades do indivíduo de se adaptar a situações inesperadas.

O encontro de pessoas de variadas profissões pode ser analisado de acordo com as proposições de Sennett (2001), quando diz de como a produção em moldes flexíveis provocou a expansão do imperativo do risco, que deixou de habitar a vida dos homens de negócios globais para participar do cotidiano de todas as pessoas. Com efeito, se torna fundamental pensar como o crescimento das práticas de lazer em meio à natureza responde ao processo de reprodução de subjetividades inibidas a se apegar e que precisam se ajustar a várias ofertas de empregos, num momento histórico em que o desespero passou a ser chamado de “aptidão ao

risco” e foi aliado ao inesperado e à novidade. Dentro desse movimento, é possível reconhecer como estas mesmas práticas guardam indícios da não identificação do indivíduo frente às exigências apresentadas pela totalidade social.

Ao se referirem ao momento de ir embora, os visitantes manifestaram a vontade de “ficar mais tempo”. A princípio essa vontade parecia relacionada ao intuito também manifesto por eles de visitar todas as cachoeiras, fotografar todos os detalhes, explorar ao máximo o lugar, ou seja, a vontade de ficar foi relacionada num primeiro momento com a percepção de quem não explorou o suficiente. Essa relação, entretanto, apesar de indicar a vontade de poder viver e explorar todos os locais, passou a ser percebida no decorrer da análise como um modo dissimulado de manifestação do indício de pobreza de experiência. Os indivíduos não podem se envolver porque estão pressionados pela necessidade de passarem o mais rapidamente possível pelo máximo de vivências e de lugares sem se deixarem agarrar por nada. Embora atraídos pela beleza do lugar ou mesmo por aquilo que acreditam que o lugar possua, a fruição está cerceada pela urgência do tempo: o que poderia transformar o fim de semana, o tempo livre, em outro lugar que não aquele em que o tempo do trabalho mais uma vez se realiza?

Assim, o “ficar mais” tanto pode ser percebido como um reconhecimento do visitante de que não se explorou suficientemente o lugar, como também um reconhecimento do indivíduo da ausência de experiência, da dificuldade de se envolver, de se entregar, de ouvir e de perceber o diferente e, por conseguinte, de reconhecer a materialidade dolorosa do próprio corpo, cansado, desgastado, acelerado, excitado, produtivo, explorado. Apesar de impulsionadas ao ritmo compulsivo para permanecerem o que são, assim como o próprio capital se movimenta para conservar seu *telos* de produção de mais valia e de destruição de tudo que coloca resistências a isso, as pessoas não deixaram de manifestar, mesmo sem muitas explicações, a vontade de lá permanecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A não divisão rígida do tempo de trabalho e do tempo livre de que fala Adorno (1995) quando caracteriza o seu próprio tempo livre foi um elemento que permeou as reflexões presentes neste estudo, pois as atividades que fazia em um tempo e outro tinham a mesma seriedade e traziam imenso prazer para ele. Desse modo, seu trabalho era movido pelo envolvimento, pelo prazer e pela seriedade e, por isso, não mantinha aquela divisão, derivada de condições em que o trabalho não passa de tortura para o trabalhador, o que é fortemente caracterizado no primeiro capítulo desta pesquisa, mesmo que uma tortura aceita e eleita como determinação de Deus, que atingiu o seu ápice com o surgimento da máquina.

Como pode ser observado ao longo da história, a partir desse momento, lutas em torno da redefinição do tempo de trabalho foram fundamentais para o fortalecimento do tempo de trabalho pago e alienado e, especialmente, da sociedade de consumo ansiada por Ford. Uma separação rigorosa entre o tempo de trabalho e o lazer foi aclamada, com a promessa de distanciamento do trabalhador de seu ambiente e pressões de trabalho, com horários e prazos determinados para a realização de quaisquer atividades nesse tempo livre.

Entretanto, com a possibilidade da utilização de tecnologias que permitem o desenvolvimento de trabalhos em qualquer tempo e em qualquer espaço, aliada ao aumento do ritmo de produtividade alienada que perpassa todas as dimensões da vida dos indivíduos, até mesmo aquele distanciamento físico, entre o local de trabalho e o de não trabalho foi eliminado. E o tempo livre, que desde seu início não distinguiu-se do trabalho, se revigora como um tempo cronometrado. Idêntico ao trabalho, o tempo livre ainda é destacado como um tempo que se opõe aquele. Isso porque, como vimos, não só propicia o consumo desenfreado como, especialmente aguça o medo e a insegurança que leva os seres humanos a se submeterem ainda mais ao sistema de produção do capital.

Embora os indivíduos pesquisados falem da necessidade de descanso e relaxamento, relacionam esta urgência com o imperativo de voltar e continuar respondendo às exigências que são feitas pelo trabalho. A dificuldade de descansar, de relaxar, é algo que também aparece fortemente no interior da pesquisa. Conforme foi mostrado, as pessoas que visitam Carrancas almejam por isso. Algumas confessaram que viajam para esses locais de 'natureza

preservada' para dormir, o que permite a reflexão do quão intensa é a pressão cotidiana que as acompanha, a ponto de viajarem quilômetros para alcançar um local onde possam dormir. A maioria dos visitantes, desejosos por tranquilidade, buscava nas cachoeiras as condições para esse ansiado relaxamento.

O fato de os entrevistados evidenciarem apenas aspectos de paz e tranquilidade da natureza e não mencionarem que ela também oferece riscos e intranquilidade tornou-se um dos elementos centrais da análise aqui realizada, pois enquanto os elementos de risco e de perigo não apareciam no discurso, se revelavam nas atividades físicas destacadas e observadas durante a pesquisa.

Tendo como foco de observação duas cachoeiras próximas da cidade e outra mais distante, foram encontrados grupos de pessoas com nível sócio-econômico diferenciado e que são atraídos pelo ambiente natural por diversos motivos. Pessoas de diferentes profissões buscam esse espaço tanto para praticar atividades físicas quanto para simplesmente contemplá-lo. Diante de respostas que valorizavam momentos mais contemplativos em meio à natureza durante o tempo livre, coube refletir se isto indicaria formas dos sujeitos negarem a agitação e o risco que caracterizam a existência atual. Assim, numa análise reflexiva acerca do conjunto das entrevistas juntamente às observações realizadas, foi se evidenciando elementos que ressaltavam o espaço da cachoeira como um lugar que, em si, é palco de riscos, seja devido às pedras escorregadias, às águas gélidas e volumosas, ou aos fundos imperceptíveis que a compõem. Esta importância que as cachoeiras tiveram nas reflexões é resultado da ênfase dos visitantes em relação às quedas d'água como um dos principais atrativos, mesmo que fosse tido por alguns como um lugar para ser apenas contemplado.

Além dos riscos que se apresentam e são lembrados nas imagens e formas das cachoeiras, um olhar mais detido sobre elas permite perceber o desfrute audacioso de muitos, quase desesperado, ao saltarem de altas pedras na direção dos poços de água, ao andarem por entre as pedras escorregadias, ou ainda, simplesmente, enfrentar suas águas geladas com um grito que consuma o esforço e o domínio recompensado. Desfrute que mobiliza a atenção em torno do espetáculo do risco e testemunha uma forma atualizada de um tempo livre voltado para a dominação da natureza interna e externa ao ser humano. Com ela se reforça a compreensão da natureza como um objeto a ser desafiado, explorado e, por fim, subjogado, objeto de dominação que o homem explora de acordo com seus interesses. No entanto, tamanha agressividade está relacionada à lembrança que a natureza traz ao homem de sua

condição perdida, do sacrifício estabelecido em prol da realização da cultura e que agora se mantém como sofrimento excessivo e alienado.

As palavras que tiveram grande ressonância nas entrevistas manifestaram quanto as pessoas buscam por segurança e tranqüilidade, assim como estão preocupadas com suas capacidades de responderem as exigências de produtividade na sociedade contemporânea. Tal tranqüilidade, entretantes, não é buscada nos lugares, mas nas atividades que se realizam neles e que contém momentos de risco e o perigo, daí a imagem da cachoeira ser o elemento central que, ao mesmo tempo, conjuga contemplação e ação. Nesse sentido, mesmo aqueles que apontaram ir para as cachoeiras apenas para apreciar suas belezas não deixaram de manifestar um certo louvor ao poder que ali se evoca. Nas palavras de Horkheimer e Adorno (1973, p.203) “[...] bastaria ao espírito um pequeno esforço para se livrar do manto dessa aparência onipotente, quase sem sacrifício algum. Mas esse esforço parece ser o mais custoso de todos”. Se a conservação do modo encantado com o qual o indivíduo lida com a realidade depende da celebração do poder e do já existente, o caminhar nas cachoeiras, a sua própria imagem e os perigos inerentes a ela, a disposição em correr riscos diante de um fundo não visível, ou ainda, a contemplação do correr riscos que se manifesta tanto na ação quanto no grito daquele que enfrenta as águas gélidas e movimentadas da cachoeira, atestam como o cansaço e a busca pela tranqüilidade, identificados durante a pesquisa, se rendem à celebração do poder que obstrui processos emancipatórios. Os gritos daqueles que, na busca por sensações intensas junto à natureza, mergulham nas águas gélidas das cachoeiras, podem ser metáforas dos gritos dos que precisam continuar o processo de contínua mutilação para garantir a sobrevivência, distinto do grito da criança que, quando descoberta em seu esconderijo, se liberta do envolvimento com a coisa e dela sai mais rica do que quando entrou.

Tais manifestações apontam como o espírito objetivo dos tempos atuais nas atividades de lazer em meio à natureza oprimem até mesmo as manifestações de cansaço, de impossibilidade de continuar respondendo às exigências cada vez mais elevadas de produtividade, fazendo com que inclusive as viagens assumam um ar de obrigatoriedade: as rodovias asfaltadas, os carros populares, o final de semana, a relativa proximidade da cidade grande soam como facilidades que apenas não levarão os sujeitos às viagens se ‘ele não quiser’. A própria viagem é mais uma exigência que lhe recai sobre os ombros: ele precisa se movimentar mais uma vez – agora para descansar. A própria recusa em viajar, especialmente nos feriados e férias, soa como esquisitice, como algo incompreensível, já que ‘todos’ anseiam por isso nas pausas do trabalho. Todos viajam, a trabalho, nas férias, nos feriados,

nos finais de semana, todos se movimentam, não param e quando param diante das águas o que vêem é mais uma vez o movimento dos corpos que se agitam ou simplesmente das águas que correm.

Por outro lado, o domínio e a exploração da natureza com o desenvolvimento das indústrias sem chaminés, assumiu feições que os mascaram como proteção, conservação e partilha das belezas naturais com todos que desejem apreciá-las. Visitantes aspirantes a proprietários de pousadas, proprietários e guias turísticos apresentam um discurso em defesa de animais, plantas, água que conserva os propósitos econômicos de lucro que não são acompanhados de cuidados e respeito com a natureza local. Tanto no corpo e no espírito dos que visitam Carrancas, quanto nos corpos dos seres e das gentes que lá se encontram, a exploração da natureza conserva sua morada; segue sem deixar vestígios com a exploração da natureza no tempo livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel. A escola de Frankfurt. In: _____. *Entrevista do Le Monde*. Tradução de N. Ramos. São Paulo: Ática, 1990, p.193-202.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da semicultura. Tradução de N. Ramos-de-Oliveira, B. Pucci, C. B. Moura Abreu. In: *Educação & Sociedade: Revista quadrimestral de Ciência da Educação*, Ano XVII, nº 56, Campinas: Papyrus, dez/1996, p.388-411.

_____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria H. Ruschel, Sup. Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995a

_____. *Educação e emancipação*. Tradução de W. Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1992

_____. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Theodor W. Adorno*. Organizado por Gabriel Cohn. Trad. Flavio R. Kothe, Aldo Onesti e Amélia Cohn. São Paulo: Ática, 1994. (col. Grandes cientistas sociais nº 54 – Sociologia).

ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond; DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. A cidade do Rio de Janeiro como equipamento de lazer: os esportes na natureza. *Congresso Internacional Juego, Recreacion y Tiempo Libre*. Montevideú. Anais. Montevideú: UFMG/CELAR, 2005. Disponível em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/rj_equipamento_lazer_montevideo_2005.pdf>. Acesso em 16 nov. 2006.

AMATO, Marta. *A freguesia de Nossa Senhora de Carrancas e sua história*. São Paulo: Loyola, 1996.

ANDRADE, Oswald. A crise da filosofia messiânica. In: _____. *A utopia antropofágica*. 2 ed. São Paulo: Globo, 1995, p.101 – 155.

ANTUNES, Ricardo (org.) *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6.ed. São Paulo: Boitempo Ed., 2002.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 9. ed., Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARENDDT, Hanna. O conceito de história – antigo e moderno. In *Entre o passado e o futuro*. 4. ed., Tradução de Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 69-126.

ARON, Raymond. Karl Marx. In. *As etapas do pensamento sociológico*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes; Editora Universidade de Brasília, 1987. p.129-199

ASHCROFT, Frances. *A vida no limite: a ciência da sobrevivência*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarida (orgs.) *Turismo e Identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre as obras de Nicolai Leskov. In. _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas I. 7. ed. Tradução de Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In. _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. Tradução de José M. Barbosa, Hemerson A. Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.103-150.

_____. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In. _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. Tradução de José M. Barbosa, Hemerson A. Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.165-196.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, (Verbete Comuna de Paris).

_____. *Dicionário sociológico do pensamento do séc. XX*. Com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira de Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, (Verbete Ócio).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O turismo e o lazer e sua interface com setor de recursos hídricos*. Cadernos de Recursos Hídricos. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2005. Disponível em <http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20Lazer.pdf>. Acesso em 16 nov. 2006.

BHUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.) *Representações do Lúdico: II ciclo de debates “lazer e motricidade”*. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____ e SERRANO, Célia M. Toledo (orgs.). *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papyrus, 1997.

CASELLA, Cesar Augusto. *O falso embate entre o imperador do mato e o regatão Pietro Pietra*. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/f00001.htm>>. Acesso em 16 nov. 2006.

CASTRO, Ana Lúcia de. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. 2. Ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

CATTANI, Antonio David (org.) *Trabalho e tecnologia*: dicionário crítico. Petrópolis: Ed. Vozes/ Ed. da Universidade. 1997. 292p.

CHIARELLO, Maurício. *Natureza-Morta*: finitude e negatividade em T.W. Adorno. São Paulo: Ed. USP, 2006.

COELHO, Teixeira. Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 141-164.

COELHO DOS SANTOS, Francisco. Controle e contrato: duas formas de relações com a alteridade. In: *Revista Educação, Sujetividade e Poder*. v. 4, n.4. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS, 1997. p.07-15.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da Língua portuguesa. São Paulo: Instituto Antonio Houaiss, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

DUARTE, Rodrigo. *Mímesis e Racionalidade*: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno. São Paulo: Loyola, 1993.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schröter, tradução Vera Ribeiro e revisão Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Sobre o tempo*. Organizado por Michael Schröter, tradução Vera Ribeiro e revisão Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *O processo civilizador*: uma história dos Costumes. Tradução Ruy Jungmann e revisão Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v.1.

_____. *O processo civilizador*: formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungmann e revisão Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.3.

FARIAS, Márcio Norberto. *Desmistificando o tempo livre como tempo para práticas educativas nas sociedades administradas*. 2001. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.

_____. Reflexões sobre o tempo livre na concepção adorniana. In: I CONGRESSO REGIONAL SUDESTE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE Educação física e ciências do esporte: intervenção e conhecimento. v. 1. Campinas : Unicamp, 1999. p. 247-250.

_____. As práticas de atividades radicais na natureza como expressão de liberdade?. In: X Simpósio de Filosofia Moderna e Contemporânea, 2005, Toledo. Anais do X Simpósio de Filosofia Moderna e Contemporânea. v.1. Toledo : Coluna do Saber, 2005.

FARIAS, Márcio Norberto ; RODRIGUES, Luciana Azevedo . Mímesis e Formação. In: Colóquio Internacional Mímesis e Expressão, 1999, Belo Horizonte. Mímesis e Expressão. v.1. Belo Horizonte/MG. : Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

_____ e RODRIGUES, Luciana Azevedo . Mimesis e racionalidade na formação cultural. Comunicações, Piracicaba, v. 6, n. 2, p. 91-96, 1999.

_____. Reflexões sobre a inter-relação entre lazer, natureza e indústria cultural. In: Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação", 2004, Piracicaba/SP. Anais do Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação". v. 1. Piracicaba/SP : UNIMEP, 2004.

_____ e RODRIGUES, Luciana Azevedo . A extrema relação do homem com a natureza. In: XXVIII Jornada de Filosofia e Teorias das Ciências Humanas, 2005, Marília/SP. Teoria Crítica, política e educação, 2005. p. 24-30.

_____ e RODRIGUES, Luciana Azevedo. *Corpo e mutação mimética*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26ª, 2003 em Caxambu/MG. **Anais eletrônicos**. ANPEd, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/lucianaazevedorodrigues.rtf>>. Acesso em 15 jan. 2009.

FEATHERSTONE, Mike. A globalização da mobilidade: experiência, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 47-112.

GAGNEBIN, Jeane-Marie. Do conceito de Mímesis no Pensamento de Adorno e Benjamin. In: *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 81-106.

_____. Mimesis e Crítica da Representação em Walter Benjamin. In. DUARTE, Rodrigo e FIGUEREDO, Virginia. (orgs.). *Mimesis e Expressão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 353-363.

_____. Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno. Conferência apresentada no Colóquio Nacional "O Ético, o Estético, Adorno", Piracicaba: Unimep, 1998. (mimeo)

GIOIA, Silvia Catarina; PEREIRA, Maria Elisa Mazzilli. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In. ANDERY, Maria Amália et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994, p.157-174.

HOMERO. *Odisséia*. Tradução de A. P. Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Temas básicos da sociologia*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/ USP, 1973.

_____. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KAMLER, Kenneth. *O corpo no limite: uma viagem aos extremos da resistência humana*. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta; que é esclarecimento? (Aufklärung). *Textos seletos*. edição bilingüe. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandez. Petrópolis, Vozes, 1985, p.100-116.

KEHL, Maria Rita. As máquinas falantes. In: NOVAES, A. (org.) *O Homem-Máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 243-260.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.104-131.

KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 39-46.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Tradução de Teixeira Coelho Netto – Introdução Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. 2. Ed. Tradução Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE BRETON, David. Aqueles que vão para o mar: o risco e o mar. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. V.28, n.3. Campinas: RBCE/Autores Associados, 2007, p. 9-19.

LOUBET, Luciano Furtado. *Regime jurídico do ecoturismo e o papel do Ministério Público em sua defesa e controle*. Meio Ambiente. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União. 2007. Disponível em <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Luciano_F_Loubet_Regime_juridico_do_ecoturismo.pdf>. Acesso em 16 nov. 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1990

_____. *Lazer e humanização*. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____ (org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCUSE, Hebert. Ecologia e crítica da sociedade moderna. In: *A grande recusa hoje*. Isabel Loureiro (org.); trad. Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 143-155.

_____. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: _____. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Editor Douglas Keller, tradução Maria Cristina Vidal Borba e revisão Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 71 – 104.

MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada. In: _____.; BRUHNS, Heloisa Turini. *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003, p.01-28.

_____. Lazer, corpo e aventura: compartilhando emoções e compromissos. *Revista brasileira de Ciências do Esporte*. v. 22, n. 2, Campinas: CBCE/Autores Associados, janeiro de 2001, p.143-154.

MARINHO, Alcyane e INÁCIO, Humberto Luis de Deus. Educação Física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n.3, Campinas: RBCE/Autores Associados, maio de 2007, p. 55-70.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p.89-141, 1991.

MARX, Karl. A jornada de trabalho. In:_____. *O Capital*: crítica da economia política. Livro 1, 14 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1994, p.260-339.

_____. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade*: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

_____. *O que é Lazer?* Um desafio paradigmático. (mimeo)

MASI, Domenico de. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 121-140.

_____. *O futuro do trabalho*: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 3. Ed. Tradução Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UNB, 2000.

MATOS, Olgária Feres Chain. A história iluminista. In: _____. *Os arcanos do inteiramente outro*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.125-228.

MENDO, Antonio Hernández. Acerca Del ócio, Del tiempo libre y da la animación sociocultural. Extraído de <<http://www.efdeportes.com/efd23/ocio.htm>>. Acesso em 16 nov. 2006.

MUNNÉ, Frederic. *Psicosociologia del tiempo libre*: um enfoque crítico. 10.ed. Cidade do México: Trillas, 2001.

OCADA, Fabio Kazuo. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: ANTUNES, R. e SILVA, M.A.M. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Eurenice. *Toyotismo no Brasil*: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PADILHA, Valquíria. *Tempo Livre e Capitalismo*: um par imperfeito. Campinas: Ed. Alínea, 2000a.

_____. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MÜLLER, A. e COSTA, L.P da. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

_____. Urbanidade, violência e lazer: uma abordagem sociológica crítica. In: *Lazer: desenvolvimento regional e estilo de vida*. *CINERGIR*: Revista do Departamento de Educação Física e Saúde. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, v.3, n.2, jul/dez 2002. p.21-42.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do Turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Lazer como tema*. v. 12, n. 1,2,3. Campinas: CBCE/UNIJUÍ, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flavia Lessa. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In. SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997, p.27-42.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução global da força de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROUYER, Jacques. Pesquisas sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da educação física. In: _____. *Desporto e desenvolvimento humano*. Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 159-195.

RUSSELL, Bertrand. *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p.09-24.

RYBCZYNSKI, Witold. Esperando o fim de semana. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira e BAHIA, Mirleide Chaar. Lazer – Meio Ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esporte de aventura. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n.3, Campinas: CBCE/Autores Associados, maio de 2007, p. 173-189.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In. _____. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p.49-72.

_____. Queimando o Futuro, 07/2002, *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Mais, São Paulo, 2002, p.04-07.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Márcia. *Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade*. Campinas: Autores Associados; Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

_____. Das relações estéticas com a natureza. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n.3, Campinas: CBCE/Autores Associados, maio de 2007, p. 141-156.

TELES, Vladimir Kühl et al. *Competitividade do Preço do Turismo no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília; University of Nottingham, 2004. Disponível em <<http://www.unb.br/cet/relatorio.pdf>>. Acesso em 16 nov.2006.

- THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes, tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267 – 304.
- TOGLIATTI, Palmiro. A Organização dos Tempos Livres. In. _____. *Lições sobre o fascismo*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p.109-128.
- VEGA, José Luis Garcia. *Ócio e Turismo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.
- VERNANT, Jean Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1989.
- VILLAVERDE, Sandoval. Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão. In. BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas: Autores Associados; Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, 2001, p.105-122.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11 ed.. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J.M.K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1996.
- _____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo e revisão de Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado aos visitantes em Carrancas/MG.

<p>Bom dia ou Boa tarde Sr. (a). Estou realizando uma pesquisa para uma tese de doutorado com os visitantes em Carrancas. O objetivo aqui é conhecer sua opinião sobre o tipo de visitação que é realizada no município. Todas as informa�es registradas abaixo serão mantidas em absoluto sigilo e constituem uma das etapas de pesquisa acadêmica. Posso contar com a sua colabora�o?</p>	
<p>1) Onde reside atualmente? _____</p>	<p>2) Há quanto tempo conhece Carrancas? (Meses ou anos) _____</p>
<p>3) Qual lugar prefere visitar aqui? _____</p>	<p>4) O que mais gosta de fazer quando vem a Carrancas? _____</p>
<p>5) Em sua opinião, como os visitantes tratam a natureza quando vem a Carrancas ? _____ () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>6) Considera importante praticar atividades físicas na natureza? Por qu�? _____ () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>7) Em sua opinião, quais os principais atrativos de Carrancas? _____ () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>8) Já realizou algum tipo de atividade física em meio a natureza? _____ () Se não, Por quê? _____</p>	
<p>9) Em sua opinião, Carrancas precisa de modifica�es para atrair os visitantes ? Quais? _____ () Nada, está tudo �timo. () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>10) Em sua opinião, que tipo de benefícios os visitantes trazem � Carrancas? _____ () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>11) Em sua opinião, que tipo de malefícios/problemas os visitantes trazem � Carrancas? _____ () Não soube responder ou se recusou.</p>	
<p>12) A influência desta visita deveu-se a: _____</p>	
<p>13) Sexo _____</p>	<p>2) Faixa etária: _____</p>
<p>14) Grau de escolaridade: _____ () Completo () Incompleto</p>	
<p>15) Qual sua ocupa�o na atualidade? _____</p>	<p>16) Qual sua renda familiar? _____ salários mínimos</p>
<p>Obrigado Data: __/__/2008 Horário: ____ h: ____ m</p>	

ANEXO 2 – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

1. Como você ficou sabendo desse lugar?
2. Você já esteve aqui antes? Quantas vezes?
3. Que tipo de experiência você acha que os visitantes procuram em Carrancas?
4. Quais lugares você já visitou em Carrancas? O que mais te marcou?
5. Como você descreveria sua visita a Carrancas para um amigo que estivesse pensando em vir para cá?
6. Você considera que este local estimula o contato com a natureza? Por quê?
7. O que significa o contato com a natureza?
8. Quais áreas naturais você já visitou? Elas são parecidas com Carrancas?
9. Você considera que há aspectos melhores e piores nesta visita quando comparada com outras viagens que você já fez em áreas naturais?
10. Você pratica atividades físicas na natureza? Quais e por quê?
11. Existem vantagens e desvantagens em realizar atividades físicas na natureza?
12. Existe algum tipo de indivíduo ou grupo que vem a sua mente quando você pensa em atividades físicas na natureza?
13. Quais situações facilitam ou dificultam a realização de atividades físicas na natureza?
14. O que passa pela sua mente quando você pratica atividades físicas na natureza?